

Amílcar Cabral

Livro

ILHA

Tu vives — mãe adormecida —

nua e esquecida,

seca,

fustigada pelos ventos,

ao som de músicas sem música

das águas que nos prendem...

Ilha:

teus montes e teus vales

não sentiram passar os tempos

e ficaram no mundo dos teus sonhos

— os sonhos dos teus filhos —

a clamar aos ventos que passam,

e às aves que voam, livres,

as tuas ânsias!

Ilha:

colina sem fim de terra vermelha

— terra dura —

rochas escarpadas tapando os horizontes,

mas aos quatro ventos prendendo as nossas ânsias!

- um poema de Amílcar Cabral - Praia, Cabo Verde, 1945 -

Índice

- 1 – Unidade e Luta..... Pag : 03**
- 2 - Partir da Realidade da Nossa Terra..... Pag : 21**
- 3 - O Nosso Partido e a Luta..... Pag : 43**
- 4 - Para a Melhoria do Nosso Trabalho Político..... Pag : 54**
- 5 - Fundamentos e Objetivos..... Pag : 70**
- 6 - Uma Luz Fecunda Ilumina o Caminho da Luta..... Pag : 89**
- 7- Luta do Povo..... Pag : 98**
- 8 - Nem Toda a Gente é do Partido..... Pag : 103**

1- Unidade e Luta

Vamos continuar o nosso trabalho e vamos tentar conversar um bocado com os camaradas, sobre alguns princípios do nosso Partido e da nossa luta.

Os camaradas que tiveram conhecimento de um documento que foi publicado com o nome de «Palavras de Ordem Gerais do nosso Partido», feito em 1965, devem lembrar-se que na parte final desse documento há um capítulo que é «Aplicar na prática os princípios do Partido». Claro que nestas palavras de ordem falou-se de alguns princípios bastante gerais e hoje nós podemos conversar sobre mais princípios ainda, além desses. Claro que todos sabem isso, mas às vezes não sabem que isso é que é o fundamental, as bases, princípio da nossa luta.

A nossa luta tomada no seu aspecto fundamentalmente político, no seu aspecto principal que é o aspecto político. Claro que, para definirmos, por exemplo, a estratégia e até as táticas que adaptamos na nossa luta armada de libertação, outros princípios foram enunciados, embora esses princípios de luta armada não sejam mais do que a passagem dos nossos princípios gerais para o campo da luta armada.

Um primeiro princípio do nosso Partido e da nossa luta, que todos nós conhecemos bem, é: «Unidade e Luta», que é mesmo a divisa, se quiserem, o lema do nosso Partido. Unidade e Luta.

Claro que para estudar bem o que é que quer dizer este princípio bastante simples, é preciso sabermos bem o que é unidade e o que é luta. E é preciso colocarmos, realizarmos o problema da unidade, e o problema da luta num dado lugar, quer dizer, do ponto de vista geográfico, e considerando a sociedade—vida social, econômica, etc.—do ambiente em que queremos aplicar este princípio de unidade e luta.

O que é Unidade ? Claro que podemos tomar unidade num sentido que se pode chamar estática, parado, que não é mais que uma questão de número, por exemplo, se considerarmos o conjunto de garrafas que há no mundo, uma garrafa é uma unidade. Se considerarmos o conjunto de homens que está nesta sala, o camarada Daniel Barreto é uma unidade. E por aí fora. Essa é a unidade que nos interessa considerar no nosso trabalho, da qual falamos nos nossos princípios do Partido? É e não é. É, na medida em que nós queremos transformar um conjunto diverso de pessoas, num conjunto bem definido, buscando um caminho. E não é, porque aqui não podemos esquecer que dentro desse conjunto há elementos diversos. Pelo contrário, o sentido de unidade que vemos no nosso princípio é o seguinte: quaisquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo.

Quer dizer, no nosso princípio, unidade é no sentido dinâmico, quer dizer de movimento.

Consideremos, por exemplo, um time de futebol. Um time de futebol é formado por vários indivíduos, 11 pessoas. Cada pessoa com o seu trabalho concreto para fazer quando o time de futebol joga. Pessoas diferentes umas das outras: temperamentos diferentes, muitas vezes instrução diferente, alguns não sabem ler nem escrever, outros são doutores ou engenheiros, religião diferente, um pode ser muçulmano, outro católico, etc. Mesmo de política diferente, um pode ser de um Partido, outro de um outro. Um pode ser da situação, como por exemplo em Portugal, outro pode ser da oposição.

Quer dizer, pessoas diferentes umas das outras, considerando-se cada uma diferente da outra, mas do mesmo time de futebol. E se esse time de futebol, no momento em que está a jogar, não conseguir realizar a unidade de todos os elementos, não conseguirá ser um time de futebol. Cada um pode conservar a sua personalidade, as suas idéias, a sua religião, os seus problemas pessoais, um pouco da sua maneira de jogar mesmo, mas eles têm que obedecer todos a uma coisa: têm que agir em conjunto, para meter golos contra qualquer adversário com quem estiver a jogar, quer dizer, à roda deste objetivo concreto, meter o máximo de golos contra o adversário. Têm que formar uma unidade. Se não o fizerem, não é o time de futebol, não é nada. Isto é para verem um exemplo claro de unidade.

Vocês vêem uma pessoa a vir, por exemplo, com um balaio na cabeça; essa pessoa costuma vender frutas. Vocês não sabem que frutas é que estão dentro do balaio, mas dizem: ela vem com um balaio de frutas. Podem ser mangos, bananas, papaias, goiabas, etc., dentro do balaio. Mas na nossa idéia, ela vem com um conjunto que representa uma unidade, um balaio na cabeça, um balaio de frutas. Mas vocês sabem que isso é uma unidade, tanto do ponto de vista de número— um balaio de frutas— como no objetivo de o vender, tudo é a mesma coisa, embora haja várias coisas dentro dele: frutas diversas, mangos, bananas, papaias, etc. Mas a questão fundamental, que é vir com frutas para vender, faz de tudo uma coisa só.

Isto é para dar aos camaradas uma idéia do que é unidade e para dizer aos camaradas que o fundamento principal da unidade é que para ter unidade é preciso ter coisas diferentes. Se não forem diferentes, não é preciso fazer unidade. Não há problema de unidade. Ora para nós o que é unidade? Qual é o objetivo em torno do qual devíamos fazer unidade na nossa terra? Claro que não somos um time de futebol, nem um balaio de frutas. Nós somos um povo, ou pessoas de um povo, que a certa altura da história desse povo tomaram um certo rumo no seu caminho, criaram certos problemas no seu espírito e na sua vida, orientaram a sua ação num certo rumo, puseram certas perguntas e buscaram respostas para essas perguntas. Pode ter começado por uma pessoa só, por duas, três, seis. A certa altura apareceu este problema no nosso meio-

Unidade. E o Partido foi tão advertido, quer dizer, entendeu isso tão bem, que no seu próprio lema, como princípio principal, como base de tudo, ele pôs—Unidade e Luta.

Agora surge uma pergunta: essa unidade que surgiu como uma necessidade, era porque as nossas idéias eram diferentes do ponto de vista político? Não, nós não costumávamos fazer política na nossa terra, nem havia nenhum partido na nossa terra. Mas mais ainda, é que debaixo da dominação estrangeira—como é o caso da nossa terra e de outras terras ainda—uma sociedade que não está muito desenvolvida, como é o caso da Guiné e Cabo Verde, em que a diferença entre as situações das pessoas não é muito grande, embora, como vimos, haja algumas diferenças, é muito difícil os objetivos políticos serem muito diferentes uns dos outros. Quer dizer, o nosso problema de unidade não era no sentido de reunir várias cabeças diferentes, pessoas diferentes, do ponto de vista de objetivos políticos, de programas políticos, não. Primeiro porque, na própria estrutura da nossa sociedade, na própria realidade da nossa terra, as diferenças não são tão grandes, para provocarem tantas diferenças de objetivos políticos. Mas, segundo e principal, porque com a dominação estrangeira na nossa terra, com a proibição total que sempre houve, em toda a nossa vida, de fazer qualquer partido político na nossa terra, não havia partidos diferentes para terem de se unir, não havia rumos políticos diferentes para seguirem o mesmo caminho, para se juntarem para fazer a unidade.

Então qual era o problema de unidade na nossa terra? Fundamentalmente, o problema de unidade era este e simples: em primeiro lugar, como toda a gente sabe, a união faz a força. A partir do momento em que surgiu na cabeça de alguns filhos da nossa terra a idéia de fazer os estrangeiros saírem da nossa terra como dominadores, de acabar com a dominação colonialista na nossa terra, pôs-se um problema de força, uma força necessária para ser oposta à força do colonialista.

Portanto, quanto mais gente se unir, quanto mais unidos estivermos, nós correspondemos àquilo que todo o mundo sabe e que é: a união faz a força. Se eu tirar um pau de fósforos e o quiser quebrar, quebro-o rapidamente; se juntar dois, já não é tão fácil, três, quatro, cinco, seis, chegará um dado momento em que não poderei quebrar, é escusado. Mas além disso, para além desse caso, simples, natural, de que a união faz a força (e temos que ver que nem sempre a união faz a força: há certos tipos de união que fazem é fraqueza—e essa é que é a maravilha do mundo, é que todas as coisas têm dois aspectos—um positivo e outro negativo), aqueles que tiveram a idéia de unidade, porque a união faz a força, puseram o problema de unidade no seu espírito e na realidade da nossa luta, porque eles sabiam que no nosso meio havia muita divisão.

Tanto na Guiné como em Cabo Verde há divisão, quer dizer, divisão, em crioulo, quer dizer contradição. No meio da nossa sociedade, por exemplo, qualquer pessoa que pensa a sério na nossa luta, sabe que se todos fossem muçulmanos,

ou todos fossem católicos, ou animistas, quer dizer acreditar em «iran», era mais simples. Pelo menos nenhuma força contrária aos interesses do nosso povo poderia tentar dividir-nos por causa da religião. Mas mais ainda, vejamos Cabo Verde. Em Cabo Verde, onde não há muitos problemas de religião, a não ser algumas pequenas questões entre protestantes e católicos na sua boa-vida da cidade, há outros problemas que dividem as pessoas, como por exemplo: algumas famílias têm terra, outras não têm. Se toda a gente tivesse terras ou se ninguém tivesse terras, era mais simples. O inimigo, por exemplo, força contrária a nós, da qual queremos libertar a nossa terra, pode pôr do seu lado aqueles que têm terra, contra nós, na idéia de que nós queremos tirar-lhes a terra. Assim como na Guiné ele pode pôr os régulos contra nós, na idéia de que lhes queremos tirar o mando.

Se não houvesse régulos era mais simples. Quer dizer que o problema da unidade surge na nossa terra, repito bem, não por causa da necessidade de juntar pessoas com pensamentos políticos diferentes, mas sim por causa da necessidade de juntar pessoas com situação econômica diferente, embora essa diferença não seja tão grande como noutras terras—com situação social diferente, com culturas diferentes, incluindo a religião, quer dizer, pusemos o problema de unidade na nossa terra, tanto na Guiné como em Cabo Verde, no sentido de tirar ao inimigo a possibilidade de explorar as contradições que pode haver entre a nossa gente para enfraquecer a nossa força, que temos que opor contra a força do inimigo.

Portanto, vemos que a unidade é qualquer coisa que temos de fazer, para podermos fazer outra coisa. Quer dizer, para lavarmos, se não formos doidos, por exemplo, ou abrindo a torneira, ou lavando-se no rio, não vamos entrar na água sem nos despirmos, temos que tirar a roupa primeiro. É um ato que fazemos, um preparativo que fazemos para podermos tomar banho, suponhamos.

Mas, melhor, se quisermos fazer uma reunião nesta sala, com pessoas sentadas, etc., temos que convocar as pessoas, pôr mesas na sala, arranjar lápis, canetas, etc. Quer dizer, temos que arranjar meios para podermos fazer uma reunião como deve ser. A unidade também é um meio, um meio, não é um fim. Nós podemos ter lutado um bocado pela unidade, mas se nós fazemos unidade, isso não quer dizer que a luta acaba. Há muita gente que nesta luta das colônias contra o colonialismo, até hoje, ainda estão a lutar pela unidade. Porque como não são capazes de fazer a luta, pensam que a unidade é que é a luta. A unidade é um meio para lutar e, como todos os meios, tem uma certa quantidade que chega. Não é preciso para lutar num país, unir toda a gente.

Temos a certeza de que toda a gente está unida? Não, basta realizar um certo grau de unidade. Se chegarmos lá, então podemos lutar. Porque então as idéias que estão na cabeça dessas pessoas avançam, desenvolvem-se e servem cada dia mais para realizar o objetivo que temos em vista.

Portanto, os camaradas já viram, mais ou menos, qual é a idéia fundamental que está neste nosso princípio—Unidade.

E o que é Luta ?—Luta é uma condição normal de todos os seres do mundo. Todos estão na luta, todos lutam. Por exemplo, vocês estão sentados em cadeiras, eu estou sentado nesta cadeira, isto é um exemplo: o meu corpo está todo a fazer uma força sobre o soalho, através do banco que está em cima dele, mas se o soalho não tivesse força suficiente para me aguentar, eu ia para baixo, furava o soalho e se debaixo do soalho não houvesse uma força, continuava a furar, e por aí fora.

Portanto há aqui uma luta silenciosa entre a força que eu exerço sobre o soalho e a força do solo que me mantém em cima, que não me deixa passar. Mas vocês todos sabem que a terra está sempre em movimento, talvez alguns ainda não acreditem, mas sabem, a terra faz um movimento de rotação. Se vocês puserem um prato a girar, em movimento de rotação e se puserem uma moeda por cima dele, verão que o prato expulsa a moeda. Quem usar uma funda para espantar os corvos ou os pardais, como se faz na Guiné ou em Cabo Verde, com uma pedra, sabe que, quando puser a pedra na funda e der voltas e voltas, não é preciso arremessar, basta alargar uma ponta da funda e a pedra sai com uma força enorme. O que é preciso é ter boa pontaria para se poder fazer o que se quiser, para saber o momento em que se deve largar a pedra. Quer dizer: tudo aquilo que gira, na área em que gira desenvolve uma força, a que arremessa as coisas para fora. Portanto, nós todos que estamos sobre a terra, que gira, estamos sempre a ser repelidos por uma força que nos empurra para fora da terra, que se chama força centrífuga- que nos empurra do centro para fora.

Mas há também uma outra força que atrai as pessoas para terra, que é a força da gravidade, quer dizer: a terra, como força magnética que é, atrai todos os corpos que estão perto dela, conforme a distancia e a massa de cada corpo.

Mas nós estamos sobre a terra e não vamos por aí fora, porque a força da gravidade é muito mais que a força centrífuga que nos atira para fora. O problema de mandar corpos para a lua, etc., o problema fundamental para os cientistas, é o seguinte: vencendo a força da gravidade, conseguem sair da terra. E hoje sabemos que, para que um corpo possa ser lançado fora da terra, vencendo a força da gravidade, ele tem que andar 11 quilômetros por segundo. Se andar numa velocidade tal, que atinja 11 quilômetros por segundo, já venceu a gravidade. Portanto, toda a força que atua sobre qualquer coisa, só pode existir se há uma força contrária. Tu que tens a mão no rosto, a tua mão não move o rosto porque o rosto também resiste.

Tu não sentes, mas ele empurra também. Porque só o peso é uma forma de empurrar, etc.

No nosso caso concreto, a luta é o seguinte: os colonialistas portugueses ocuparam a nossa terra, como estrangeiros e, como ocupantes, exerceram uma força sobre a nossa sociedade, sobre o nosso povo. Força que fez com que eles tomassem o nosso destino nas suas mãos, fez com que parassem a nossa história para ficarmos ligados à história de Portugal, como se fossemos a carroça do comboio de Portugal. E criaram uma série de condições dentro da nossa terra: econômicas, sociais, culturais, etc.

Para isso eles tiveram que vencer uma força. Durante quase 50 anos fizeram uma guerra colonial contra o nosso povo; guerra contra manjacos, contra papéis, contra fulas, contra mandingas, beafadas, balantas, contra felupes, contra quase todas as tribos da nossa terra, na Guiné. Em Cabo Verde, os colonialistas portugueses, que encontraram Cabo Verde deserto, na altura em que apareceu a grande exploração de homens africanos, como escravos no mundo, dada a situação importante de Cabo Verde, em pleno Atlântico, resolveram fazer de Cabo Verde um armazém de escravos. Gente levada de África, nomeadamente da Guiné, foi colocada em Cabo Verde, como escravo.

Mas, pouco a pouco, aumentaram de número, as leis no mundo mudaram e eles tiveram que deixar de fazer negócio de escravos. Passaram então a exercer sobre essa gente uma pressão parecida com a pressão que exercem na Guiné, quer dizer, uma força colonial. Sempre houve resistência a essa força colonial. Se a força colonial age numa forma, sempre houve uma força nossa, que age contra, muitas vezes tem outras formas: resistência passiva, mentiras, tirar o chapéu, sim senhor, utilizar todas as artimanhas possíveis e imaginárias, para enganar os tugas.

Porque não podíamos enfrentá-lo cara a cara, tínhamos que o enganar, mas com as energias gastas debaixo dessa força: miséria, sofrimento, morte, doenças, desgraças, além de outras consequências de carácter social, como atraso em relação a outros povos no mundo. A nossa luta hoje, é o seguinte: é que surgiu, com a criação do nosso Partido, uma força nova que se opôs à força colonialista. O problema é de saber, na prática, se essa força unida do nosso povo pode vencer a força colonialista: isso é que é a nossa luta. Isso é o que nós chamamos luta.

Agora, tomadas em conjunto, unidade e luta quer dizer que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar. E isso significa que mesmo entre nós, nós lutamos; talvez os camaradas não tenham compreendido bem. O significado da nossa luta, não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta. Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser.

Camaradas, todo o resto é a aplicação deste princípio básico nosso. Quem não o entender, ele tem que entender, porque senão ainda não entendeu nada da

nossa luta. E nós temos que realizar este princípio, em três planos fundamentais: na Guiné, em Cabo Verde e na Guiné e Cabo Verde.

Quem estudou o programa do Partido, sabe que é assim mesmo.

Da conversa que eu já fiz, vocês viram qual foi à contradição que tivemos e que temos permanentemente que vencer, para podermos garantir a unidade necessária para a luta na Guiné.

Pelos exemplos que vos dei na Guiné, vocês sentiram mais ou menos quais foram e quais são as contradições que temos que vencer em Cabo Verde, para garantirmos a unidade necessária para realizarmos a luta em Cabo Verde. Os camaradas sabem que os tugas nos dividiram muito, nós mesmos nos dividimos, como consequência da evolução da nossa vida.

Na Guiné, por exemplo: por um lado há gente da cidade, por outro, gente do mato, pelo menos.

Na cidade há brancos e pretos. Entre os africanos há altos empregados e empregados médios, que têm a certeza de que no fim do mês têm o seu dinheiro certo. Têm aquela idéia de comprar o seu carrinho, como eu, por exemplo, que tinha o meu próprio carro. Com geleira, boa raça de mulher, filhos que vão ao liceu de certeza e que mesmo, se estudarem muito, vão para Lisboa. Depois há aqueles empregadinhos, mais ou menos, que fazem o seu sábado, com o seu tinto e o seu bacalhau, que podem comprar o seu rádio transmissor, as suas coisas. Depois há os trabalhadores de cais, reparadores de carros, podemos meter aí os motoristas e outros que vivem um bocado melhor.

Trabalhadores assalariados em geral. E depois há aquela gente que não tem nada que fazer, que vive de expedientes cada dia, por todo o lado, que nem mesmo sabem que fazer para arranjam maneira de viver. Quer gente de vida fácil, como as prostitutas, quer pedintes, trapaceiros, ladrões, etc., gente que não tem nada que fazer. Isto é que é a sociedade das cidades.

Mas se vocês repararem bem, podem ver que esses descendentes de guineenses ou de caboverdianos que estão bem na vida, o seu interesse é um só, o seu interesse é comum: todos agarrados aos tugas, fingindo ser portugueses o máximo que podem, até proibem os filhos de falarem outra língua em casa que não seja o português, vocês sabem bem. E se virmos outro grupo, o seu interesse é também mais ou menos o mesmo. Os Zé Marias, os João Vaz, e outros também, claro, que eram empregados. Alguns de vocês, por exemplo, que eram empregados, mas que são nacionalistas, não é verdade?

Mas os interesses eram mais ou menos os mesmos, vivem sempre na mesma esfera, no mesmo grupo social.

Assim como os trabalhadores do cais, de barcos, carregadores, etc., já é outro grupo. Vocês podem encontrar- se, conversar, etc., mas que não vão sentar- se juntos com eles à mesa para comer. Assim como no grupo dos tugas, por exemplo, as famílias do governador, do diretor do banco, do diretor da Fazenda, etc., não vemos aí nunca a mulher do tuga operário ou de qualquer um que é batedor de chapas. Só se ele tiver alguma filha muito linda, que toda a gente admira, e que de vez em quando vai dançar com a gente da alta. Mas a mãe que não sabe ler nem escrever, não vai. Acompanha a filha à porta e sai. Vocês lembram- se de casos desses em Bissau.

A sociedade, em Cabo Verde, é parecida; o mesmo gênero de sociedade, na cidade. Somente em Cabo Verde esse grupo de africanos que tem alguns meios, era há tempos muito maior que na Guiné. Tanto funcionários como proprietários, donos da terra. Embora esteja a terra no mato, eles vivem na cidade. Ena cidade a posição é, mais ou menos, esta: funcionários ou empregados já com certo nível, pequenos funcionários e empregados, trabalhadores que podem ser postos fora qualquer dia e aqueles que não têm nada que fazer. Esta é que é a sociedade da cidade, tanto na Guiné como em Cabo Verde. Na Guiné ou em Cabo Verde, o número de brancos foi sempre pequeno. Na Guiné nunca passaram de três mil, e em Cabo Verde parece mesmo que nunca chegaram a mil. Brancos civis, fazendo uma vida normal, como funcionários, técnicos, comerciantes, empregados, etc.

E claro que esta sociedade na cidade, temos que vê- la em relação à luta para fazermos a unidade.

Porque nós, contra os colonialistas portugueses, queremos até mesmo gente desse grupo de brancos, para lutarem ao nosso lado, se eles quiserem. Porque entre os brancos, pode haver uns que são a favor do colonialismo e outros que são anti- colonialistas. Se esses se juntarem a nós, é bom, é mais força contra os colonialistas. Aliás, vocês sabem que exploramos isso bastante. O camarada Luís Cabral, por exemplo, se conseguiu fugir, foram os brancos que o tiraram de Bissau, para passar em Ensalma, para seguir para a fronteira. Dois brancos, todos vocês sabem.

Uma pessoa que teve influência no trabalho do nosso Partido em Bissau, foi uma portuguesa. Só quem não está no Partido é que não sabe isso. O Osvaldo, a primeira pessoa que lhe ensinou coisas para a luta, foi ela, não fui eu. Eu não conhecia o Osvaldo.

Quer dizer, para lutar contra o inimigo colonialista, todas as forças que possamos juntar, que venham, que venham. Mas não é às cegas, temos que saber qual é a posição de cada um em relação aos colonialistas. Então, nas cidades verifica- se o seguinte: brancos, muito poucos fizeram alguma coisa contra os colonialistas. Primeiro, porque eles são a classe colonial, os que,

representam mais o colonialismo na nossa terra; segundo, porque vários não estão para isso, porque têm a sua vida, querem ir-se embora quando ganharem muito dinheiro, não estão para maçadas; e terceiro, porque os brancos, os tucas que vivem na nossa terra, não têm em geral formação política bastante para tomar uma atitude concreta, aberta, contra um regime qualquer, estejam onde estiverem.

Enós, africanos? Entre os grupos a que podemos chamar pequeno-burgueses, gente com uma vida certa, seja descendentes de guineenses ou de cabo-verdianos, aparecem sempre três grupos de pessoas. Um grupo pequenino, mas forte, que é a favor dos colonialistas, que nem mesmo querem ouvir falar disso, da luta contra os tucas. Daquelas pessoas que foram a minha casa em Pessubé, como gente grande, bem empregada, comendo bem, bebendo bem, que vai a férias, etc., sentaram-se e disseram: «Bom, queremos conversar contigo. Tu, filho do fulano de tal, nós conhecemos-te bem, estás-te a meter em problemas, estás a estragar a tua carreira de engenheiro, nós queremos aconselhar-te, porque nós não temos nada que fazer contra os tucas, nós todos somos portugueses». Para esses não há remédio. Uma grande maioria de pequeno-burgueses, que está indecisa, que estava indecisa e que certamente ainda está hoje, porque eles pensam: «O Cabral vem com as suas coisas, com a sua gente, de fato seria bom que corrêssemos com os tucas, mas...». Quem mais sofre com os tucas são essa gente da cidade, todos os dias os tucas estão em cima deles, a aborrecê-los, nas cidades, quer dizer, Mansoa, Bissau, Bissorã, Praia, S. Vicente.

Os brancos que vêm como aspirantes ou escriturários. Se há concursos, os brancos passam logo à frente. Por exemplo, o pai do Cruz Pinto, tanta gente que lhe passou adiante, mas ele estava lá, assim como os pais de outros que estão aqui. É gente que sofre diretamente com o colonialismo todos os dias.

Enquanto, por exemplo, o homem que vive no mato, lá no fundo do Oio, ou no Foreá, por vezes morre sem ter visto um branco. Lembro-me, por exemplo, que, quando um agrônomo português foi comigo visitar certas áreas no Oio, as crianças chegavam perto dele e esfregavam-lhe o braço para ver porque é que ele era assim, branco. Alguns lhe perguntaram mesmo—mas porque é que você é assim? Nunca tinham visto um branco.

Enquanto que quem vive na cidade vê brancos todos os dias. Continuando, esse é um grupo de gente, grande grupo de pequeno-burgueses que têm o seu vencimento no fim do mês, e que o seu desejo de fato é que os tucas se vão embora, mas têm medo, porque não sabem se na realidade nós podemos ganhar. O Cabral veio com a sua gente, as suas idéias, mas se nós perdemos ?

Perdemos a nossa geleira, o nosso dinheiro no fim do mês, o nosso rádio, o nosso sonho de ir a Portugal passar as férias. Férias em Portugal para virem depois gabar-se (roncar), etc. Tudo isso fá-los ficar na indecisão na balança.

Mas há um grupo pequeno que desde o começo se levantou com a idéia de lutar, que é contra o colonialismo português, que está pronto a morrer, se for preciso, contra o colonialismo português. E é nesse mesmo grupo que surgiram pessoas que pegaram no Partido. Porque se vocês repararem bem, a maior parte das pessoas que criaram o Partido, nem pagaram imposto, nem levaram porrada, nem mesmo tiveram falta de emprego, pelo contrário, tinham uma vida razoável. Essa é a situação da nossa pequena- burguesia diante da luta, quer na Guiné, quer em Cabo Verde.

E os nossos trabalhadores assalariados ? A maioria é favorável à luta, pelo menos no começo.

Nós estamos a falar do começo. A maioria, carpinteiros, pedreiros, sobretudo marinheiros, mecânicos, motoristas mesmo, que sentiam a exploração no duro, que ganhavam um salário miserável. É que quando um homem que trabalha como pedreiro ganha dez, e um branco ganha 80\$00, senão 800\$00, ele sente uma exploração grande pela sua condição de vida. Mas nesse grupo também há gente que não quer lutar, que é favorável ao colonialismo.

E nesse grupo de gente que não tem nada que fazer, que não tem trabalho, em geral não encontramos gente para a luta. Em geral é gente que serve de agentes da PIDE, muitos deles. Enquanto que outros são razoáveis.

No caso da Guiné, concretamente, é preciso reparar que há um certo grupo de gente que está entre a pequena- burguesia e os trabalhadores assalariados, não sei bem que nome dar- lhes.

Muitos rapazes que não têm emprego certo, sabendo ler e escrever, trabalhando um bocado ou outro, vivem muitas vezes à custa do tio que está na cidade—e nós temos muito disso na nossa terra—mas que tinham um contacto permanente com o colonialismo: jogadores de bola, um tanto entusiasmados com o tuga, mas sentiam também um bocado, por exemplo: bom jogador, baile no UDIB, mas ele não pode entrar, etc. Essa gente veio para a luta muito rapidamente. E desempenharam um papel importante nesta luta, porque, por um lado, são da cidade e por outro lado estão muito ligados ao mato. Não tinham nada a perder a não ser o seu jogo de futebol ou um empregozinho (alfaiate, carpinteiro) mas, que praticamente não queriam aquele emprego porque sabiam bem que isso não valia muito, para poderem viver (roncar) junto do tuga. Porque eles querem roncar ao lado do tuga e querem a África também. Gente que aprendeu na cidade como é bom ter coisas boas, mas que por causa da humilhação que sofre, sente que o tuga está a mais. E o Partido ajudou- os a aumentar a sua consciência disso.

E no mato? No mato é conforme: se for na nossa sociedade balanta, não há problema. A sociedade balanta é uma sociedade chamada horizontal, quer dizer, não tem classes, por cima uma das outras. Os balantas não têm chefes

grandes, os tugas é que lhes arranjaram chefes. No balanta, cada família, cada morança, tem a sua autonomia e, se há algum problema, é o conselho dos velhos que o resolve, mas não há um Estado, não há nenhuma autoridade que manda em toda a gente. Se havia, no nosso tempo, porque vocês são jovens, é porque o tuga o pôs lá. Há mandingas chefes de balantas, antigos cipaios que põem como chefes. Mas eles não podem resistir, que é que hão- de fazer, aceitam- nas estão- se marimbando para o chefe. Cada um manda na sua casa, e entendem- se bem, juntam- se para lavrar, etc., e não há muita conversa. E até acontece no grupo balanta haver duas moranças perto uma da outra e elas não se dão entre elas.

Ou por causa da terra, ou qualquer outra questão do passado. Não querem nada uma com a outra. Mas isso são costumes antigos que era preciso explicar, donde vêm, se tivéssemos tempo.

Coisas passadas, de sangue, de casamento, de crenças, etc. A sociedade balanta é assim: Quanto mais terra tu lavras, mais rico tu és, mas a riqueza não é para guardar, é para gastar, porque um não pode ser muito mais que o outro. Esse é que é o princípio da sociedade balanta, como doutras sociedades da nossa terra. Enquanto os fulas, os manjacos, etc., têm chefes, mas chefe não porque o tuga o pôs lá, é a própria evolução da sua história. Claro que temos que dizer aos camaradas que, na Guiné, os fulas e os mandingas, pelo menos, são gente que veio de fora. A maioria dos fulas e dos mandingas da nossa terra, era gente antiga da terra, que se tornou fula ou mandinga. É bom saberem bem isso, para poderem compreender certas coisas. Porque se compararmos as regras da vida dos fulas da nossa terra com as dos fulas de verdade noutras áreas de África, há já um bocado de diferença, mesmo no Futa Djalon já é diferente. Na nossa terra muitos se tornaram fulas: os mandingas antigos viraram fulas.

Os mandingas mesmo que vieram, conquistaram até a região de Mansoa e mandinguisaram as pessoas, transformaram- nas em mandingas. Os balantas recusaram- se e muita gente diz que a própria palavra balanta significa aqueles que recusam. O Balanta é aquele que não se convence, que nega. Mas não recusou tanto porque existe balanta- mane ou mansoanca. Sempre apareceram alguns que aceitaram e foram aumentando aos poucos, aceitar ser muçulmanos.

Balantas, pepel, mancanhas, etc., era tudo gente do interior de África que os mandingas empurraram para junto do mar. Os Sussus da República da Guiné, por exemplo, vêm do Futa- Djalon, os mandingas e os fulas é que os tiraram de lá. Os mandingas tiraram e depois vieram os fulas que tiraram também mandingas. Como dissemos, a sociedade de fulas, por exemplo, a sociedade manjaca, já é uma sociedade que tem gente (classes) de baixo para cima.

Na balanta não, quem levantar muito a cabeça já não presta, já quer virar branco, etc. Por exemplo, se por acaso lavrar muito arroz, é preciso fazer uma grande festa, para gastar. Enquanto que os fulas e os manjacos têm outras

regras, uns mais do que os outros. Quer dizer, as sociedades manjaca e fula são chamadas verticais. Em cima há o chefe, a seguir os religiosos, a gente grande da religião que com os chefes forma uma classe, a seguir vêm os outros de profissões diversas (sapateiros, ferreiros, ourives) que, em qualquer sociedade não têm direitos iguais aos de cima.

No costume antigo, quem é ourives, tem mesmo vergonha. Quanto mais se for «Djidiu».

Portanto, uma série de profissões, em escala, mas umas abaixo de outra. O ferreiro não é a mesma coisa que o sapateiro e o sapateiro não é a mesma coisa que o ourives, etc., cada um tem a sua profissão, claro. Depois então vem a grande massa da gente que lavra o chão. Lavra o chão para os chefes, como é costume. Esta é a sociedade fula e a sociedade manjaca. Com todas as teorias necessárias, teorias como: um dado chefe está ligado com Deus. No manjaco, por exemplo, se alguém é lavrador, ele não pode lavrar o chão sem ordem do chefe, porque o chefe é que tem a palavra de Deus para lhe dar. Cada um é livre de acreditar no que quiser. Mas todo um ciclo criado para quê? Para os que estão por cima garantirem a certeza de que os que estão por baixo não se levantam contra eles. Mas na nossa terra aconteceu várias vezes entre os fulas, por exemplo, que gentes de baixo, levantaram-se e lutaram contra os de cima.

Houve revoltas de camponeses em grande, várias vezes. Temos, por exemplo, o caso de Mussa Molo, que deitou abaixo e tomou conta do lugar. Mas acabou de tomar conta do lugar, adaptou a mesma lei antiga, porque essa é que era boa, tudo continuou na mesma, porque assim é que está bem. Esqueceu-se logo donde tinha saído. Isso é o que muita gente quer infelizmente.

Nesta sociedade do mato, grande número de balantas pegou na luta e não é por acaso, não é porque os balantas são melhores que os outros. É por causa do tipo de sociedade que eles têm, sociedade horizontal (rasa) mas, de homens livres, que querem ser livres, que não têm nenhuma opressão em cima, a não ser a opressão dos tugas. O balanta é ele e o tuga por cima dele, porque o chefe que lá está, o Mamadu, ele sabe que não é nada seu chefe, foi o tuga que o pôs lá.

Portanto, mais interesse ele tem em acabar com isso para ficar com a sua liberdade absoluta. E é por isso também que quando qualquer elemento do Partido comete um erro com os balantas, eles não gostam e zangam-se depressa, mais depressa do que qualquer outro grupo.

Enquanto que entre fulas e manjacos não é assim. A grande massa que sofre de facto é a de baixo, os trabalhadores da terra (camponeses). Mas entre eles e os tugas há muita gente. Já se habituou a sofrer, a sofrer com a sua própria gente, sob a opressão da sua própria gente. E que quem lavra a terra, tem que trabalhar para todos os chefes, muitos chefes, além de chefes de posto. Então

verificou-se o seguinte: quando compreenderam de facto, grande parte dos camponeses pegou na luta, salvo um grupo ou outro no qual não trabalhamos bem. Nos que estão acima deles (os profissionais) alguns pegaram e outros não, mas muito interesseiros, trabalham muito para eles mesmo (artesãos) e entre os religiosos e os chefes, raros foram os que pegaram no Partido, porque têm medo de perder os seus privilégios, a favor da luta. Nessas sociedades de classes, há um grupo que desempenha um papel especial: os que levam mercadorias dum lado para outro, para vender ou para trocar (dentro ou fora da terra). Trocam mercadorias, emprestam dinheiro aos chefes, etc. São os «Djilas». É um grupo especial, no quadro da nossa sociedade.

Essas são as sociedades que têm classes: classe dirigente, classe de artesãos, classe de camponeses. Era preciso fazer unidade, o máximo possível, das forças de diferentes classes, de diferentes elementos da sociedade para fazermos a luta na nossa terra. Não é preciso unir toda a gente, como já disse, mas é preciso ter um certo grau de unidade. Mas isso vê-se numa sociedade apenas do ponto de vista da sua estrutura social, no seu sentido comum, vulgar.

Porque na nossa sociedade há vários grupos étnicos, quer dizer, grupos com culturas e costumes diferentes e que, segundo a sua própria convicção, vieram de grupos diferentes, de origens diferentes: fulas, mandingas, papéis, balantas, manjacos, mancanha, etc., incluindo também descendentes de cabo-verdianos, na Guiné.

Em Cabo Verde, no campo, no mato, é complicado. Porque há: proprietários de terra (há grandes e pequenos proprietários), há rendeiros (ligados em geral aos grandes proprietários), parceiros, lavram a terra que não lhes pertence, para depois repartir com o dono o resultado da colheita. Os rendeiros lavram a terra, mas têm que pagar a renda para o dono da terra. E há alguns trabalhadores agrícolas, mas são poucos, não chegam para formar uma classe. Trabalham nas propriedades de outros. Felizmente em certo ponto, e infelizmente noutra, porque houve muita desgraça, os grandes proprietários perderam muito das suas terras, com as crises que houve em Cabo Verde por falta de chuvas, mas principalmente pela má administração portuguesa. Tiveram que hipotecar, quer dizer entregar ao Banco para o Banco lhes dar dinheiro, mas depois eles não podem pagar e perdem a terra. Então o Banco e a Caixa Económica é que são os maiores grandes proprietários na nossa terra hoje. Pequenos proprietários ainda há alguns hoje. Os rendeiros, portanto, arrendam a terra ao Banco ou à Caixa Económica, ou a um ou outro proprietário que ainda existe. Quer dizer, este grupo é um grupo de gente que não tem terra. Enquanto na Guiné não podemos dizer a ninguém: vamos lutar para ter terra, em Cabo Verde já é possível dizer a esta gente, vamos lutar porque quem lutar na nossa terra, poderá ter a sua própria terra para cultivar. Esta é que é a diferença fundamental entre o mato na Guiné e o mato em Cabo Verde.

Todo este grupo, se trabalharmos bem, todo ele será favorável à luta. Os grandes proprietários serão contra a luta, de certeza. Os pequenos proprietários, uns serão a favor e outros contra, porque são comparáveis à gente da pequena-burguesia. Uns a favor, outros contra e outros indecisos. Uns contra porque pensam que queremos tomar a terra e vamos acabar com a propriedade, ele é contra, porque ele está à espera. Uns a favor porque pensam que nós tomamos a terra, vai haver liberdade e podem fazer a sua terra pequenina uma terra grande. Outros na dúvida porque não sabem bem o que queremos, podem ganhar qualquer coisa, podem perder, ainda estão mais ou menos bem com o tuga, hesitantes.

Mas outras contradições há, por exemplo na Guiné—há grupos étnicos, as chamadas tribos, que nós chamamos raças. Sabemos quantas contradições houve entre eles, em tempos passados, um passado por vezes não muito longe.

Nos anos 30, em Bissau, na área de Bissalanca, no Chão-dos-Manjacos. E sabemos que, por exemplo, no Oio, em 1954, eu mesmo assisti, contradição grande entre Balantas e Oincas. Tudo por causa de idéias antigas que ainda existem na cabeça das pessoas, mas interesses práticos, concretos, ou porque roubaram as vacas, ou porque levaram as badjudas, ou porque lavraram a terra que não lhes pertencia, etc. E que os tugas podem explorar e exploram para provocar conflitos entre a nossa gente. Estas são algumas das contradições que queríamos explicar aos camaradas.

Tanto na Guiné como em Cabo Verde, o nosso objectivo foi eliminar as contradições da melhor maneira, levantar toda a gente para pegarmos num objectivo comum: correr com os colonialistas tugas.

E no quadro da Guiné e Cabo Verde, considerados conjuntamente? Há alguma contradição? Cada um pode pensar bem e ver. A contradição que havia, que pode parecer que havia, era o seguinte: muitos funcionários e empregados coloniais na Guiné são cabo-verdianos, vários chefes de posto são cabo-verdianos, e dado que, em Cabo Verde a instrução foi mais desenvolvida, mais possibilidades existem para os cabo-verdianos conseguirem emprego, do que para os próprios filhos da Guiné. Isso pode parecer que eles (cabo-verdianos) é que estão a tomar nas suas mãos os interesses do povo da Guiné. Eles é que ganham. Mas se virmos bem, também há filhos da Guiné que estão nas mesmas condições dos cabo-verdianos, e que nunca houve contradição entre essa gente que está nas cidades e a nossa gente do mato. Na cidade é que há contradição.

Contradição entre quem? Entre descendentes da Guiné que queriam ter vida que tinham os cabo-verdianos (como chefe de posto, que são agentes do colonialismo), contra o nosso povo. Enquanto que, em Cabo Verde, o povo é também explorado, como é explorado na Guiné. E nalguns aspectos muito mais durante, com fome e com exportação de homens como trabalhadores contratados para S. Tomé e para Angola, como animais, praticamente. Então a

contradição que podia existir entre guineenses e cabo-verdianos é a contradição à busca de emprego, de bons lugares. Por exemplo, um indivíduo que tem 2.º grau ou 3.º ano do liceu na Guiné, vê um cabo-verdiano que vem e toma um lugar de chefe de posto, que come galinha, cabrito, a quem tiram o chapéu, etc., e ele não conseguiu isso ainda. Nasce uma certa coisa nele. Mas se estudarmos bem o problema, vemos que a tendência geral dessa pequena-burguesia guineense é a de viver bem com a pequena-burguesia cabo-verdiana.

A tendência geral é a de se entenderem; ao lado dos tucas. E nunca vimos, no mato, por exemplo, qualquer contradição entre cabo-verdianos e guineenses.

Nada que possa ter qualquer semelhança com a contradição profunda que vimos entre certas raças da Guiné mesmo. Quase todos os camaradas podem ver isso bem.

Portanto, para nós, P.A.I.G.C., para o objectivo da nossa luta, de unidade da Guiné e Cabo Verde, não encontramos tantas dificuldades, do ponto de vista de análise como no caso da unidade na Guiné e unidade em Cabo Verde. Se tomamos só a Guiné, vemos muitas contradições dentro dela. Em Cabo Verde, tomando só Cabo Verde, há muitas contradições. Mas tomando no conjunto, as contradições diminuem. A contradição limita-se a existir apenas entre a pequena-burguesia, lá é que havia algumas contradições. E é dessa pequena burguesia que surgem os grupos oportunistas que têm combatido o P.A.I.G.C.

Grupos de oportunistas que no primeiro movimento que fizeram já eram ministros disto e daquilo, sentido de carreira, lugar, mais nada.

Claro que para nós o problema da unidade da Guiné e Cabo Verde não se põe por uma questão de capricho nosso, não é porque Cabral é filho de cabo-verdiano, nascido em Bafatá, que tem amor grande pelo povo da Guiné, mas também grande amor pelo povo de Cabo Verde. Não é nada por isso, embora seja verdade. Eu vi gente morrer de fome em Cabo Verde e vi gente morrer de açoites na Guiné (com bofetadas, pontapés, trabalho forçado) entendem? Essa é que é a razão da minha revolta. Mas a razão fundamental da luta pela unidade da Guiné e Cabo Verde é a própria natureza da Guiné e Cabo Verde que nos leva a isso. São os próprios interesses da Guiné e Cabo Verde que nos levam a isso.

Qualquer pessoa que não seja ignorante e que estuda os problemas a sério, que conhece a história a sério, que conhece tanto relativamente às raças da nossa terra, tanto na Guiné como em Cabo Verde, como à história colonial, essa pessoa, se tem de facto interesse em que o nosso povo avance para a frente, tem que ser a favor da unidade da Guiné e Cabo Verde. Mas mais, dentro das possibilidades da luta concreta para a nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde, qualquer pessoa que quer lutar a sério, como o P.A.I.G.C. conseguiu lutar e está a lutar, para realizar uma coisa, na análise, estudando o problema a fundo, que é o seguinte: não era possível a luta na Guiné, se não fosse junto, unido—

P.A.I.G.C.—não era possível a luta em Cabo Verde, se não fosse junto, unido—
P.A.I.G.C. Vocês sabem, camaradas, qual é a prova concreta disso ? Por exemplo:
não há movimento nenhum que tenha dito: —para nós só filhos da Guiné—e
que tenha avançado. Vocês conhecem alguém ? Não há movimento em Cabo
Verde, só de filhos de Cabo Verde, que tenha avançado, não há nenhum. Isso
quer dizer que a nossa análise foi certa, justa, sobretudo se tivermos em vista
as perspectivas como entidade econômica e política viável em África, capaz de
facto de realizar uma vida nova. Claro que todos aqueles que lutam pela
unidade africana, entendem que nós somos o único exemplo, com a Tanzânia
que resultou da União da Tanganica com Zanzibar, que luta de facto pela
unidade africana. Mas não existe um problema verdadeiro de lutar pela unidade
da Guiné e Cabo Verde, porque, por natureza, por história, por geografia, por
tendência econômica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um
só. Só quem for ignorante é que não sabe isso.

O tuga sabia isso muito bem. Carreira, com todos os seus abusos na Guiné,
sabia-o bem. Mas eles fingem não saber para nos dividirem. A sua esperança
era—se Cabo Verde pega na luta, mobilizar os guineenses para combater os
cabo-verdianos que não prestam e que estavam na Guiné como chefes de
posto. Se os filhos da Guiné pegarem na luta, mobilizar os cabo-verdianos,
tanto na Guiné como em Cabo Verde para combater duro contra os filhos da
Guiné, para não deixarem levantar, para não deixarem ser livres. Ora o nosso
Partido, passou-lhe aquela grande rasteira (boló). A maior rasteira da vida dos
tugas é essa: na primeira fornada de gente que foi para a cadeia, havia
guineenses e cabo-verdianos juntos. O tuga espantou-se (mâria). E se
repararem bem, vejam: há muita gente em Bissau que podia falar na Rádio, não
nos parece estranho ? Podiam falar na Rádio descompor-nos, etc., podiam fazer
bons artigos na Rádio dos tugas, mas nenhum faz isso. A Rádio é só Alfa
Umarú, Malan Ndjai e não sei quem mais, ou então algum bandido que fugiu, da
República da Guiné ou do Senegal, e foi falar em Francês em Bissau. Vocês já
viram isso bem? Como é que não há nenhum patrício nosso, seja da Guiné ou
de Cabo Verde, que foi à escola, que sabe bastante para falar na Rádio e que o
faça na nossa Guiné?

Não há, porque há muito tempo que o Partido passou a rasteira. O tuga perdeu
a confiança nessa gente, numa vez, e essa gente também perdeu a confiança e
não se mete nisso, porque não sabe, não sabe o que pode acontecer. Mas os
tugas, não há muito tempo, em português, depois de algum tempo, de começar
a luta armada, em português e mesmo em crioulo, já afirmavam:
«Filhos da Guiné e Cabo Verde vocês são um só, debaixo da bandeira de
Portugal». Vocês nunca ouviram? Mas, enquanto isso, em mandinga, dizem que
os cabo-verdianos não prestam. Para verem se conseguem manter ainda uma
certa divisão. Hoje estão já a acabar com isso, aos poucos. De vez em quando
põem um a dizer: «eu sou filho da Guiné, completo, não sou filho de
estrangeiro como alguns que nasceram aqui». Para verem se mantêm uma certa
idéia de divisão.

Assim como no começo da luta diziam: «fulas, vocês, com vocês é que vamos ganhar esta guerra, porque vocês é que são os melhores filhos da Guiné», etc.

Quando falam em Manjaco, dizem o mesmo. Dizem que os papéis é que fazem mal aos fulas, que os fulas é que fazem mal aos papéis, para dividir. Mas já viram que isso não dá nada. No nosso Partido ninguém dividiu, pelo contrário, cada dia nos unimos mais. Aqui não há papel, nem fula, nem mandinga, nem filhos de cabo- verdianos, nada disso. O que há é P.A.I.G.C. e vamos para diante.

Os tugas estão desesperados. Então são eles mesmo, por exemplo, que hoje nas suas revistas, como esta, que se chama «Ultramar», têm grandes artigos, estudando a questão da Guiné e Cabo Verde, e escrevem: «A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde —a sua unidade histórica e populacional». E sabem quem fez este artigo ? Carreira. Porque ele conhece de facto muitos problemas de história. E neste artigo ele reuniu todos os documentos que há nos arquivos dos tugas e estudou para onde é que os filhos da Guiné foram, quando foram enviados para Cabo Verde. Para S. Tiago ? Balantas, mandingas, beafadas, etc. Para S. Vicente ? Foram fulas, etc. Com relatórios, sobre a chegada destes, etc. No princípio eram contra, mas eles sabiam que nós somos a mesma gente, na Guiné e Cabo Verde.

Quer dizer, tanto do conhecimento da História, da realidade da nossa vida do passado, como do conhecimento dos interesses do nosso povo e da África, tanto na questão de estratégia de luta (porque qualquer pessoa que pensa na luta a sério, sabe que não há independência da Guiné sem a independência de Cabo Verde nem há independência da República da Guiné, nem do Senegal nem da Mauritânia, se eles querem ser países a sério, sem Cabo Verde ser independente, ouvem bem ? Não há. Só quem não entende nada de estratégia é que pode pensar que esta África pode ser independente, com Cabo Verde ocupado pelos colonialistas. É impossível. Assim como, vice-versa, não pode haver independência de Cabo Verde a sério, sem a independência da Guiné, e sem a África ser independente a sério) qualquer um que põe o interesse do seu povo acima dos seus próprios interesses—a análise séria dos problemas acima de quaisquer manias ou ambições— só pode chegar a uma conclusão que é a seguinte: A coisa melhor que o P.A.I.G.C. fez, que o grupo daqueles que criaram o P.A.I.G.C. fez, foi estabelecer como base fundamental— Unidade e Luta— Unidade da Guiné, Unidade em Cabo Verde e Unidade da Guiné e Cabo Verde.

Quem ainda não vir isso, verá mais tarde. Mas muitos africanos já começaram a vê-lo. Muitas forças amigas nossas começaram a ver, mas também os nossos inimigos já começaram a vê-lo. A preocupação dos imperialistas hoje, é a seguinte: «Cabral aceita ou não, a independência da Guiné, sem Cabo Verde ?».

Essa é que é a grande preocupação. «O P.A.I.G.C., aceita ou não a independência da Guiné sem Cabo Verde?». Isto é que o imperialista quer saber e perguntaram- no mesmo. Eu disse- lhe: «Ponha os tugas a perguntar, você não é tuga». Porque eles sabem muito bem qual é a importância que têm o nosso

conjunto. Um dia um dirigente africano disse- nos: vocês são inteligentes (djiro) . Perguntamos- lhe porquê e ele disse: Eu conheço a vossa gente na Guiné e a vossa gente em Cabo Verde. Se vocês conseguirem de facto o que estão a fazer, apesar de uma terra pequenina, vocês hão de ser um país forte dentro da África. Vamos a ver, dissemos.

Camaradas, vamos pois para a frente, reforçados pela certeza da nossa razão: a criação do P.A.I.G.C., nas bases que acabo de expor, foi a maior realização do nosso povo, para a conquista da liberdade e a construção do seu progresso e felicidade na Guiné e Cabo Verde.

2 - Partir da realidade da nossa terra

A REALIDADE

Outro problema que podemos passar a discutir é o seguinte princípio do nosso Partido: Nós *avançamos para a nossa luta seguros da realidade da nossa terra (com os pés fincados na terra)*.

Quer dizer, em nosso entender não é possível fazer uma luta nas nossas condições, não é possível lutar de facto pela independência de um povo, não é possível estabelecer de facto uma luta armada como a que tivemos que estabelecer na nossa terra, sem conhecermos a sério a nossa realidade e sem partirmos a sério dessa realidade para fazer a luta.

QUAL É A NOSSA REALIDADE?

A nossa realidade, como todas as outras realidades, tem aspectos positivos e aspectos negativos, tem forças e tem fraquezas.

Qualquer que seja o lugar onde tenhamos a nossa cabeça, os nossos pés estão fincados no chão da nossa terra, na Guiné e Cabo Verde, na realidade concreta da nossa terra, que é o facto principal que pode orientar o trabalho do nosso Partido.

Há gente no mundo que pensa que a realidade depende da maneira como o homem a interpreta. A realidade, coisas que se vêem, que se tocam, que se sentem, o mundo que está á volta de cada ser humano, para essa gente é o resultado daquilo que o homem tem na cabeça. Há outras pessoas que pensam que a realidade existe e o homem faz parte da realidade. Não é o que ele tem na cabeça que vai determinar a realidade, mas é a própria realidade que determina o homem. O homem é parte da realidade, o homem está dentro da realidade e não é aquilo que se tem na cabeça que determina a realidade. Pelo contrário, a própria realidade em que o homem vive é que determina as coisas que o homem tem na sua cabeça.

Os camaradas podem perguntar: Qual é a nossa posição, do PAIGC, em relação a essas duas opiniões? A nossa opinião é a seguinte: O homem é parte da realidade, a realidade existe independentemente da vontade do homem, e o homem, na medida em que adquire consciência da realidade, na medida em que a realidade influencia a sua consciência, cria a sua consciência, ele pode adquirir a possibilidade de transformar a realidade a pouco e pouco. Esta é que é a nossa opinião, digamos, o princípio do nosso Partido, sobre as relações entre o homem e a realidade.

Uma coisa muito importante numa luta de libertação nacional é que aqueles que dirigem a luta nunca devem confundir aquilo que têm na cabeça com a realidade. Pelo contrário, quem dirige uma luta de libertação nacional deve ter muitas coisas na cabeça, cada dia mais, tanto a partir da própria realidade da sua terra, como da realidade doutras terras, mas ele deve medir, fazer planos, respeitando a realidade e não aquilo que tem na cabeça. Isso é muito importante, e o facto de não o respeitar tem criado muitos problemas na luta de libertação dos povos, principalmente em África.

Eu posso ter a minha opinião sobre vários assuntos, sobre a forma de organizar a luta, de organizar um Partido, opinião que aprendi, por exemplo, na Europa, na Ásia, até mesmo talvez noutros países de África, nos livros, em documentos que li, com alguém que me influenciou. Mas não posso pretender organizar um Partido, organizar uma luta de acordo com aquilo que tenho na cabeça. Tem que ser de acordo com a realidade concreta da terra.

Podemos dar muitos exemplos. Claro que não podemos pretender, por exemplo, organizar o nosso Partido de acordo com os partidos da França ou de qualquer país da Europa, ou mesmo da Ásia, com a mesma forma de Partido.

Começamos um bocado assim, mas aos poucos tivemos que mudar para nos adaptarmos à realidade concreta da nossa terra. Outro exemplo: no começo da nossa luta, estávamos convencidos de que, se mobilizássemos os trabalhadores de Bissau, de Bolama, de Bafatá para fazerem greves, para protestarem nas ruas, para reclamarem na Administração, os tugas mudariam, nos dariam a independência. Mas isso não é verdade. Em primeiro lugar, na nossa terra, os trabalhadores não têm tanta força como noutras terras. Não é uma força tão grande do ponto de vista económico, porque na nossa terra é fundamentalmente no campo, que reside a grande força económica. Mas no campo era quase impossível fazer greves, dadas as condições da situação política do nosso povo, da sua consciência política, e até dos seus interesses imediatos. Era impossível fazer o nosso povo parar de cultivar aquelas coisas que os colonialistas estavam a explorar. Além disso, o tuga, nosso inimigo colonialista, não é como nós, que temos um certo respeito por certas coisas. Às greves e às manifestações, os tugas responderam caindo em cima de nós para matar todos, para acabar com tudo.

Assim, tínhamos que adaptar a nossa luta a condições diferentes, à nossa terra, e não fazer como se fez noutras terras.

E muitas outras coisas mostram claramente que é preciso ter em conta de facto à *realidade concreta* da terra, para fazer a luta. Mesmo na questão da mobilização, preparação de gente, etc., tivemos que considerar o problema na Guiné duma maneira e em Cabo Verde doutra maneira.

Porque no caso da Guiné, podemos estar ou na República da Guiné ou no Senegal, ir e vir. Em Cabo Verde já é mais difícil porque está no meio do mar, temos que arranjar um outro processo para garantir melhor a luta, para não haver necessidade de muito vai e vem. E na evolução da luta, mais tarde, quando começarmos a luta armada em Cabo Verde, tem que ser uma luta armada feita duma maneira um bocado diferente da Guiné. Porque não podemos pôr o problema como, por exemplo, em 1962, na nossa terra, em que os nossos camaradas estavam muito afrontados (*fronta*) no mato — ainda não tínhamos armas—e nós demos ordens para saírem todos os quadros. Esaiíram mais de 200 quadros para evitar muitas desgraças. Até que depois entramos de novo e avançamos com a luta. Em Cabo Verde não podemos fazer isso, fazer muita gente sair rapidamente.

Temos que considerar em cada caso concreto, a realidade concreta. Mesmo na Guiné, por exemplo: cometemos um erro grave na nossa análise antes da luta, embora tivéssemos tomado em atenção bastante as condições de vida do povo balanta, do povo fula, do povo mandinga, do povo papel... e qual a sua posição na luta. Tivemos em atenção os pequeno- burgueses, os trabalhadores assalariados, empregados de balcão, empregados do porto... e qual a sua posição na luta, descendentes de cabo- verdianos e qual a sua posição na luta.

Tomamos tudo isso em atenção, mas cometemos um erro grande. É que não tomámos bem em consideração a situação dos chefes tradicionais, dos régulos (fulas, manjacos), esses dois sobretudo. Não o tomamos bem em atenção, porque partimos do princípio seguinte: eles (os seus grandes) anteriormente lutaram contra os tugas, foram vencidos, portanto devem ter vontade de lutar outra vez. Foi um erro; enganamo- nos.

Devemos considerar que aprendemos a fazer a luta à medida em que fomos avançando (no caminho). A luta no litoral da nossa terra é uma, entre os manjacos é outra, no Oio tem que ser de outra maneira. Há muitas diferenças.

Por exemplo, os *homens grandes* mandingas: temos que ver a maneira de lidar com eles, não da mesma maneira que tratamos com os *homens grandes* balantas. Mas em Gabú tivemos que fazer a luta duma maneira completamente diferente. Se compararmos a luta em Gabú com a luta no Sul da nossa terra, são duas lutas como se se tratasse de duas terras diferentes.

É preciso realismo, considerar a realidade concreta. Mesmo na questão de certas coisas que estão a avançar aos poucos. No começo, os homens não queriam reuniões com as mulheres. Passo a passo, não forçamos, enquanto noutras áreas as mulheres entraram logo nas reuniões, sem problemas. Nós temos que ter consciência da realidade, não só da realidade geral da nossa terra, mas das realidades particulares de cada coisa, para podermos orientar a luta corretamente. Os responsáveis ou dirigentes que têm esse sentido da realidade em consideração, que não pensam que a verdade é aquilo que têm na

cabeça, mas que a verdade é aquilo que está fora da sua cabeça, só esses é que podem orientar bem o seu trabalho de militantes, de responsáveis, numa luta como a nossa. Infelizmente, devemos reconhecer que muitos camaradas tomaram responsabilidades nesta luta sem considerar esse fator, embora nós sempre tenhamos dito isso.

Mas a realidade não é nenhuma coisa que existe ela só, por exemplo: o nosso camarada Manuel Nandigna é uma realidade, é um fato real. Mas ele não pode existir sozinho, ele só não é nada, uma realidade nunca está isolada de outras realidades. Qualquer que seja a realidade que considerarmos no mundo ou na vida, por menor ou por maior que seja, ela faz sempre parte de outra realidade, está integrada noutra realidade, está influenciada por outras realidades, que também têm influência noutras ou doutras realidades. Tanto a nossa terra, Guiné e Cabo Verde, como a nossa luta, fazem parte de uma realidade maior que essa, e é influenciada e influencia outras realidades no mundo. Por exemplo, se considerarmos a realidade da Guiné e a realidade de Cabo Verde: primeiramente, existe já uma realidade maior, Guiné e Cabo Verde.

Mas essa realidade está dentro da realidade da África Ocidental; com os nossos dois países vizinhos ainda mais perto; podemos alargar um bocadinho mais, com os nossos dois países vizinhos primeiro, com a África Ocidental depois, e com a realidade da África toda e com a realidade do mundo, embora haja outras realidades entre estas.

Quer dizer, a nossa realidade, para nós, está no centro duma realidade complexa, porque é a que mais nos interessa. Para outras gentes não seria assim, ela estaria noutro lado qualquer, e a realidade central seria a delas. Mas mesmo que a consideremos no centro, a nossa realidade não está isolada, não está só. Em muitas coisas que temos de fazer, temos que pensar antes que estamos integrados noutras realidades. Isso é muito importante para não cometermos erros.

Suponhamos a posição dum corpo do nosso Exército num lado qualquer. Ele não pode agir nunca como se fosse uma realidade isolada, tem que agir sempre como integrado num Exército do PAIGC, integrado na luta do povo da Guiné e Cabo Verde. Se agir assim, está a agir bem, se não agir assim, está a agir mal.

Um comissário político, por exemplo, de Quinara ou de qualquer outro lado, por exemplo, S. João, tem que agir sempre como integrado em Quinara, mas não só em Quinara, no Sul, em todo o Sul, e não só aí, na Guiné inteira, e não só aí, na Guiné e Cabo Verde juntos. Temos que ter em cada momento à parte e o conjunto. Só assim é que podemos agir bem, mas infelizmente a tendência de muitos camaradas é fazer da sua realidade a única realidade que existe, esquecendo-se do resto. A tal ponto que é possível encontrar, por exemplo, camaradas numa determinada área que sabem que os camaradas de outra área não têm munições e não são capazes de mobilizar a sua gente para levar as

munições. Isso mostra a nossa falta de consciência de ver a nossa própria realidade, e como é que estamos integrados numa realidade maior, que nós próprios criamos, mas que não temos ainda plena consciência dela. Além disso, temos que contar com a realidade dos outros. Dentro da nossa terra, por exemplo, o trabalho de um comissário político pode ser muito bom, suponhamos em Sara. Mas se no Oio, em Biambi, ou na área de Bafatá, o trabalho político não é bom, o trabalho em Sara não avança tanto.

Um corpo do nosso Exército, suponhamos, de Canchungo, ou da área de Nhacra, pode lutar bastante, atacar os tucas todos os dias. Mas se, noutras áreas, outras unidades do nosso Exército não lutam bastante, o sacrifício e as vitórias de Nhacra ou de Canchungo não têm o devido valor.

Mas para nós ainda há mais: se a luta na Guiné avançar muito, mas a luta em Cabo Verde não avançar nada, mais dias menos dias prejudicamos a luta na Guiné grandemente. Basta dizer o seguinte, do ponto de vista estratégico: não pode haver paz na Guiné se os tucas tiverem bases aéreas em Cabo Verde, é impossível. Se libertamos totalmente a Guiné, por exemplo, os tucas podem bombardear-nos com bases aéreas instaladas em Cabo Verde. Podem conseguir muitos mais aviões e a África do Sul, que tem interesses em Cabo Verde, pode fornecer-lhes grande quantidade. Temos que estudar a possibilidade de levar para a frente estas duas realidades ao mesmo tempo, como uma realidade de conjunto, uma só realidade.

Mas se nós, na Guiné e em Cabo Verde, lutarmos muito, e os povos de Angola e Moçambique não lutarem nada, se porventura os tucas pudessem tirar todas as tropas de Angola e Moçambique e mandá-las para a nossa terra, não sei quando conquistaríamos a nossa independência, porque os tucas iriam morar em todas as nossas tabancas. Seriam tantos que poderiam ocupar todas as tabancas e lavrar o arroz. Estamos a ver, portanto, que a realidade da nossa luta faz parte da realidade da luta das colónias portuguesas, que nós queiramos ou não; não é uma questão da vontade, não que eu decidi isso, nem o Bureau Político do Partido, não foi nenhum de vocês que decidiu. Que nós queiramos ou não, é assim. Essa é que é à força da realidade. Tudo está é no seguinte: termos consciência disso, trabalharmos para podermos caminhar todos juntos, como deve ser. É a única coisa que pode explicar a política do nosso Partido, a teimosia do nosso Partido com a CONCP, quer dizer, com o grupo dos movimentos das colónias portuguesas, no seu conjunto. Porque nós sabemos o que é a realidade. Nós mesmos, tivemos uma grande influência na criação da FRELIMO, movimento de Moçambique, porque era preciso lutar em Moçambique e depressa.

Mas nós podemos lutar em todas as colónias portuguesas e até ganhar a nossa independência, mas se o racismo continuar na África do Sul, com os colonialistas a mandar ainda, direta ou indiretamente, em muitas terras de África, não podemos acreditar numa independência a sério em África. Mais dia

menos dia a desgraça virá de novo. Portanto, nós fazemos parte de uma realidade concreta que é a África, lutando contra o imperialismo, contra o racismo, contra o colonialismo. Se não temos consciência disso, podemos cometer muitos erros.

E mesmo do lado da nossa terra, olhando para a República de Guiné e o Senegal, com Cabo Verde à frente, no meio do mar, tendo em frente à Mauritânia, o Senegal, a Guiné. Nós constituímos um conjunto em que as partes estão dependentes umas das outras. Por exemplo, a nossa luta depende muito da República de Guiné e do Senegal também. Desde o princípio realizamos a importância que tinham para nós a República da Guiné e o Senegal. Nós orientamos toda a nossa luta no sentido de avançarmos com eles, de criar condições favoráveis para beneficiar das conseqüências dessa realidade. Mas é preciso termos consciência do seguinte: é que tanto a República da Guiné como o Senegal têm consciência de que a nossa realidade também é importante para a sua realidade, e dessa consciência depende a maior ou menor ajuda que eles possam dar. Porque cada um deles deve pensar:—Quem é que amanhã vai mandar naquela terra? Isso é importante para nós ou é contra o nosso interesse? É todo um problema. Mas os tucas têm também a noção clara disso.

Ainda há dias, por exemplo, eu fui à Mauritânia, e todos os rádios do mundo disseram que tive conversações com o presidente Ould Dadah, que fui muito bem recebido, etc. Imediatamente, os tucas desencadearam uma campanha na sua Rádio, a África do Sul também desencadeou por seu lado outra campanha, dizendo que eu fui à Mauritânia para estabelecer uma base para atacar Cabo Verde. E que já disseram há muito tempo que o nosso objetivo é prejudicar o pacto do Atlântico. Vocês vêem, portanto, como é que todas as realidades têm uma relação. Mas todos nós, em África, fazemos parte de uma realidade—do Mundo—que tem todos os problemas que vocês conhecem e, queiramos ou não, estamos metidos nesses problemas.

Hoje, o homem passeia na lua, colhendo os pedaços do solo da lua para trazer para a Terra. Parece que isso não tem nada a ver conosco, filhos da Guiné e Cabo Verde. Nós ainda estamos com os pés na lama para tirar os tucas da nossa terra. Mas tem uma grande importância para a nossa causa amanhã, e se não estivéssemos nesta luta difícil, devíamos fazer uma festa grande pelo fato de o homem ter chegado à lua. Isso é muito importante para o futuro da humanidade, da nossa Terra, deste planeta onde vivemos.

A realidade dos outros tem interesse para nós, portanto. A experiência dos outros também. Se eu souber que um de vocês saiu por um dado caminho, tropeçou por todos os lados, magoou-se, e chegou todo quebrado, e se eu tiver de ir pelo mesmo caminho, tenho que ter cuidado, porque alguém já conhece a realidade desse caminho e eu conheço a sua experiência. Se houver outro caminho melhor eu procuro segui-lo, mas se não houver, então tenho de apalpar com todo o cuidado, arrastando no chão se for preciso. A experiência

dos outros tem grande importância para quem faz uma experiência qualquer. A realidade dos outros tem grande importância para a realidade de cada um. Muita gente não entende isso, pega na sua realidade com a mania de que vão inventar tudo: «Eu não quero fazer o mesmo que os outros fizeram, nada que os outros fizeram». Isso é uma prova de grande ignorância. Se queremos fazer uma coisa na realidade, temos que ver quem é que já fez igual, quem fez parecido, quem fez ao contrário, para podermos adquirir alguma coisa da sua experiência. Não é para copiar totalmente, porque cada realidade tem os seus problemas próprios e a solução própria para esses problemas.

Mas há muitas coisas que pertencem a muitas realidades juntas. É preciso que a experiência dos outros nos sirva, temos que ser capazes de tirar da experiência de cada um aquilo que podemos adaptar às nossas condições, para evitar esforços e sacrifícios desnecessários. Isso é muito importante. Claro que dentro da nossa luta é a mesma coisa. Um bom comissário político, por exemplo está a trabalhar, outro comissário político está ao lado, mas não se interessa pelo trabalho do primeiro, não procura conhecer a sua experiência, não procura saber porquê é que ele está a trabalhar bem. Vira as costas e vai sozinho fazer o seu trabalho. Um comandante está numa área, outros comandantes estão na mesma área, mesmo de nível mais baixo do que ele, mas não são capazes de trocar impressões com ele, não são capazes de lhe perguntar a maneira de resolver certos problemas, porque ele tem mais experiência, ele já viveu mais a luta. Mas não querem saber. Esses são os destruidores da luta. Claro que, para uma luta como a nossa, é preciso ligar a realidade com o desenvolvimento da luta. Ontem falamos bastante sobre certas contradições da nossa terra, tanto na Guiné como em Cabo Verde, no plano social.

Para desenvolvermos a nossa luta tivemos que considerar a realidade geográfica da nossa terra, a sua realidade histórica, a sua realidade étnica, quer dizer, de raças, de culturas; a realidade econômica, social e cultural. E tudo isso envolvido pela realidade maior a nossa terra, no plano da luta, que é a realidade política, quer dizer: nós estamos sob a dominação colonial portuguesa, tanto na Guiné como em Cabo Verde.

REALIDADE GEOGRÁFICA

Os camaradas conhecem, em geral, a realidade geográfica da nossa terra. Nós somos uma terra pequenina, ao todo cerca de 40.000 Km², incluindo Guiné e Cabo Verde, sendo a Guiné nove vezes maior que Cabo Verde que são 10 ilhas na costa ocidental da África, encravado entre dois países africanos (a Guiné e o Senegal) e Cabo Verde, a cerca de 400 milhas da costa. Portanto, a nossa realidade é que nós temos uma parte continental e uma parte insular ou ilhas, constituída pelos ilhéus dos Bijagós e ilhas de Cabo Verde, formando ao todo mais de 100 ilhas e ilhéus.

Muita gente hoje talvez ainda não tenha compreendido a importância que isso tem, mas isso é muito importante para todas as coisas da nossa terra. Desde a defesa da nossa terra até à economia e riqueza e força da nossa terra. A nossa realidade geográfica, ainda, é que a Guiné na sua quase maioria, não tem nenhuma montanha, nenhuma elevação, (só para os lados do Boé é que tem algumas colinas, com o máximo de 300 metros de altura) e Cabo Verde são ilhas vulcânicas e montanhosas. Mesmo nesse aspecto vemos que um completa o outro. Uma terra não tem nenhuma montanha e a outra é toda de montanhas.

Isso também tem grande importância, não só na sua economia, como na vida social, cultural etc., que podemos encontrar na vida do nosso povo.

Na Guiné, terra cortada por braços de mar, que nós chamamos rios, mas que no fundo não são rios: Farim só é rio para lá de Candjambari; o Geba só é rio de Bambadinca para cima e por vezes mesmo para lá de Bambadinca há água salgada Mansoa só é rio depois de Mansoa para cima, já a caminho de Sara, perto de Caroalo; Buba, esse não é rio de lado nenhum, porque até chegarmos a terra seca, é só água salgada; Cumbidjã, Tombali, são todos braços de mar, a não ser na parte superior com um bocadinho de água doce na época das chuvas, sobretudo o rio de Bedanda, que vem a Balama buscar água doce. O único rio de fato a sério, na nossa terra, é o Corubal. Esta é uma realidade muito importante para nós, porque se, por um lado, temos muitos portos para entrar na nossa terra, com barcos, por outro lado podem ver o perigo que isso representa para nós.

Se a nossa terra fosse toda fechada, com as andanças todas em que estamos nesta luta, o tuga já estava desesperado porque os quartéis não tinham comida. Mas como eles têm barcos e a nossa gente não ataca bastante os barcos, eles podem usar os braços de mar para levar comida e material aos seus quartéis do interior.

Enquanto, por exemplo, do ponto de vista econômico, é muito importante e mesmo bom, ter rios ou braços de mar navegáveis. Isso do ponto de vista do futuro da nossa terra. Para a luta propriamente, podemos ver a importância que teve para nós considerar todas essas coisas para podermos desenvolver nossa luta. Se no começo da luta era muito bom haver muitos rios na nossa terra, muitos braços de mar, riozinhos, etc., porque assim isolamos-nos, podemos defender-nos sempre dos tugas, criar-lhes dificuldades com terrenos molhados, ter que atravessar os rios etc., hoje, para nós, já é um bocado mais difícil, porque se Bissau estivesse no Continente, se não houvesse a ilha de Bissau, se não fosse o Corubal se o rio Mansoa não estivesse do outro lado, já estávamos dentro de Bissau, todos os dias daríamos tiros em Bissau como o fazemos em Mansoa, por exemplo. Mas, por isso, agora é favorável aos tugas; assim como é favorável aos tugas o rio de Buba que serve bem para os seus barcos. Em Farim é a mesma coisa. Vocês vêem, portanto, a importância que tem considerar essa coisa simples que é a realidade geográfica.

Quem leu os livros de guerrilha lembra-se de certeza da afirmação de que maior força física para se poder fazer guerrilha numa terra, são as montanhas. Mas na Guiné não há montanhas. Se nós não ligarmos importância à nossa própria realidade, para a analisarmos e chegarmos à conclusão de como agir, nós teríamos dito que na Guiné não se pode fazer guerrilha, porque não há montanhas. Cabo Verde tem montanhas, isso é muito importante, mas que espécie de montanhas?

É preciso ter isso em conta e, além disso, só as montanhas não bastam. Não são as montanhas que dão tiros, é preciso mobilizar o povo. Na Guiné por exemplo, temos as ilhas de Bijagós. E porque é que não começamos a luta nas ilhas de Bijagós e começamos do outro lado, na terra firme? É por causa duma outra realidade, a realidade econômica.

Em Cabo Verde temos um problema grave. Se Cabo Verde fosse uma ilha só, como Chipre, ou como Cuba, seria mais fácil, mas são 10 ilhas. E então temos de pensar em qual das ilhas é que vamos começar a luta armada, para ela ter importância de fato. E mesmo a mobilização, em que ilha ou ilhas é que devíamos começar a mobilização? Tudo isso teve e tem muita importância.

Problemas de comunicação de onde estamos para as ilhas, entre as ilhas, etc. Tudo isso é consequência da realidade geográfica da nossa terra.

REALIDADE ECONÓMICA

Outra realidade que temos de considerar é a realidade econômica. A nossa realidade econômica principal é que nós somos colônias portuguesas, porque ao fim e ao cabo a situação política é uma consequência da situação econômica.

Nós, a Guiné e Cabo Verde, somos um povo explorado pelos colonialistas portugueses, o nosso trabalho é explorado pelos colonialistas portugueses. Isso é que é importante. Essa é que é a realidade econômica.

Mas nós somos uma terra desenvolvida? Não. Somos atrasados economicamente, sem desenvolvimento quase nenhum, tanto na Guiné como em Cabo Verde: Não há indústria a sério, a agricultura é atrasada, a nossa agricultura é do tempo dos nossos avós. As riquezas da nossa terra foram tiradas, sobretudo, do trabalho do homem. Mas os tucas não fizeram nada para desenvolver qualquer riqueza da nossa terra, absolutamente nada. Os nossos portos não valem nada, tanto o de Bissau, como o de S. Vicente. Poderiam ter feito bons portos, mas fizeram uns cais acostáveis que não valem nada. Quando vemos o porto de Dacar, ou mesmo o porto de Conakry, que são bons portos, e melhores ainda os de Abidjan ou de Lagos, na Nigéria, podemos verificar como é que os franceses e os ingleses fizeram grandes portos, onde vinte e tal barcos

ou mais podem atracar. E vemos quanto tempo o tuga perdeu a gozar-nos, a tomar, a levar e a brincar conosco. Não fizeram nada para a nossa terra.

Portanto, a nossa realidade econômica é essa, e seja para a paz, seja para a guerra, nós somos um povo economicamente atrasado na Guiné e em Cabo Verde um povo cujo principal meio de vida é a agricultura. Cultivar a terra para tirar o necessário para comer e nem sempre tirar o necessário para comer, como em Cabo Verde, por exemplo. Mesmo na Guiné, nalgumas áreas, se não houver muita chuva, há sempre falta, pelo menos enquanto o fundo não amadurecer. Tantos anos de presença dos tucas e a situação sempre na mesma, atrasados economicamente. Não podemos nem falar de indústria a sério, nem na Guiné, nem em Cabo Verde. Na Guiné temos a chamada fabricazinha de óleo de descasque de arroz, isso não é uma fábrica, isso é um grande «pilon»; a fabricazinha de preparar borracha (maná), uma pequena fábrica de farinha de peixe nos Bijagós.

Em Cabo Verde três fábricas de conserva de peixe, em que os tucas trabalham o tempo que querem, enchem os bolsos de dinheiro, fecham a fábrica e vão descansar. E para conhecerem melhor a pouca vergonha dos tucas, eu lembro-me, por exemplo, que quando eu estava no liceu, a minha mãe foi para Cabo Verde, empregou-se na fábrica de conserva de peixe, porque a costura não dava nada. E sabem quanto é que ela ganhava por hora? Cinco tostões por hora e se houvesse muito peixe, podia trabalhar 8 horas por dia, ganhando 4 pesos (escudos). Mas se o peixe fosse pouco (era preciso andar muito para chegar à fábrica), trabalhava uma hora e ganhava cinco tostões.

Economia atrasada, portanto; isso é muito importante para uma guerra. Vocês vejam: nós somos um povo que não tem fábricas, não podemos tomar as fábricas aos tucas para fazer alguma coisa.

Nós temos hoje vastas áreas libertadas; se houvesse fábricas ali, era bom, talvez pudéssemos fazer tecidos, talvez pudéssemos fazer sabão em grande quantidade, em vez do sabãozinho do camarada Vasco. Outras coisas podíamos fazer, se tivéssemos minas; haveria muito mais gente a querer ajudar-nos, mais do que nos ajudam, tanto amigos como inimigos, eles procurariam ajudar-nos se as minas estivessem todas a funcionar, com a certeza de que havia muita bauxite, muito petróleo. Viriam muitos e depressa. E, se o petróleo da nossa terra já tivesse começado a ser exportado talvez a própria Standard Oil estivesse a nosso favor, contra os tucas. Talvez o Governo Americano fosse a nosso favor, contra os tucas. Talvez até tivesse a coragem de dizer aos tucas: «ou vocês param e dão a independência à Guiné já, ou então tiramo-vos toda a ajuda, atacamo-vos na ONU». E porquê? Por causa do seu interesse. Mas como a nossa terra não tem nada desenvolvido, eles pensam que nós somos um corredor entre as Repúblicas da Guiné e do Senegal, um simples lugar de passagem.

Mas, importante do ponto de vista de guerra, como vos disse, é o atraso da nossa economia, até mesmo as dúvidas sobre as nossas riquezas. Por exemplo, tudo seria diferente se o nosso povo já tivesse conhecimentos bastantes sobre a maneira de trabalhar o ferro, para fazer armas. Há povos que estão a lutar e, enquanto uns combatem na frente, outros fazem armas na retaguarda. Nós não podemos fazer isso, só longas, mas as longas são ineficazes. E se é com longas que vamos ganhar a guerra com os tugas ou contra qualquer colonialista a nossa luta será muito longa.

Mas se a nossa economia fosse desenvolvida, quer dizer que o nosso povo seria também culturalmente mais forte do ponto de vista moderno, com mais escolas, mais liceus, capaz de trabalhar com morteiros, canhões e até com aviões. Os comandantes seriam mais capazes de entender todos os problemas de estratégia, de tática e poderiam todos trabalhar com mapas.

Vemos, portanto, o significado que tem de lutar num país economicamente atrasado.

REALIDADE SOCIAL

Todos vocês conhecem qual é a realidade social da nossa terra a desgraça da exploração colonialista. Mas não sejamos tão acusadores dos colonialistas.

Desgraça também da exploração da nossa gente pela nossa gente. Vocês viram ontem, quando vos falei da estrutura social da nossa terra. Nós somos, de fato, explorados pelos colonialistas na nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde. Tanto no comércio em Cabo Verde, como na Guiné, os colonialistas são sempre os que ganham mais até ao fim, porque em Cabo Verde, por exemplo, não há nenhuma empresa comercial que não esteja ligada a uma empresa em Portugal. Assim como na Guiné, o monopólio de todo o nosso comércio (o nosso não, o seu comércio) era da Gouveia e da Ultramarina, ligadas aos Bancos, tudo dos tugas.

Mas, camaradas, temos que dizer a verdade. Muito povo de Cabo Verde sofreu por causa da exploração dos donos das terras, cabo-verdianos mesmo. Assim como na Guiné, uma parte do grande sofrimento do nosso povo estava nas mãos da nossa própria gente.

Isso não podemos esquecer de maneira nenhuma, para podermos saber o que é que vamos fazer no futuro.

Há então uma realidade concreta para isso. Em Cabo Verde a nossa gente passa miséria. Nos anos em que chove muito há fartura, come-se bem, enche-se a barriga e até se pode deitar e descansar um bocado, mas na maior parte do tempo, em que não há chuvas suficientes, há fome. Em Cabo Verde já morreu de fome mais gente do que aquela que vive lá hoje, durante estes últimos 50 anos. Contratados para S. Tomé e transportados como bichos nos porões (se

morrem—deita-se ao mar), mandados para Angola. Na Guiné, como sabem, existia toda a exploração dos colonialistas: trabalho forçado nas estradas, toda a espécie de vexames, insultos, humilhações. E médicos portugueses que estudaram a situação em Cabo Verde disseram que uma certeza levaram com eles, segura, na sua cabeça de cientistas, é que toda a gente está numa situação de fome. Se não é fome total é fome específica, quer dizer, falta de certos elementos que são precisos para o corpo humano viver bem. Essa fome específica existe também na Guiné. Na Guiné quase toda a gente tem paludismo, se formos agora fazer análises a todos os camaradas que aqui estão, quase todos têm bichos na barriga. Há lepra em quantidade, doença de todo o gênero.

Desgraça social do nosso povo, a qual fez do nosso povo um povo fraco no ponto de vista científico, sanitário. Um homem que come quase só arroz não pode ter a mesma resistência do que um homem que come arroz, carne, leite, ovos ...É verdade que, quando um estrangeiro vem à nossa terra e anda com os nossos camaradas no mato, ele fica para trás. Isso é outra coisa. Mas do ponto de vista de resistência da vida, sabemos que, na nossa terra, uma pessoa com 30 anos já começa a envelhecer. Na nossa terra é raro encontrar velhos de barba e cabelos brancos. A média de vida na nossa terra, na Guiné ou em Cabo Verde, é de 30 anos. A nossa esperança de vida é de 30 anos: quem passa os trinta já tem sorte. Ora a esperança de vida noutras terras onde se come bem, se bebe bem (não falo de se embebedar), como deve ser, é de 60, 67 anos e cada ano sobe mais. De qualquer maneira é mais agradável. Se, quando alguém nasce, tivesse a certeza que ia viver 70 anos, tinha tempo de fazer alguma coisa.

Mas em trinta anos, que é que se pode fazer?

Isso é devido à insuficiência de alimentação, à deficiência de higiene e tratamentos médicos, da saúde à miséria. Essa é que é a condição social da nossa terra. Abusos dos tucas, abusos daqueles filhos da nossa terra que abusam dos outros, miséria, sofrimentos, doenças, fome e vida curta ainda por cima. Condição difícil, muito difícil.

REALIDADE CULTURAL

Se é verdade que, do ponto de vista cultural, em Cabo Verde as condições são um bocadinho melhores que na Guiné, porque, dadas as condições em que a população se desenvolveu nunca se pôs a questão de indígena e não indígena e então em princípio qualquer filho de Cabo Verde pode ir à escola (escola oficial), não é menos verdade que, no total, havia muito menos escolas do que na Guiné.

Há certas coisas que os camaradas não sabem e que lhes podem fazer confusão, mas a verdade é que em Cabo Verde mais gente aprendeu a ler e escrever do que na Guiné, no tempo dos colonialistas. Mas a percentagem de analfabetismo

em Cabo Verde, contrariamente à vaidade de algum cabo- verdiano que tem a mania que sabe muito, é de 85%. Os tugas gabavam- se, dizendo que em Cabo Verde não há analfabetos. É falso! Mas daqueles que sabem ler, eu fiz a experiência em 1949, quando lá fui passar as férias, havia gente com o 2.º grau (já havia 4 ou 5 anos) no mato, em Godim ou em Santa Catarina, por exemplo, e a quem se lhes dava o jornal para lerem, mas não sabiam o que estavam a ler. Esses também são analfabetos que conhecem as letras. Há muita gente assim no mundo e até, às vezes, doutores. Mas é preciso perder muitas ilusões.

Na Guiné, 99% da população não podia ir à escola. A escola era só para os assimilados, ou filhos dos assimilados, vocês conhecem a história toda, não vou contá- la outra vez. Mas é uma desgraça que o tuga causou na nossa terra, não deixar os nossos filhos avançarem, aprender, entender a realidade da nossa vida, da nossa terra, da nossa sociedade, entender a realidade da África, do mundo de hoje. Isso é um obstáculo grande, uma dificuldade enorme para o desenvolvimento da nossa luta. Ainda hoje vos disse que o povo fula emigrou através da África, o povo mandinga fez e aconteceu, mas muitos de vocês não sabiam, e muitos camaradas, por exemplo, um beafada que se chama Malam qualquer coisa, não sabe que nos tempos antigos o nome Malam, Braima e outros, não eram nomes beafadas. O que se passou com os beafadas passa- se com muita gente da nossa terra. Por exemplo, Vasco Salvador Correia.

Antigamente, a sua gente não se chamava nem Vasco, nem Salvador, quanto mais Correia. Quer dizer, os mandingas, dominando os povos da nossa terra, praticaram a assimilação (não foram os tugas os primeiros a querer assimilar na nossa terra) e então os dominados passaram a adoptar os nomes mandingas. Assim como os mandingas de hoje, não tinham os mesmos nomes daquela época. Os nomes antigos dos fulas não eram Mamadu, nem nada disso. Isso é tudo copiado do árabe, Mamadu quer dizer Maomé, Iussufe quer dizer José, etc., Mariama é Maria, nomes de semitas.

A realidade cultural da nossa terra, em Cabo Verde, (pondo agora a questão dos colonialistas que não nos deixaram avançar muito) é o resultado do fato de os colonialistas terem deixado estudar os cabo- verdianos, na medida em que precisavam de gente para fazer agentes do colonialismo, como utilizaram os indianos. Como os ingleses também utilizavam os indianos na colonização, e os franceses utilizavam os daomeanos, assim também os portugueses utilizaram os cabo- verdianos, instruindo um certo número. Mas a certa altura barraram o caminho numa vez, nem mais do que um certo número de escolas primárias, nem mais do que um liceu, um liceu apenas, que aliás Vieira Machado, antigo Ministro do «Ulamar», queria transformar em escola de pescadores e carpinteiros na altura em que eu entrei para o Liceu. Estive três meses sem frequentar o liceu, porque o fecharam. Para eles, já bastava o que tinham feito, não era preciso mais. A partir de então, só escolas para pescadores e carpinteiros. A população é que se levantou, protestou, e o liceu começou a funcionar de novo. Mas agora a realidade da nossa própria terra em Cabo Verde

é a seguinte: é a transplantação da realidade da cultura africana para as ilhas: Depois; o contacto dessa cultura africana, em grande parte, com outras culturas de fora, vindas de Portugal ou de outros lados. Muita gente pensa que Cabo Verde é a Praia ou S. Vicente. Mas quem conhece o mato em Cabo Verde, sente que Cabo Verde é uma realidade africana tão palpitante como qualquer outro pedaço de África. A cultura do povo de Cabo Verde é africaníssima: nas crenças é idêntico—há em Santiago o «polon» que alguns ainda consideram como árvore sagrada. Não há muitos «polon» por causa das numerosas secas. Mas os que existem ainda, ninguém toca neles. Além disso, a feitiçaria («morundade»), «Almas» que aparecem de noite, gente que voa, que faz; que acontece, como interpretação da realidade da vida que é perfeitamente igual a África. Deitar sortes então, nem falemos.

Em Cabo Verde produziu-se o encontro de vários grupos étnicos e houve uma fusão da sua cultura; mas até os anos 40, por exemplo, havia ainda determinados grupos que mantinham certas características próprias. Por exemplo, grupos que se fixaram para os lados da Praia, em Santiago, tinham a sua tabanca, que designavam mesmo assim as festas que faziam eram dum dado tipo, enquanto noutros lados, na Achada Sto António, por exemplo, já é outro tipo de tabanca, quanto mais a gente de Santa Catarina, dos Picos, etc.

Na Guiné, a cultura do nosso povo é o produto de muitas culturas da África: cada etnia tem a sua cultura própria, mas todas têm um fundo igual de cultura, a sua interpretação do mundo e as suas relações na sociedade. Esabemos que embora haja populações muçulmanas, no fundo eles também são animistas, como os balantas e os outros. Acreditam em Ala, mas também acreditam nos «irãs» e nos «djambacosses». Têm Alcorão, mas também têm o seu «gri- gri» no braço e outras coisas. E o sucesso do Islamismo na nossa terra, como na África em geral, é que o Islão é capaz de compreender isso, de aceitar a cultura dos outros, enquanto os católicos querem acabar com isso tudo rapidamente só para crerem na Virgem Maria, na Nossa Senhora de Fátima e em Deus Nosso Senhor Jesus Cristo.

A realidade cultural da nossa terra é essa. Mas devemos pensar bem na nossa cultura: ela é ditada pela nossa condição econômica, pela nossa situação de subdesenvolvimento econômico. Temos que gostar muito da nossa cultura africana, nós queremos-la muito, as nossas danças, as nossas cantigas, a nossa maneira de fazer estátuas, canoas, os nossos panos, tudo isso é magnífico, mas se esperarmos só pelos nossos panos para vestirmos a nossa gente toda, estamos mal. Temos que ser realistas. A nossa terra é muito linda, mas se não lutamos para mudar a nossa terra, estamos mal.

Há muita gente que pensa que ser africano é saber sentar-se no chão e comer com a mão. Sim, isso é certo africano, mas todos os povos no Mundo se sentaram já no chão e comeram com a mão. É que há muita gente que pensa que só os africanos é que comem com a mão. Não; todos os Árabes da África do

Norte, mas mesmo antes de serem africanos, antes de virem para a África (eles vieram do Oriente para a África), comiam com a mão, sentados no chão. Temos que ter consciência das nossas coisas, temos que respeitar aquelas coisas nossas que têm valor, que são boas para o futuro da nossa terra, para o nosso povo avançar.

Ninguém pense que é mais africano do que outro, mesmo do que algum branco que defende os interesses de África, porque ele sabe hoje comer melhor com a mão, fazer bem a bola de arroz e atirá-la para a boca. Os tugas, quando eram visigodos ainda, ou os suecos, que nos ajudam hoje, quando eles eram ainda Vikings, também comiam com a mão.

Se vocês virem um filme sobre os Vikings dos tempos antigos, vocês podem vê-los com grandes chifres na cabeça, *mesinhos* nos braços para irem para a guerra. Não iam para a guerra sem os seus grandes chifres na cabeça.

Ninguém pense que ser africano é ter chifres pegados ao peito, é ter *mesinho* na cintura. Esses são os indivíduos que ainda não compreenderam bem qual a relação que existe entre o homem e a natureza. Os tugas fizeram isso, os franceses fizeram quando eram francos, normandos, etc. Os ingleses fizeram-no quando eram anglos e saxões, viajando pelos mares fora em canoas, grandes canoas como as dos bijagós.

Temos que ter coragem para dizer isso claramente. Ninguém pense que a cultura de África, o que é verdadeiramente africano e que, portanto, temos de conservar para toda a vida, para sermos africanos, é a sua fraqueza diante da natureza. Qualquer povo do Mundo, em qualquer estado que esteja, já passou por essas fraquezas, ou há-de passar. Há gente que ainda nem chegou aí: passam a sua vida a subir às árvores, comer e dormir, mais nada ainda. Esses, então, quantas crenças têm ainda! Nós não podemos convencer-nos de que ser africano é pensar que o relâmpago é a fúria de Deus (Deus qui panha raiba).

Não podemos acreditar que ser africano é pensar que o homem não pode dominar as cheias dos rios.

Quem dirige uma luta como a nossa, quem tem a responsabilidade duma luta como a nossa, tem que entender, pouco a pouco, que a realidade concreta é essa.

A nossa luta é baseada na nossa cultura, porque a cultura é fruto da história e ela é uma força.

Mas a nossa cultura é cheia de fraqueza diante da natureza. É preciso saber isso. E podemos dizer mais, por exemplo: há certas danças nossas, que mostram as relações do homem com a floresta, em que aparece gente vestida de palha, com ar de pássaros, outros como grandes pássaros, com um grande

bico, gente que corre com medo. Podemos fazer muitas danças com isso, mas temos que ultrapassar, não ficemos só por aí. Podemos guardar a lembrança de todas essas coisas, para desenvolver a nossa arte, a nossa cultura, que apresentamos aos outros. Mas como já ultrapassamos isso, sabemos que na floresta, no mato, nós é que mandamos, nós, os homens, não é nenhum bicho, nem nenhum espírito que está lá metido. Isso é muito importante. Mas a realidade cultural da nossa terra é essa. Vários camaradas que estão aqui sentados têm o *mesinho* na cintura, convencidos de que isso pode evitar-lhes as balas dos tugas. Mas nenhum de vocês pode dizer-me que qualquer dos camaradas que morreram já na nossa luta não tinha *mesinho* na cintura. Todos tinham. Somente, na nossa luta, tivemos que respeitar isso, tivemos que respeitar porque partimos da nossa realidade, não podíamos de maneira nenhuma dizer aos camaradas para tirarem o *mesinho*, caso contrário estaríamos a tratar os camaradas como se fossem alemães. Os alemães, há muitos anos atrás, não iam à guerra sem *mesinho*. Ainda há alguns que vão com a imagem de Nossa Senhora de Fátima dentro dum livrinho, é o seu *mesinho*; a Bíblia, é o seu *mesinho* e, antes de começar os combates, benzem-se. Os tugas vêm com a sua grande cruz no peito, e no momento em que o combate começa, beijam-na: é o seu *mesinho*. E há ainda os que fiam nos nossos próprios *mesinhos*.

Esse é que é o nosso nível cultural, em relação à realidade concreta que é a guerra. Por isso nós aceitamo-la, mas que ninguém pense que a direção da luta acredita que, se usarmos *mesinho* na cintura, não morremos. Não morremos na guerra se não fizemos a guerra, ou se não atacarmos o inimigo em posição de fraqueza. Se cometermos erros, se estivermos em posição de fraqueza, morremos de certeza, não há safa. Vocês podem contar-me uma série de casos que têm na cabeça: - «O Cabral não sabe, nós vimos casos em que o *mesinho* é que safou os camaradas da morte, as balas vieram e voltaram para trás em ricochete». Vocês podem dizer isso, mas eu tenho esperanças que os filhos dos nossos filhos, quando ouvirem isso, ficarão contentes porque o PAIGC foi capaz de fazer luta de acordo com a realidade da sua terra, mas não de dizer: «os nossos pais lutaram muito, mas acreditaram em coisas esquisitas». Esta conversa talvez não seja para vocês agora, estou a falar para o futuro, mas eu tenho a certeza de que a maioria entende o que digo, e que tenho razão.

O *mesinho* é uma característica da África. Até advogados que eu conheço, em outros países africanos, andam com o seu *mesinho* na cintura (*rabada*) e, quando vão defender causas no Tribunal, põem o seu grande *mesinho*: «nunca se sabe se posso ganhar com isso». Mas até camaradas de outra colónia portuguesa mandaram-nos pedir, porque a nossa luta avançou muito, se havia algum gri-gri bom que lhes mandássemos também.

Eu só chamo a atenção dos camaradas para o fato de sentiram que isso, se por um lado é uma força, por outro lado é uma fraqueza. É força, porque um camarada que põe o seu *mesinho* acredita em alguma coisa, além das palavras

do Partido, e vai com mais coragem, não podemos esquecer isso. É uma fraqueza, porque ele pode cometer muitos erros, fiado nisso.

Mas houve camaradas nossos que morreram da seguinte maneira: chega um avião, todos se atiram para o chão, o avião bombardeia, mas não acontece nada. De repente, o camarada lembra-se que não tem o *mesinho consigo*, levanta-se, corre a casa, apanha o *mesinho* e no regresso é metralhado e morre com o seu *mesinho* na mão. Talvez alguns de vocês conheçam mais casos desses. Mas quantos de vocês são capazes de pensar o seguinte: Que brincadeira é essa, como é que isso pode ser?

A verdade é que, para nós, a luta tem o seu aspecto de força e o seu aspecto de fraqueza. Muitos de nós acreditaram que não nos devíamos instalar em certos matos porque está lá o «irão». Mas hoje, graças aos muitos «irãs» da nossa terra, a nossa gente entendeu, e o «irão» também, que o mato é do homem, e ninguém mais tem medo do mato. Até o mato de Cobiana, já lá estivemos bem, tanto mais que aquele «irão» é nacionalista, ele «disse» claramente que os tugas têm de ir-se embora, que não têm nada que fazer na nossa terra.

Mas os camaradas devem compreender que tudo isso é também um obstáculo para a luta. Muitos dos camaradas que começaram esta vida e que pegaram teso, muitos camaradas meus, que eu estimo muito e que passaram muito tempo comigo, se naquela altura eu lhes dissesse: «Vai ao interior, pega teso no trabalho de mobilização do povo», e se o Secuna Baio ou qualquer outro mouro lhes dissesse: «Não vás, deitei sorte e vi muitas coisas más para ti se vais ao interior do país,» talvez eles se matassem, com vergonha do Cabral, mas não iriam. Houve camaradas que não fizeram emboscadas só porque um «mouro» lhes contou que não fizessem emboscadas porque algum havia de morrer. E os camaradas habituaram-se tanto a que os *homens grandes* mandassem neles, decidissem por eles sobre a guerra, que depois são os *homens grandes* que vieram queixar-se: «Cabral o que é o que se passa, os rapazes agora não nos obedecem, vão atacar sem nos consultar». Eu respondi: «*Homem grande*, olha, se alguma vez os rapazes não atacaram sem te consultar, eu nunca lhes disse nada, e hoje também não lhes digo nada. Mas eu nunca te nomeei como comandante, eles é que são os comandantes. Dantes eles consultavam-te, é lá com eles, hoje já não querem? Isso não é comigo». O *homem grande* ficou um bocado aborrecido mas como não é burro, é muito esperto, porque ao fim e ao cabo, esses é que eram os intelectuais da nossa sociedade, da nossa sociedade genuína, verdadeira, eles é que viam as coisas claras, que entendiam tudo (as nossas forças e as nossas fraquezas) mudam logo um bocadinho, adaptam-se à nova situação.

O nosso Partido, no plano cultural, procurou tirar o maior efeito possível, o maior rendimento possível da nossa realidade cultural. Quer não proibindo aquilo que é possível não proibir sem prejudicar a luta, quer criando no espírito dos camaradas novas idéias, nova maneira de ver a realidade. E quer ainda, aproveitando o melhor possível todos aqueles que já tinham um pouco mais de

instrução, tanto para dirigir a própria luta como para os mandar estudar para preparar quadros para o futuro. Pode parecer que tudo isso é muito simples, mas é difícil, é muito complicado chegar a uma solução como essa.

REALIDADE POLÍTICA

A realidade política da nossa terra é esta realidade maior que todos nós conhecemos bem, é o fato de que nós éramos uma colônia portuguesa. O nosso povo, nem na Guiné, nem em Cabo Verde, não podia mandar em si mesmo. Os tugas é que mandavam, mesmo que pusessem um administrador preto,—o que só Honório Barreto teve a sorte ou a desgraça de ser—; a verdade é que é o tuga que mandava na nossa terra, o colonialismo português. É essa realidade maior que criou o conflito entre nós e os tugas, a exploração do nosso povo, coberta pela política de Portugal. Isso é que gerou a nossa luta, fundamentalmente.

A nossa luta cresceu tanto que temos que aproveitar para transformar até a realidade geográfica, na medida em que pudermos. Parece que não, mas é verdade. Porque, quando fizermos barragens, pontes, etc., mudaremos a paisagem geográfica da nossa terra, vamos fazer uma geografia humana nova, que estamos a criar na nossa terra. Quando transformarmos os ilhéus de Bijagós completamente, quando fizermos de Cabo Verde um centro magnífico para turismo mundial, por exemplo, já será uma nova realidade geográfica que criamos. Os barcos que passam agora ao largo, passarão a parar lá. Mas temos que transformar, através desta luta, a realidade econômica da nossa terra.

Vamos acabar com a exploração dos tugas, mas vamos acabar com a exploração do nosso povo pela nossa própria gente. E temos que desenvolver a nossa terra, fazê-la avançar o mais possível. Esta é que é a nossa luta: realidade social, realidade cultural, tudo vai mudar. E há uma realidade política nova que surgiu na nossa terra e que é a seguinte: nós mandamos em nós mesmos.

Claro que a nossa realidade tem forças e fraquezas, como já vos mostrei. Porque, por exemplo, o fato de não termos grande desenvolvimento econômico é uma fraqueza grande, mas também é uma força, porque se a nossa terra tivesse grandes minas, grandes fábricas, etc., os imperialistas já teriam entrado na guerra mais depressa e com mais força. Talvez tivéssemos que lutar não só contra os tugas, mas contra outros imperialistas também. Assim, pelo menos, estamos mais tranquilos, só mato, deserto.

Mas não nos deixemos adormecer. Claro que a realidade social da nossa terra—na nossa terra não há, por exemplo, grandes burgueses, grandes capitalistas—isso é bom para a nossa luta, porque não temos o problema de ter de combater aqueles que exploram demasiado a nossa gente. Mas também é uma fraqueza, porque, nalgumas terras, alguns capitalistas da própria terra pegaram duro na luta, com todos os seus meios, com todo o seu dinheiro, etc., e ajudaram muito.

Como em Cuba, na China, em outros países, em que muitos capitalistas da terra fizeram a revolução a sério. E alguns dirigentes são filhos de grandes capitalistas.

Uma outra vantagem é que na nossa terra não há muitas diferenças de classes, diferenças muito grandes, e que as classes mais abastadas, que têm mais meios, são pequenas em número, muito pouca gente. Isso evita-nos muitos problemas de divisão do ponto de vista social. Mas na realidade social da nossa terra, ontem falamos nisso, há a questão de grupos étnicos, é uma fraqueza grande, porque, mesmo nesta sala, pode haver gente ainda que é capaz de pensar: eu sou papel, eu sou mancanha e o mancanha não falta ao seu companheiro, eu sou mandinga. Isso é uma grande fraqueza da nossa luta. E seria muito mau se de fato deixássemos isso avançar, se de fato nós não fôssemos capazes de eliminar tudo isso no caminho da luta.

Quero chamar a atenção dos camaradas para este fato, para pensarem bem e verem o que é que se passa na África onde há problemas de tribos, o chamado tribalismo, guerras entre etnias, etc.

Não é o povo que inventa essas coisas, o povo não se lembra disso, porque o povo segue a realidade com muito realismo, defende os seus interesses. A verdade é a seguinte: é que o tempo de tribos em África já passou. Houve um tempo em que as tribos lutavam umas com as outras por causa da terra, para tomarem a terra para ter pasto para o seu gado, etc., para encontrarem melhores terras, por causa dos filhos, das mulheres, para poderem ver a sua força, mas isso já passou.

Desde que os nossos povos de África conseguiram criar Estados, mesmo Estados de tipo militar, desde que os povos de África conseguiram juntar gente de diversas tribos para fazerem um trabalho, para servir uma classe, as tribos começaram a acabar. E quando os tucas e outros colonialistas vieram, acabaram com isso de uma vez, mas procuram conservar a parte de cima (a cúpula), quer dizer, aqueles que mandavam nas tribos, ou nos grupos, para servirem de intermediários para os ajudarem a mandar. Hoje, o nosso povo, oinca ou balanta, ou outro, pode ter ainda na cabeça lembranças antigas—«de fato nós e os mandingas não nos entendíamos muito bem»—mas se não houver ninguém para os incitar, eles já não vão nisso. O mesmo acontece com ibos e yorubas, na Nigéria, ou bacongos e outras gentes do Congo. É preciso que alguém incite, que alguém diga: «vamos mesmo pegar, eles estão com manias, mas os mandingas é que vão fazer».

Há gente que até tem desprezo pelas suas tribos, gente que já não quer saber disso para nada, que estudou nas Universidades, em Lisboa, ou Oxford ou mesmo na capital da sua própria terra, mas que hoje, por causa do acesso da África à independência, quer mandar, quer ser presidente da República, quer ser Ministro, para poder explorar o seu próprio povo. Então, como isso não lhes

foi possível por qualquer razão, lembrem-se:—«eu sou lunda, filho de lundas, descendente do rei lunda. Povo lunda, levanta-te porque os bacongós querem comer-nos». Mas não é nada por causa de lundas ou bacongós, é pelo fato de querer ser presidente, de ter todos os diamantes, todo o ouro, todas essas coisas boas na sua mão, para poderem fazer o que querem, para viverem bem, terem todas as mulheres que quiserem na África ou na Europa; para poderem passear pela Europa, serem recebidos como presidentes, para se vestirem caro, de fraque ou grandes bubus, para fingirem que são africanos. Mentira, não são africanos nada. São lacaios ou cachorros dos brancos.

O mesmo acontece na Nigéria e a mesma coisa entre nós, de qualquer maneira que isso apareça entre nós, trata-se de gente que quer servir apenas a sua ambição política. Quer dizer que temos que reconhecer que só a ambição é que pode defender o ponto de vista da divisão, seja que divisão for. Por exemplo: os tugas fizeram-nos muito mal, mas não podemos considerar tugas todos os brancos. Só um fulano ambicioso no nosso meio é que é capaz de dizer: nós não podemos aceitar a ajuda de fulano tal, em Bissau, que é branco, ou de fulano de tal, em Catió, que é branco. Como? Não pode ser. Se queremos servir a nossa terra, o nosso Partido, o nosso povo, temos que aceitar a ajuda de toda a gente. Mas ele é amigo, é um companheiro. Quem quer servir só a sua barriga, arranjar um bom lugar, tem que ver:—se ele é mesmo esperto ou burro, talvez o possamos aceitar, mas para lhe pormos os pés em cima. Mas se não for assim, o melhor é ele ir-se embora senão ainda me toma o meu lugar. Isso não.

Esta é que é a razão por que temos necessidade de conhecer a realidade da nossa terra, realidade em todos os aspectos, de todas as maneiras, para podermos saber orientar a luta, quer no geral, quer no particular. E temos que reconhecer que, na condição concreta da realidade da nossa terra na Guiné e Cabo Verde, é preciso muita coragem para responder com acerto a esta pergunta:— Nós podíamos de fato fazer uma guerra como esta? Claro que nós podemos dizer que sim, porque estamos a fazê-la. Mas no começo era difícil. Desde aquele homem que perguntou:

—«Mas como é que vamos lutar contra o tuga, se nós nem roupa temos, se nós não sabemos ler nem escrever? A guerra do tuga é de Comandantes, Majores etc., formados na Universidade, em altas Academias, como é que vamos lutar contra ele? Nós não temos nada, onde é que vamos arranjar meios para lutar, como é que isso pode ser?»

Aí é que temos que integrar a nossa cabeça, para respondermos, sim, temos que pôr a nossa realidade diante da realidade do mundo de hoje. E podemos dizer: nós estávamos todos divididos, cada grupo para o seu lado, mas na realidade do mundo de hoje, muita gente da nossa terra é capaz de levar o nosso povo a entender que nós, balantas, papeis, mandingas, filhos de cabo-verdianos, etc., podemos estar unidos, avançar juntos, sem perdermos a cabeça. E mostramos que isso é de fato possível. E, na realidade do mundo de hoje, há uma África nova que surgiu, para a independência, para o progresso e temos que contar

com ela. Mas há um campo socialista que surgiu desde a Revolução de Outubro, que pôs a seguinte conversa na frente de tudo: A autodeterminação para todos os povos, cada povo deve escolher o seu destino, tê-lo na sua mão. Há ainda as leis internacionais estabelecidas nas Nações Unidas.

Nós devemos contar com tudo isso, como a realidade do mundo inteiro, a realidade das guerras que houve no mundo, com todos os problemas que elas trouxeram, para podermos ter a coragem de avançar com a luta na nossa terra. Porque se nos colocássemos apenas diante duma só realidade, dentro da nossa tabanca, para pensarmos como iríamos lutar contra o colonialismo, seria impossível.

Vêm, portanto, a importância de conhecermos a nossa realidade e conhecermos também todas as realidades, para podermos saber onde está a nossa, entre as outras, para podermos saber qual é a nossa força total e qual a nossa fraqueza total. Só assim é que podemos ver concretamente o seguinte: Nós podíamos lutar, podíamos fazer a nossa própria luta, fazer muitos sacrifícios, com os nossos próprios meios, mas isso não chegava para fazermos a luta. Não podia chegar. Era preciso que o nosso Partido fosse capaz de aproveitar outras condições favoráveis do mundo, da África, para fazermos a nossa luta avançar. E nós aproveitamos e aproveitamos cada dia mais. Foi por isso que pudemos ter armas, munições, roupas, medicamentos, hospitais, etc., que na nossa terra não podíamos ter. Exigindo de nós próprios o sacrifício e o esforço que podemos dar, mas contando também com a realidade do mundo de hoje, com forças que possam vir de fora. Essa é a importância que tem para a nossa luta a ajuda de outros países, ajuda que para nós só tem uma condição: não se põe condição nenhuma e nós garantimos que toda a ajuda que recebemos a pomos ao serviço do nosso Partido e do nosso povo.

E podemos dizer que não há nenhum movimento de libertação no mundo que tenha tirado mais proveito da ajuda que lhe têm dado do que o nosso Partido.

Nós todos sabemos a admiração que suscitamos em toda a gente quando vê as nossas coisas, tanto fora como dentro da nossa terra, e quando vê como é que nós de fato temos posto tudo o que temos obtido ao serviço da nossa luta, ao serviço do nosso povo. Temos procurado pôr ao serviço do Partido a capacidade de todos os camaradas. Se não dão tudo é porque não querem. Não é falta de exemplo nem falta de empurrar.

Nós temos procurado melhorá-los cada dia mais, utilizando diretamente a ajuda que recebemos para formar quadros. Temos necessidade, portanto, para transformar a nossa realidade, da nossa própria experiência, da nossa própria força, do nosso próprio sacrifício e esforço, mas também temos necessidade de conhecer a experiência dos outros, da ajuda dos outros e de utilizar como deve ser essa ajuda.

Nesse conjunto das nossas forças com as forças que nos podem vir de fora, podemos transformar de fato a realidade da nossa terra, e já transformamos muito, porque hoje, na nossa terra, na maior parte da nossa terra, o tuga não manda. Na Guiné, o tuga está aflito (à nora) numa guerra colonial que ele sabe que está perdida, e em Cabo Verde a coisa já começou a ferver, ele sente-se mal, a ponto de chamar os seus amigos para virem ajudar, porque a perda de Cabo Verde, para ele, é o fim da dominação portuguesa em África. Portanto, nós sabemos que somos capazes de transformar esta realidade, e o simples fato desta reunião é mais uma prova clara da criação duma realidade nova na nossa terra. Na terra de ontem que nós conhecíamos, na própria realidade que, por exemplo, o Cruz Pinto deixou para ir estudar a Portugal, ou que o Bôbo deixou quando saiu para fazer o curso de política, não era possível uma reunião de camaradas como esta, nem dentro nem fora da nossa terra. Quando, a certa altura, em Bissau, chamei os melhores amigos da minha casa, e lhes disse: «Camaradas, vocês são muito amigos da minha mãe, são meus amigos também, vocês vêm a minha casa, comemos, brincamos, mas a hora da brincadeira acabou, começemos a fazer umas pequenas conversas,» eles responderam—« Sim Senhor».

Conversamos, marcamos uma reunião. Mas só vieram um ou dois. Os outros não vieram porque eles pensavam que isso era uma doidice. Se comparamos aquele momento com o momento de hoje, vemos de fato que a criação do PAIGC foi o ponto de partida para criar na nossa terra, Guiné e Cabo Verde, uma realidade nova. E temos de criá-la e desenvolvê-la cada dia mais para servirmos cada vez melhor não só e principalmente o interesse do nosso povo, mas também o interesse da África, o progresso da humanidade.

3 - O Nosso Partido e a Luta

A nossa luta não é de boca, é luta de fato, temos que lutar mesmo. Os camaradas lembram- se de que, nos primeiros anos de 1960, muita gente se convenceu de que a luta consistia em falar na rádio. Houve grandes vitórias na rádio de Dacar ou de Conakry, mesmo contra o PAIGC, mas não contra o colonialismo português, porque, contra os colonialistas, eles, os oportunistas, nunca fizeram nada. Velhos tempos em que as pessoas corriam para ver quem chegava primeiro para falar na rádio. Como se isso fosse a luta.

No nosso Partido nós consideramos sempre como fundamental e certo o seguinte: a luta não é conversa nem palavras, nem escrita nem falada; a luta é a ação de cada dia contra nós mesmos e contra o inimigo, ação que se transforma e cresce cada dia mais, até tomar todas as formas necessárias para correr com os colonialistas portugueses da nossa terra.

E essa luta, devemos fazê- la onde for necessário. Primeiro, dentro da nossa terra, porque o arroz cozinha- se dentro da caldeira, não é fora dela. Mas não devemos esquecer nunca que uma luta do gênero da nossa tem que se fazer também fora da nossa terra, tanto contra os inimigos, como junto dos amigos, para conseguir os meios necessários para a nossa luta e para criar todas as possibilidades para alimentar a luta dentro da nossa terra.

O fato de o PAIGC ter estabelecido como princípio de que a luta tem de ser feita de verdade, e que toda a gente tem que lutar, seja quem for, fez com que muita gente se afastasse do Partido.

Porque algumas pessoas se aproximaram do PAIGC, ou chegaram mesmo a entrar no PAIGC, convencidas de que era para lutarem na rádio e para tomarem amanhã o lugar de ministro.

Quando sentiram que no PAIGC, para se estar na luta, tem que se estar ou dentro ou fora do país, conforme a direção decidir, alguns afastaram- se e foram até juntar- se de novo aos tugas, para gozarem um bocado dos restos do colonialismo. Essa é uma das razões principais por que, por exemplo, os oportunistas de Dacar combatem o nosso Partido! Alguns deles desejam imensamente entrar no nosso Partido, mas não têm coragem, porque sabem que o Partido pode dizer- lhes: «pega teso, vamos para dentro » . Mas eles o que desejam é sair de Dacar para irem diretamente para Bissau sentar- se na cadeira de diretor de gabinete.

Toda a gente tem que lutar, esta é outra certeza no quadro do nosso Partido. E pouco a pouco, no nosso Partido, chegamos a uma situação em que na nossa cabeça e na realidade não há nem dentro nem fora da terra, na nossa luta. No

começo da luta houve alguns que se enchiam de bazófias, porque estavam dentro da terra. Outros, fora, tinham medo e não faziam muito, porque estavam fora. Quem, numa luta como a nossa, conservar essa idéia ou outros complexos, de vaidade ou de medo, porque está dentro ou está fora, não compreendeu nada da nossa luta.

Mas quem nunca saiu do mato e tenha aguentado sete anos de luta e não entendeu a importância do trabalho dos que trabalham fora da terra, para a luta dentro da terra, não entendeu nada ainda.

E quem está fora, sentado num Bureau ou em qualquer outro lado, e não entendeu ainda o valor daqueles que estão dentro da terra a dar tiros, a fazer trabalho político ou outro, e o valor desse mesmo trabalho, não entendeu ainda nada. O nosso Partido, sem falar muito, sem estar com conversa, chegou a esta posição: nós todos sabemos hoje que não há dentro nem fora, porque todos podem estar tanto dentro como fora da terra. Claro que não vamos confundir a terra dos outros—a República da Guiné ou Senegal, com a nossa terra, a Guiné ou Cabo Verde. É dentro da panela que se coze o arroz, mas sabemos a importância que tem a lenha e tantas outras coisas necessárias para fazer cozer o arroz. Alguns camaradas do Partido pensavam que, pelo fato de entrarem ir ao mato para a luta, eram reis, e que podiam pôr os pés em cima de quem quer que seja. Enganavam-se.

Hoje sabemos que não é verdade, não é assim. Desde o Congresso de Cassacá que se sabe que isso não é verdade. Se alguém entra no mato para comandar a guerrilha, para lutar, e se não seguir as palavras de ordem do Partido como deve ser, então que pegue teso porque vamos deixar os tugas, para primeiro combater contra ele. Mas alguns, no seu trabalho fora da terra, adquirem vícios pensando que eles não podem pôr os pés na lama, não podem ser mordidos pelos mosquitos, não podem passar aquilo que os combatentes, os nossos dirigentes, os nossos responsáveis estão a passar na nossa terra. Estão enganados! É gente que de fato não se engajou na luta a sério. Talvez estejamos enganados em fazer deles dirigentes do Partido, mas mais dia menos dia, saberão que não é assim.

O nosso Partido tem uma situação tal que ninguém está dentro nem fora, toda a gente está dentro ou está fora consoante as necessidades do Partido. E os dirigentes da luta e do Partido devem estar sempre a par de todas as coisas que se passam, fora ou dentro da nossa terra, respeitante ao tipo de trabalho que fazem no Partido. De há uns anos para cá, podemos dizer o seguinte: não há dirigente nosso, um responsável nosso, que não fez já missões fora da terra, e não há um dirigente nosso que não tenha trabalhado dentro da terra também.

Claro que há alguns militantes ou mesmo responsáveis que têm estado mais fora do que dentro, e que passam a vida a pedir para ir dentro. É agradável ouvir isso, mas é preciso perguntar se o seu trabalho, a sua formação, exige que

estejam dentro da terra ou fora. Isso é que é importante, porque turismo faremos mais tarde. Também há gente no interior que pede para ir à Europa.

Mais tarde, se não conseguir ir, se não se lhe der uma missão para isso, quando tomarmos a nossa terra, se trabalhar bem, enche os bolsos de dinheiro e pode ir à Europa passear e voltar. Mas o movimento da nossa gente, ou fora ou dentro, faz-se de acordo com as necessidades da nossa luta. Isto é fundamental para nós. No meu caso de dirigente, tenho de responder pessoalmente às necessidades da nossa luta em conferências, nos encontros com Chefes de Estado ou com dirigentes de outros Partidos no mundo, e isso representa para mim, como para outros camaradas que trabalham comigo, um trabalho decisivo na nossa luta. Mas uma força grande para mim também é a certeza de que não há uma operação importante na nossa guerra, ou trabalho político importante, que eu mesmo não conheça, não estude, e não há uma mudança ou trabalho sério no plano político ou da luta armada que não passe pelas minhas mãos.

Pena é que nós temos limitações de homem; infelizmente não posso estar em todo o lado ao mesmo tempo, mas tenho estado o maior tempo possível ao lado dos nossos combatentes e militantes.

Outros princípio ligado ao que acabo de referir diz que devemos lutar sem corridas, lutar por etapas, desenvolver a luta progressivamente, sem fazer grandes saltos.

Se repararem bem, vêem que muitas lutas começaram por criar Bureau Político, Estado Maior, etc.; nós não começamos por isso. Muitas lutas começaram criando logo um exército de libertação nacional; nós não começamos por isso.

Nós começamos a nossa luta como quando se lança uma semente à terra, para nascer. Deita-se a semente, nasce uma planta pequenina, que cresce, cresce até dar flor e fruto: esse é que é o caminho da nossa luta, etapa por etapa, passo a passo, progressivamente, sem saltos grandes. Aliás, cada etapa significa ao mesmo tempo maiores exigências no nosso trabalho, na nossa luta.

Alguns camaradas, mesmo entre os que estão sentados nesta sala, têm a tendência de procurar comodidade à medida que crescem as suas responsabilidades. Há camaradas que parece que passaram vários anos à espera de responsabilidade para poderem cometer os erros que outros cometeram no seu lugar. Temos que combater isso com coragem, porque a luta é exigência, o nosso Partido é cada dia mais exigente. E aqueles que não entenderem, temos que pô-los de lado, por mais que nos doa o coração. Nós não podemos permitir que à medida que a luta avança, que o nosso povo se sacrifica por causa da nossa luta, que vários camaradas morrem e outros são feridos, ou ficam aleijados, que nós envelhecemos nesta luta, dando toda a nossa vida para a luta, em que tanta gente tem esperança em nós, tanto dentro como fora da nossa terra —não podemos permitir que alguns camaradas militantes ou

responsáveis levem uma vida de facilidades e cometam atos que não estão de acordo com a nossa responsabilidade, diante de nós mesmo, diante do nosso povo, diante da África e do mundo.

Muita gente pensa que isto aqui é o quintal do Cabral, que ele é que tem que reparar aquilo que se estragou ou que alguém estragou. Estão enganados. Cada um de nós é que tem que reparar, pegar teso para corrigir, porque senão, não há nada que nos possa salvar, quaisquer que sejam as vitórias que já alcançamos. Por isso mesmo, a nossa luta é como o balaio que separa o arroz limpo do farelo, como uma peneira que peneira a farinha pilada, para separar a farinha fina da farinha de grão grosso ou de outras coisas. A luta une, mas é ela também que separa as pessoas, a luta é que mostra quem é que tem valor e quem é que não presta. Cada camarada deve estar vigilante em relação a si mesmo, porque a luta está a fazer a seleção, a luta está a revelar-nos a todos, está a mostrar quem somos nós. Essa é uma das grandes vantagens do nosso povo em fazer a luta, sobretudo a luta armada, para se libertar.

Havia um homem grande, que aliás ainda está na luta, que há três anos me dizia: « Cabral, eu rezo todos os dias para Salazar não morrer. » —« E porquê, homem grande? »—«Para a luta continuar um bocado ainda, para ele continuar a teimar, para nós continuarmos, para nos conhecermos melhor uns aos outros.» Esta é uma grande verdade; hoje já nos conhecemos muito, hoje sabemos quem tem valor e quem não tem valor.

Fazemos força para aqueles que não prestam melhorarem, mas sabemos quem vale e quem não vale, sabemos até quem é capaz de mentir. Há alguns que ainda não conhecemos bem. Os camaradas também me conhecem, conhecem outros dirigentes do Partido que respeitamos muito, porque valem até ao fim, vocês sabem isso bem. Há outros de que alguns têm medo, porque sabem que só valem porque têm a força nas mãos. Alguns de vocês que estão aqui já viram dirigentes do Partido cometer erros graves, mas obedecem-lhes ainda porque têm medo deles.

Hoje, conhecemo-nos bem. Alguns de vocês viram responsáveis do Partido fazer mal a outras pessoas e sabem, na vossa consciência, que isso não é justo, mas calaram-se, esconderam isso. Mas ficaram convencidos de que esses não são bons dirigentes, não são bons responsáveis, fazem mal, agem contra a linha do Partido, e fazem-no com a certeza de que a direção do Partido, em conjunto, não tomará conhecimento.

Cada um de vocês que está aqui, que tem o seu responsável ou seu dirigente junto dele, tem a sua idéia concreta sobre esse homem ou essa mulher. A luta tem servido para nos conhecermos muito bem e isso é muito importante.

Alguns têm sido capazes de ser cada dia melhores, outros têm-se enterrado cada dia mais, apesar de toda a ajuda que temos procurado dar, para fazer

avançar cada um, com a cabeça bem alta, ao serviço do Partido, para servir o nosso povo como deve ser.

Quer queiramos, quer não, a luta faz a seleção, a pouco e pouco uns passam na peneira, outros ficam, porque a nossa decisão firme, enquanto estamos cá como dirigente deste Partido, é a seguinte: para a frente só vão aqueles que de fato querem lutar a sério, aqueles que de fato entenderam que a luta vai por etapas e aqueles que de fato entenderam que a luta cada dia tem mais exigências, mais responsabilidades e que, portanto, estão dispostos a dar tudo sem exigir nada, a não ser respeito, dignidade, oportunidade para avançarem e servirem o nosso povo como deve ser.

Quero lembrar, por exemplo, que em relação à luta por etapas, muitos camaradas nossos pensavam que a luta avançava mais depressa, que entrávamos logo em Bissau. Não é assim, tem que ser por etapas, temos que estar preparados para uma luta longa. No ponto em que estamos já, a nossa independência pode ser para amanhã ou depois de amanhã, ou daqui a seis meses, porque os tucas estão desesperados na nossa terra e, se aguentarmos bem, eles estarão cada dia mais desesperados. Mas temos que ter o nosso espírito preparado para uma luta longa, temos que preparar gente nova para continuar, se for preciso.

E vocês, jovens que estão aqui, devem tomar sobre os vossos ombros as vossas responsabilidades e entender bem o seguinte: se esta luta acabar amanhã, devem estar prontos, como jovens, para assegurar o trabalho do nosso povo, para construir o progresso que o nosso Partido quer. Mas se durar mais dez anos, vocês, jovens que aqui estão, têm a obrigação de substituir os mais velhos que já não possam continuar, e têm a obrigação de preparar outros jovens, para se formarem a tempo, para poderem pegar na luta. Os vietnamitas dizem que eles ganham a guerra de certeza, porque se os americanos estão dispostos a lutar dez anos, eles estão dispostos a lutar dez anos e meio, se os americanos estão dispostos a lutar vinte anos, eles estão dispostos a lutar vinte anos e meio. Isso é que é consciência dum povo, que conhece os seus direitos na sua terra, que a sua terra é sua e que tem de fato jovens e adultos que estão dispostos a servir o seu povo a sério.

É evidente que uma luta como a nossa, um Partido como o nosso, exigem uma direção segura, uma direção unida, uma direção consciente, e é a nossa própria realidade que cria essa consciência. Temos necessidade de consciência, porque, na medida em que o homem tem consciência duma realidade, ele cria força para mudar essa realidade, para a transformar numa realidade melhor. E no quadro duma luta como a nossa, dum Partido como o nosso, aqueles homens e mulheres mais conscientes, quer dizer, que têm uma idéia mais clara da nossa realidade e daquela realidade que o nosso Partido quer criar, é que devem passar à frente para dirigir, qualquer que seja a sua origem, donde quer que venham. Nós não vamos ver donde é que vêm, quem são, quem são os seus

pais. Nós vemos apenas o seguinte: sabem quem somos nós, sabem o que é a nossa terra, o que é que o nosso Partido quer fazer na nossa terra? Querem fazer isso a sério, debaixo da bandeira do nosso Partido? Então passam à frente e dirigem. Quem mais tem consciência disso é que dirige. Podemos enganar-nos hoje, enganar-nos amanhã, mas a melhor prova da verdade é a realidade, a prática, que mostra quem tem valor e quem não tem.

Portanto, o nosso principio é este: os melhores filhos da nossa terra é que devem dirigir o nosso Partido, o nosso povo. Isso quer dizer que de fato temos posto sempre os melhores? Alguns não prestam, mas é uma experiência grande que estamos a fazer ainda. A verdade é que temos dado sempre oportunidade para as pessoas melhorarem, temos dado a toda a gente no Partido oportunidade para avançar, para ser capaz de dirigir. Há camaradas sentados aqui que há três anos eram simples recrutas nos nossos campos de preparação militar, hoje eles são membros dos nossos Comitês Inter-regionais ou dirigentes das nossas Forças Armadas. Isso mostra quanto o nosso Partido tem sido capaz de abrir um caminho largo para os nossos camaradas avançarem, para aqueles que são mais conscientes, que têm mais valor, dirigirem.

A nossa luta exige uma direção consciente e nós dissemos que os melhores filhos da nossa terra é que têm que dirigir. É difícil, logo de entrada, saber quem é melhor, mas segundo aquele princípio de que falamos no começo, confiar para poder confiar, conforme alguns vão mostrando a sua capacidade, nós vamos passando-os para diante e depois vamos ver se de fato são ou não os melhores, e se melhoram ou pioram.

A verdade é que ninguém pode dizer que neste Partido nem toda a gente tem oportunidade de poder mandar. Todos têm, todos têm o caminho aberto para avançarem e o nosso desejo foi sempre o seguinte: quanto maior número puder mandar, melhor, porque podemos escolher os melhores dos melhores para mandarem. E temos feito tudo para melhorar a formação dos camaradas, para pensarem mais os problemas, para mostrarem mais iniciativa, mais entusiasmo, mais dedicação, para avançarem. E temos feito o máximo para sermos justos, para fazer avançar aqueles que de fato merecem avançar pelo seu próprio trabalho, não pelas suas caras bonitas ou porque são capazes de ser criados de cada um.

Neste Partido temos evitado ao máximo tudo quanto seja submeter as pessoas umas às outras, fazer que uns sejam servidores de outros. Desde a primeira hora eu disse o seguinte: nós não queremos criados não queremos servidores, não queremos rapazes para mandar neles. Nós queremos homens, camaradas conscientes, camaradas nossos, capazes de levantar a cabeça diante de nós, de discutir com respeito, como deve ser. Queremos homens e mulheres conscientes, de cabeça levantada, e temos lutado duro contra toda a tendência de dirigentes ou de responsáveis de fazer os rapazinhos andar atrás deles, de fazer outros responsáveis que estão debaixo das suas ordens como se fossem

os seus meninos de recados. E também temos combatido no próprio espírito dos camaradas a mania de deixar outros tomarem responsabilidades no seu lugar.

Claro que, tem havido alguma resistência a isso, particularmente, por exemplo: tem havido resistência surda, calada, por vezes, contra a presença de mulheres entre aqueles que mandam.

Alguns camaradas fazem o máximo para evitar que as mulheres mandem, embora por vezes haja mulheres que têm mais categoria para mandar do que eles. Infelizmente algumas das nossas camaradas mulheres não têm sabido manter respeito e aquela dignidade necessária para defender a sua posição como pessoas que estão a mandar. Não têm sabido fugir a certas tentações, ou pelo menos tomar certas responsabilidades sobre os seus ombros sem complexos. Há camaradas homens, alguns, que não querem entender que a liberdade para o nosso povo quer dizer liberdade também para as mulheres, a soberania para o nosso povo quer dizer que as mulheres também devem participar nisso, e que a força do nosso Partido vale mais na medida em que as nossas mulheres peguem nele teso para mandarem também, com os homens.

Muita gente diz que Cabral está com as suas manias de pôr as mulheres a mandar também. «Deixa pôr, mas nós vamos sabotar por trás». Isso é de gente que ainda não entendeu nada. Podem sabotar hoje, sabotar amanhã, mas qualquer dia ficam mal.

Outra resistência grande durante algum tempo no Partido foi a seguinte: nós éramos uns tantos dirigentes, mais ninguém podia ser dirigente. Vários camaradas nossos, bons combatentes, capazes, ficaram ignorados, tapados no caminho, porque alguns que mandavam não lhes deram nenhuma oportunidade para avançarem. Isso é matar o Partido, como se o estivessem a afogar.

Porque enquanto nós que estamos com mais idade, temos ar para respirar, vamos para diante, à medida que o ar nos vai faltando, não há ninguém para nos substituir. A força do nosso Partido só existe de fato se nós, os dirigentes, formos capazes de abrir caminho para os jovens avançarem, jovens como vocês, outros jovens que estão ainda para trás, centenas, milhares, para tomar conta e fazer passar os melhores para a frente para mandar.

Nós, da direção do Partido e eu em particular, temos feito o máximo para apoiar todos aqueles que mostram vontade de trabalhar. A maior felicidade para mim é ver um camarada, homem ou mulher, cumprir o seu dever com consciência, com boa vontade, sem ser empurrado, como é necessário tantas vezes empurrar alguns para fazerem aquilo que têm para fazer. Isso encorajamos muito, dá-nos a certeza de que somos capazes de vencer, de fazer o que o nosso Partido quer. Toda a gente deste Partido sabe bem quanta amizade, quanta estima, quanto respeito, quanto carinho nós temos por aqueles que são

capazes de cumprir o seu dever. Cada um que nós vemos a trabalhar com todo o entusiasmo, é como se fosse um pedaço de nós mesmos, um pedaço novo que é a garantia do futuro do nosso Partido e da vitória para o nosso povo. Por isso, o nosso trabalho tem sido fomentar, procurar desenvolver no espírito de cada um, dos mais novos, homens e mulheres, a vontade de pegar teso, de entender as coisas do Partido, de avançar para a sua frente. Esse é que deve ser o trabalho de cada dirigente, de cada responsável do nosso Partido.

Mas a tendência de alguns camaradas é a seguinte: um comissário político, por exemplo, vê um rapazinho bom militante; em vez de se ocupar dele para o ajudar, para ele entender mais, para avançar, em vez de o animar, não, faz dele o menino de recados, porque é esperto, sabe bem, vai rapidamente; se lhe der uma coisa para guardar, guarda bem; e, então, dá-lhe o seu saco de roupas, para ele guardar, em vez de fazer dele um valor para a nossa terra. Ou então: aparece uma rapariga, esperta, mais ou menos bonita, em vez de a ajudar, dar-lhe a mão para avançar, para ser enfermeira, ser professora, para ir estudar, para ser uma boa miliciana, ou qualquer outra coisa, não, faz dela sua amante; porque é muito bonita e ele é que tem o direito de tomar conta dela. Temos de acabar com isso.

Nós, não queremos proibir que tenham criados, tenham bajudas ou tenham filhos, não é isso.

Temos é que parar de estragar o futuro do nosso Partido. Quem quer criado, tem que esperar até amanhã na nossa terra independente. Trabalha e, se tiver meios, arranja o seu criado, se houver gente que quer ser criado. Não deve aproveitar a autoridade do Partido, que o Partido lhe pôs nas mãos, para arranjar o seu criado. Quem quer bajudas, hoje ou amanhã, pode arranjá-la, conquistá-la, casar com ela, mas não utilizar a autoridade do Partido para ter tantas mulheres quantas deseja. Enquanto houver isso, estaremos a enganar-nos e a dar razão aos tugas e a todos os inimigos do nosso povo.

Temos que ter consciência disso. E vocês, jovens, militantes ou responsáveis do nosso Partido, têm que estar conscientes disso. O vosso trabalho não é buscar filhos hoje, é servir o Partido levantar bem alto a bandeira do Partido, ajudar os filhos da nossa terra a levantarem-se, homens mulheres e raparigas da nossa terra, e não andar atrás de calças de tergal do Senegal ou de negócios para um lado e para o outro. Não é isso. Se fizerem isso, falham redondamente na vossa missão histórica que é a de ser responsável deste Partido, com a idade de vinte e pouco anos.

Alguns de vocês, que saíram da nossa terra, viram o respeito que o nosso Partido inspira, a consideração de que o nosso Partido é objeto, quanta esperança o nosso Partido tem posto na cabeça de outras gentes no mundo, mesmo em África. Os camaradas muitas vezes esquecem isso, no meio do mato esquecem-se completamente da sua responsabilidade, como dirigentes. Alguns

têm procurado utilizar ao máximo a autoridade que o Partido lhes deu para servirem a sua barriga, os seus vícios, as suas conveniências. Isso tem que acabar. E são vocês mesmo que têm que acabar com isso, em todos os níveis.

Por isso mesmo, temos que ser vigilantes contra os oportunistas. Oportunistas não são só aqueles que estão no Senegal a tratar de fazer os seus pequenos movimentos. No nosso meio também há oportunistas, que sabendo que a nossa direção exige, para dirigir, os melhores filhos da nossa terra, podem fingir ser dos melhores, ou então procurar satisfazer os seus responsáveis ao máximo, para os responsáveis os proporem como dirigentes ou como responsáveis.

Temos que ter cuidado com isso, temos que os desmascarar, combater contra eles. Os camaradas têm que entender que só é bom dirigente, só é bom responsável, aquele que for capaz de contar cara-a-cara os erros que outros fazem. Muitos camaradas responsáveis, a qualquer nível, têm cometido o erro grave de esconder os erros dos outros: «nha boca câ sta la, se o Cabral descobrir está bem, se não descobrir, paciência». Isso é destruir o trabalho, o sacrifício que ele mesmo está a fazer, porque está a compor por um lado e a estragar por outro.

Temos que ter o cuidado de desmascarar todos os oportunistas no nosso meio, todos os mentirosos, todos os cobardes, todo aquele que falta à linha do nosso Partido. Temos que ter coragem de tomar as nossas responsabilidades sobre os nossos ombros, cada um de nós, jovens responsáveis ou dirigentes do nosso Partido. Temos que ter coragem de nos olhar, olhos nos olhos, porque o nosso Partido só pode ser dirigido por homens ou mulheres que não baixam os olhos diante de ninguém.

Outro aspecto importante que temos que defender na direção do nosso Partido, já o dissemos claramente nas palavras de ordem publicadas, é que o nosso Partido é dirigido coletivamente, não é uma pessoa só que dirige. Em qualquer nível, na ação política ou nas Forças Armadas, na segurança ou na instrução; em qualquer lado, há sempre uma direção coletiva, a vários níveis.

Mas a tendência de alguns camaradas é de monopolizar a direção só para eles, eles é que decidem tudo, não consultam a opinião de ninguém que está ao lado deles. Isso não pode ser, porque duas cabeças valem sempre mais do que uma cabeça, mesmo que uma seja esperta e a outra burra.

Sobre este assunto, os camaradas têm que ler a sério à conversa que tivemos sobre a direção coletiva (dirigir em grupo). Mas lembro aos camaradas que direção coletiva (dirigir em grupo), não quer dizer que toda a gente tem que mandar, que já não há autoridade nenhuma.

Alguns pensam: «se temos que mandar, então vamos mandar, nem que não saibamos mandar nada, só para fingir que toda a gente é que manda». Isso é

asneira. Há muito tempo que eu disse que, se não é preciso ser doutor para mandar no nosso Partido, não podemos esquecer que há certos trabalhos que quem não sabe ler nem escrever não pode fazer; senão, estamos a enganar-nos, e nós não temos nada que nos enganar. Há certos trabalhos que, conforme o nível de instrução, assim se podem ou não fazer. Além disso, temos que nos lembrar de que no Partido há uma hierarquia, quer dizer, uma escala de gente que manda e que é preciso respeitar, respeitar a sério, e nem sempre tem sido respeitado como deve ser.

Nas condições concretas da nossa luta, da nossa terra, diante das exigências da História do nosso povo, neste momento, o nosso Partido tem que ter chefes bem definidos, para toda a gente saber quem é, para não haver confusão nenhuma. Qualquer que seja o nível dos que estão a mandar, do Bureau Político ou de qualquer outro organismo, têm que ter na sua cabeça o seguinte: aqui há um chefe, que não tem necessidade de lembrar a ninguém que é chefe, que se confunde com toda a gente, que não tem a menor pretensão e assim é que deve ser o nosso chefe, que não se envaidece para mostrar a toda gente que ele é que manda, mas que não se esquece em nenhum momento de que ele é que é o chefe; e quem não se lembrar, ele lembra-lhe.

A direção do nosso Partido é à força do nosso povo, ele é que é responsável por tudo quanto os nossos militantes, responsáveis, combatentes, etc., fazem. A nossa direção tem que ser uma só, unida, não podemos admitir no nosso seio nenhuma divisão e quem fala na direção superior do Partido, fala em direção em qualquer escala, seja no Comitê Inter-Regional, seja no Comitê da Zona do Partido; ninguém pode voltar às costas ao seu companheiro. Quem não entender isso, está a estragar.

Seja por exemplo na direção das Forças Armadas: vários casos se têm dado em que os comissários políticos não se entendem com os comandantes. Criminosos que não se entendem quando têm os tucas à frente para combater contra eles. Temos tido necessidade de mudar camaradas, porque estão com ambições, no puxa-puxa com os companheiros. Não podemos permitir isso mais. Chegou o momento de baixar de posto todos aqueles que não se entendem uns com os outros; não se transferem mais, baixa-se de posto, passam a simples soldados rasos ou a simples militantes. Porque já passou a hora de estar a ensinar aos camaradas que temos que nos entender uns com os outros, o nosso inimigo é o tuga colonialista e não outro qualquer.

Nesta sala mesmo há camaradas que trabalharam juntos e que não foram capazes de se dar bem uns com os outros. Pouca vergonha. E porquê? Porque andam a tratar da sua barriga, das suas ambições, em vez de servirem os interesses do Partido. Mentalidade de ambições, de manias. Em vez de dedicarem a sua atenção à luta, aos trabalhos do Partido, andam a ver quem tem mais coisas, quem tem menos coisas, conversazinhas, intriguinhas... E, no fundo, falta de coragem, cobardia ao fim e ao cabo.

Não pode ser; chegou à hora de pararmos com isso. No mato ou fora do mato, chegou à hora de cada um tomar o peso da sua consciência, de pôr de lado as manias, pegar duro no trabalho, para nunca se atrapalharem no caminho. E devemos lembrar aos camaradas das zonas, sobretudo os das zonas, a importância que tem a direção local para manter o povo com entusiasmo. Não podemos permitir que um camarada que é Comissário Político duma área, durante um, dois, três anos, e chega ao fim sem ter autoridade, cada um faz o que quer, desconsiderando a sua direção.

Isso é o falhanço total de um camarada. E temos que notar que algumas direções locais, que trabalharam muito bem no começo, só começaram a agir mal, a cometer erros quando os dirigentes começaram a tratar da sua barriga, considerando a sua área já independente e começando a tratar da sua vida.

Há um filme de que eu nunca me esqueço, porque foi uma grande lição para mim. Era uma vez um rapazinho que foi educado num colégio qualquer de padres e que acreditava muito em milagres. Não conhecia nada da vida, porque fez a sua vida no colégio e saiu de lá homem, com vinte e um anos. Todas as injustiças que ele verificava, eram um mal; não entendia que havia dum lado a miséria, gente que sofre, e do outro os ricos. Mas ele conseguiu encontrar uma pomba que fazia milagres. E então, porque o seu pensamento estava ligado ao sofrimento dos outros, resolveu fazer tudo para ajudar os outros, para não haver fome, nem frio, para todos terem casas para morar, para cada um realizar os seus desejos; ele não pensou em si mesmo, mas pedia à pomba para fazer milagres para os outros. Então a pomba apareceu- lhe e sentou- se na sua mão.

Ele disse: —«pomba, dá casas para aqueles pobres,» —e apareceram as casas com tudo, dentro delas. «Dá comida àqueles famintos», e aparecia a comida, boa comida. Chamava mesmo as pessoas para perguntar o que é que queriam, e dava. Até o dia em que arranjou a sua namorada e sentou- se com ela. A namorada pedia- lhe uma coisa e ele dava. Outra gente dizia que também queria, mas ele não tinha tempo, agora era só para a namorada.

Repentinamente a pomba voou, foi- se embora. Acabaram- se os milagres e tudo o que ele tinha feito como milagre tornou a desaparecer, mesmo ainda com a pomba na mão os milagres acabaram. Ele já não podia fazer nada pelos outros, porque só pensava na sua bajuda, na sua barriga.

Esta é uma grande lição. Na medida em que somos capazes de pensar no nosso problema comum, nos problemas do nosso povo, da nossa gente, pondo no devido nível os nossos problemas pessoais e, se necessário, sacrificando os interesses pessoais, somos capazes de fazer milagres.

Assim devem ser todos os dirigentes, responsáveis e militantes do nosso grande Partido, ao serviço da liberdade e do progresso do nosso povo.

4 - Para a Melhoria do Nosso Trabalho

Político

Vamos dizer alguma coisa sobre o que temos de fazer neste momento, para tornarmos mais rápida a vitória do nosso povo nas várias frentes de resistência.

Que devemos fazer?

Devemos melhorar o nosso trabalho político. Devemos organizar cada vez melhor as nossas Forças Armadas, e fazê-las agir cada vez mais intensivamente; reforçar e consolidar cada dia mais as nossas regiões libertadas; orientar cada vez melhor a nossa gente em todos os planos das suas atividades e orientar bem os nossos estudantes, os nossos quadros em formação; agir cada vez com mais eficácia, com mais consciência e melhores resultados no plano exterior, nas nossas relações com a África e com o mundo em geral.

Devemos melhorar cada dia mais as nossas cabeças e o nosso comportamento, para servir melhor o nosso grande Partido ao serviço do nosso povo na Guiné e Cabo Verde.

Nunca é demais dizer que o trabalho político é um trabalho fundamental da nossa luta, tão fundamental que, como vos disse há pouco, cada tiro é um ato político também. Tão fundamental que, para o nosso Partido, os dirigentes na luta armada são dirigentes políticos. O camarada Nino neste momento está a fazer esforços para cumprir um plano que eu elaborei de ponta a ponta, depois de discutir com eles todos, para desenvolver um novo tipo de ação na nossa luta, através duma operação. Ele é que é comandante- chefe dessa operação e é membro do Bureau Político do nosso Partido. Qualquer dirigente da nossa luta armada, como o Tchutchu ou o Bobô, que estão aqui sentados, ou o Lúcio ou o Nandigna, ou outros que aqui estão, também são dirigentes do Partido, da sua Direção Política, e até alguns deles já foram membros dos Comitês do Partido em certa altura. Cabeças dos Comitês do Partido, ou simples membros do Comitê Regional. Portanto, nós sentimos que não fazemos distinção entre política e outras coisas, porque tratar da saúde da nossa gente, ensinar, fornecer à nossa população tecidos e outras coisas para poderem melhorar a sua vida, é política. Dar tiros, trabalhar no plano internacional, é política. Mas dado que a nossa vida é complexa, com várias funções, há pessoas que têm um trabalho concreto, que é dedicarem-se ao trabalho político. Dirigidos pela Direção Superior do Partido, por diversos escalões da Direção do Partido, os nossos comissários políticos têm funções de trabalho político, seja ao nível

Inter-Regional ou de Zona, ajudados pelas brigadas políticas. Mas os Comitês do Partido os comitês de tabanca, também devem fazer trabalho político. Este é um órgão fundamentalmente político também.

O trabalho político dos nossos comissários políticos, como o de todos aqueles que trabalham em política ajudados por todos os outros responsáveis do Partido, de qualquer nível, é um trabalho que é decisivo para a nossa luta.

Podemos derrotar os tucas em Buba ou em Bula podemos entrar e tomar Bissau, mas se a nossa população não estiver politicamente bem formada, agarrada à luta como deve ser, perdemos a guerra, não a ganhamos. Por isso é fundamental que os nossos comissários políticos entendam isso claro, entendem a importância do seu trabalho, mas que todos os Comitês Inter-Regionais ou de Zonas entendam a importância do seu trabalho, porque eles é que são os órgãos políticos do Partido, para trabalhar com a nossa gente. Seja membro de segurança, comissário político, responsável de saúde instrução, abastecimento, eles é que são a força política para agir cada dia, para melhorar o nosso trabalho.

É evidente que as vitórias das nossas Forças Armadas têm que forçar o trabalho político. Por exemplo, alguns camaradas nossos procuram conquistar a população fula das áreas entre Quirafo e Bangacia, mas quando essa gente ouve dizer que os tucas saíram de Madina Xaquili, mais fácil é fazê-la acreditar em nós. Portanto, vemos como é que as coisas se conjugam para ajudar sempre o trabalho político.

O que é preciso é que nós, membros do Comitê Inter-Regional ou de Zona, sejamos capazes e dedicados ao nosso Partido. É preciso identificar-se totalmente com os interesses do nosso Partido. A primeira condição para melhorarmos o nosso trabalho político é melhorar os nossos trabalhadores políticos. É fundamental que os nossos comissários políticos, os nossos responsáveis da Milícia, da Segurança, da Saúde, da Instrução, tenham uma consciência bem elevada do seu trabalho. Devem ser aqueles que mais querem o nosso Partido, que mais amor têm pelo nosso povo e que estão mais decididos a aplicar na prática as palavras de ordem do Partido.

Têm que ser pessoas capazes de gritar bem alto o nome do Partido, da Direção do Partido, devem ter confiança na Direção do Partido. Têm que ser pessoas que, para corresponderem ao seu desejo consciente de morrer pelo nosso Partido, têm que trabalhar cada dia, de manhã à noite, para o nosso Partido, o que é bem mais fácil do que morrer, dar a sua vida. Têm que ser pessoas que devem estar vigilantes, sejam ou não dos Serviços de Segurança, vigilantes diante de toda a tentativa de estragar o nosso Partido, de trair o nosso Partido. Têm que ser pessoas capazes de ser amigas só dos amigos do nosso Partido, inimigos fortes de todos os inimigos do nosso Partido.

Têm que ser pessoas capazes de não aceitarem nenhum ato contra os interesses do nosso Partido, e que, quando tiverem que falar diante do nosso povo, diante dos dirigentes, em qualquer meio, sobre problemas do nosso Partido, eles são aqueles que devem gritar mais, que levantam mais alto a bandeira do nosso Partido, o nome do nosso Partido. Eles é que têm que levar as massas atrás deles. Têm que ser capazes de estar atrás das massas, no meio das nossas massas, à frente das nossas massas, para as arrastarem elevando sempre mais do que toda a gente a bandeira do nosso Partido. Não podemos dizer, até hoje, que têm estado no nossos Comitês só os melhores militantes do nosso Partido. Alguns não são nada os melhores, outros até têm medo de falar no Partido a sério. De ora em diante, vocês todos têm que trabalhar para pormos à frente dos nossos Comitês do Partido gente que é de fato Partido e que, abrindo-lhes o coração, só encontramos a bandeira do Partido, abrindo-lhes a cabeça, só encontramos idéias do Partido, se lhes dermos a palavra, gritam alto, bem alto, o nome do Partido, para levantarem toda a gente para lutar pelo nosso Partido. E de noite ou de dia, a qualquer hora que for necessário trabalhar, eles estão pegados teso no trabalho do nosso Partido. Esta é a primeira condição para melhorarmos o nosso trabalho político, melhorar o trabalho da nossa gente, melhorar a nossa gente que está ligada ao trabalho direto, exclusivo do Partido, do ponto de vista civil e político.

Temos que melhorar o trabalho no seio do nosso povo, temos que fazer reuniões com o nosso povo, o máximo que pudermos. Os comissários políticos de zona, têm que estar em contacto permanente com as tabancas, dentro da sua zona, em permanente contacto, reunidos com a sua gente, reunindo-se sempre com ela, com os Comitês do Partido, fazendo reuniões de tabanca, discutindo os problemas das pessoas, procurando saber o que se passa, para ajudar a resolver os problemas. A Segurança deve estar com eles, fazendo também esse trabalho. A Saúde, a Instrução, fiscalizando, ajudando, resolvendo problemas. Tem que ser assim, temos que estar permanentemente mobilizando, organizando o nosso povo, ajudando os nossos comitês de tabanca a fazerem as suas reuniões para discutirem os seus problemas, ajudando a nossa gente a mandar em si mesma, a resolver os seus próprios problemas. Só assim é que podemos de fato corresponder às exigências da nossa luta, hoje. E esse trabalho tem de ser feito na vigilância, em relação a todos os atos do inimigo, quer infiltração do inimigo no nosso seio, —aí está a segurança para ver isso —a propaganda do inimigo na sua Rádio ou de qualquer outra maneira; temos de o neutralizar imediatamente. Temos de esclarecer as nossas massas, a nossa população sobre os problemas, os enganos que os tugas querem meter-lhe na cabeça. O trabalho político tem de ser um trabalho permanente no seio do nosso povo. Todos sabemos bem o que devemos fazer.

Devemos também melhorar cada dia o trabalho político no seio das Forças Armadas. Toda a nossa gente ligada ao trabalho político, incluindo os comandantes e os comissários políticos das nossas Forças Armadas, devem trabalhar para melhorar as condições políticas das nossas Forças Armadas. Não

pode haver uma distância grande entre o comissário político de zona ou da Inter- Região e as Forças Armadas. Não. O comissário político da Inter- Região, o membro de Segurança da Inter- Região, a Milícia Popular da Inter- Região ou de Zona, tudo isso também é Força Armada, basta termos dado ordens para que todos tenham armas nas mãos. Essas são as Forças Armadas destacadas no trabalho político. Os das Forças Armadas são políticos destacados no trabalho da luta armada. Portanto, não deve haver distâncias grandes, eles devem estar sempre em harmonia, vivendo mãos nas mãos, trabalhando politicamente juntos.

E os comissários políticos de zona devem fazer de vez em quando reuniões com as Forças Armadas que estão nessa zona, ligados ao comissário político das Forças Armadas. Devem falar das relações com a população, discutir problemas sobre a população, sobre as Forças Armadas, que agiram mal ou bem, para elogiar os que agiram bem, para combinarem a maneira de reforçarem mais a ajuda à população, para a população ajudar as Forças Armadas, para coordenar o seu trabalho, entre as Forças Armadas e a população, para fazerem um só corpo. Não é que o comissário político e o Comitê sejam uma coisa e o comissário político do comando seja outra, e que cada um trabalhe do seu lado, virando as costas ao outro. Não pode ser assim.

Devemos dizer claro que hoje, nas nossas Forças Armadas, alguns comissários políticos não são comissários políticos nada, nunca souberam fazer uma reunião política, nunca fazem reuniões políticas com os camaradas do Partido que estão nas Forças Armadas. Em geral, noutras terras, as Forças Armadas têm gente do Partido e gente que não é do Partido. Nós aceitamos que todos os camaradas das Forças Armadas sejam do Partido, temos que os trabalhar, explicar- lhes.

Há camaradas que morrem nas frentes de combate sem saberem o que é o Partido. Porquê? Às vezes só porque os nossos comissários políticos não sabem o que é o Partido. Temos que acabar com isso. Há os que sabem bem, mesmo sem instrução às vezes, mas sabem bem. Há os que fazem trabalho político a sério, mas grande parte não faz trabalho político no seio das Forças Armadas, e às vezes o próprio comandante não deixa o comissário político fazer nada, porque ele, comandante, é que manda em tudo.

Esquece- se de que o primeiro comissário político é ele mesmo. Ele é comissário político e é comandante, o outro é comissário político. Devem trabalhar juntos, fazer política juntos, junto das nossas Forças Armadas, porque, quanto mais politizadas forem as nossas Forças Armadas, maior é a certeza na segurança da nossa terra e na vitória da nossa luta. Há também palavras de ordem claras, relativas ao trabalho político nas nossas Forças Armadas, e não é preciso repetir tudo aqui; vou lembrar apenas certos aspectos fundamentais.

Devemos cada dia selecionar melhor os nossos dirigentes, os nossos

responsáveis, os nossos militantes. Como vos disse, até hoje, para ser do nosso Partido, basta querer correr com os tucas da nossa terra, os tucas colonialistas, e querer o PAIGC. Há mesmo um juramento para o PAIGC.

Fizemo- lo durante bastante tempo, mas depois paramos de o fazer. No começo, no tempo difícil, quando se entrava no Partido era preciso jurar e quem acreditava na cola, tinha que comer cola.

Acabamos com isso, depois, porque a luta cresceu muito, havia muita gente para comer cola, e até me lembro que o camarada Tiago, que punha as pessoas no Partido a fazer juramento, passou depois a sofrer um bocado porque comia muita cola. Acabamos um pouco com isso, mas no fundo, na consciência de cada um, quando entra no PAIGC, jura, mesmo que não fale, mesmo que não assine carta nenhuma. Mas a pouco e pouco, para ser militante do nosso Partido, é preciso dar provas concretas. Hoje ainda não; amanhã, para ser militante de fato do nosso Partido, é preciso dar provas concretas de que satisfaz certas condições, é preciso conhecer bem o Programa do Partido, é preciso saber o que é que o Partido quer, para o tomarmos em consciência, para não vir entrar e depois não saber o que era afinal. E cada dia devemos ser mais rigorosos com os nossos responsáveis e os nossos dirigentes; a cabeça tem que dar exemplo.

A autoridade tem que ser baseada no trabalho sério, no bom cumprimento do dever, e na conduta ou comportamento exemplar para toda a gente. Cada dia temos que exigir mais dos nossos responsáveis. Através da luta difícil que tivemos, formaram- se alguns responsáveis bastante razoáveis, mas devemos reconhecer que não tivemos tempo nem possibilidades de agir mais rigorosamente com outros responsáveis. Não vou repetir aqui todos os elogios que podemos fazer a alguns responsáveis do nosso Partido, sejam eles comissários políticos, membros de segurança, chefes de forças armadas, que têm trabalhado com bastante coragem, com bastante acerto, embora cometendo um ou outro erro de vez em quando. Não vou repetir também (já o disse através da minha conversa)os erros que os nossos responsáveis têm cometido.

A crítica disso ainda é válida—fizemo- la já naquele documento que chamamos «Sobre a reorganização das Forças Armadas», e os nossos camaradas devem lê- lo, porque lá está escrito tudo claramente, abertamente, explicando até porque é que a maior parte dos nossos responsáveis que cometem mais erros, são aqueles que saíram das cidades.

Hoje, neste seminário, chamo a atenção dos camaradas para tudo quanto já criticamos através de outras conversas, e chamo a atenção dos camaradas para o fato de que chegou a hora de acabarmos com os erros dos responsáveis.

Chegou o momento de acabarmos com os responsáveis que quando recebem as palavras de ordem do Partido as deitam para o lado, guardam- nas para não se

perderem, mas não lêem. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis ou dirigentes que nunca fazem um relatório sobre a situação do seu trabalho.

Chegou a hora de acabarmos com os responsáveis de qualquer nível, mesmo dirigentes do Partido, que preferem a paródia à vida séria, de trabalho e estudo.

Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que têm mais do que uma mulher e que, na luta, têm feito mais filhos que trabalho. Chegou o momento de acabarmos com os responsáveis e dirigentes que não são capazes de estudar para melhorarem os seus conhecimentos, mesmo no meio do mato, para serem cada dia mais responsáveis, mais dirigentes a sério. Chegou o momento de acabarmos com os responsáveis ou dirigentes que, quando se lhes pergunta qualquer coisa sobre o seu trabalho, dizem mentiras. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que são capazes de prejudicar os outros para não os deixarem avançar, com medo que lhes tirem o lugar.

Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que, quando são transferidos para outro lado, pensam que vão para morrer, porque perderam o lugar, porque lá onde estavam já tinham formado o seu regulado.

Chegou o momento de acabarmos com responsáveis ou dirigentes que não são capazes de se entender com os seus camaradas numa Frente ou num Comitê Inter-Regional. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis ou dirigentes que não querem que as nossas mulheres avancem também, para serem responsáveis ou dirigentes. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que são capazes de não respeitar os dirigentes ou responsáveis que estão acima deles. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que não mostram em cada ato seu, amor pelo nosso Partido, respeito pela Direção do nosso Partido, tendo em consideração que a coisa mais importante da sua vida é o trabalho do Partido.

Mas somos nós todos que temos de acabar com isso. Chegou o momento de acabarmos completamente com o medo dos responsáveis ou dirigentes do Partido. Não é necessário o medo pela autoridade. E quem abusa da autoridade está a cometer um crime pior do que os dos colonialistas portugueses.

Chegou a hora também de levantarmos bem alto o nome daqueles militantes, responsáveis e dirigentes que têm sabido cumprir o trabalho do Partido, dando exemplo a outros, mostrando o caminho reto que devemos seguir no nosso trabalho. Cada responsável, cada dirigente, deve ter sempre bem presente que nós somos uma organização, por isso devemos estar organizados. Há camaradas que preferem coisas que não estão organizadas para escaparem ao controle. Há camaradas nossos que, se mandarmos alguém para ir ver o que eles estão a fazer, pensam que vai para os espiar. Chegou o momento de estabelecermos todo um serviço de controle como deve ser, para cada um sentir

claramente se ele é dirigente ou responsável, que o controle e inspeção é para o servir, para o ajudar a andar cada vez melhor.

Chegou o momento de considerarmos como verdadeiros Comitês do Partido, aqueles que são capazes de se reunir de fato, periodicamente, como o Partido manda, de estudar os problemas, como o Partido manda, de fazer relatórios, como o Partido manda. Quem não é capaz disso, não é dirigente nem responsável do Partido, não é Comitê nenhum. É mentira, ele engana-se e está a enganar-nos. Chegou o momento de fazermos os nossos Comitês de tabanca reunirem a sério, periodicamente, para discutirem os seus problemas, dar satisfação, e receberem também satisfação dos dirigentes dos Comitês de Zona ou Inter-Região, para apalparem, tomaram pulso, para saberem o que se passa na nossa terra a sério, para resolverem os problemas antes que se tornem piores. E neste quadro, para garantirmos o futuro do nosso Partido, devemos fazer tudo, para fazermos avançar os camaradas novos que têm mostrado capacidade para serem responsáveis, para dirigirem.

E no quadro dessa necessidade, uma necessidade grande que se nos depara hoje é a de reforçar o nosso serviço de Segurança. Podemos trabalhar muito, morrer na luta, cansarmo-nos, apoquentarmo-nos, envelhecer, adoecer, etc., mas se deixarmos a «baga-baga» comer o nosso pau por dentro, qualquer dia encostamo-nos ao pau e ele cai porque já está todo podre. Baga-baga, tanto podem ser os agentes dos tugas no nosso meio, como nós mesmos, cada um de nós.

Por exemplo: é mais perigoso para nós um responsável ou um dirigente que se embebeda do que um agente dos tugas, porque ele, além de não cumprir o seu dever como deve ser, dá mau exemplo e, além disso, mata-se com bebidas. Ora o que querem os tugas é que ele morra mesmo, que ele não trabalhe bem. Um responsável ou dirigente do Partido cuja preocupação é, em qualquer lado que chegue, procurar as raparigas mais bonitas para conquistá-las, esse está a agir pior do que um agente dos tugas. Porque, primeiro, está a cortar-nos a possibilidade de dignificar, de levantar as mulheres da nossa terra; segundo, está a dar mau exemplo para toda a gente, tanto aos outros responsáveis como aos militantes e combatentes e, além disso, desmobiliza o nosso povo; terceiro, estraga a sua cabeça como dirigente, como responsável.

Um bom responsável do nosso Partido hoje, um bom dirigente, que cumpre o seu dever como deve ser e que tem consciência da nossa luta, tem que ser capaz, como um homem que tem necessidade de uma mulher, ou como uma mulher que tem necessidade de um homem —porque é normal ter-se uma companhia —de escolher seriamente a sua companhia, para dar exemplo como deve ser. Nas condições da nossa terra, qualquer pessoa que manda pode ter, em geral, tantas mulheres quantas quer. Essa é que é a África de hoje ainda.

Vejamos os ministros da África em geral: quantas mulheres têm? Mas não avançam nada com a sua terra. Temos que cortar isso na nossa terra

completamente. Cada responsável ou dirigente nosso tem que dar exemplo, bons exemplos, para todos seguirem e para terem autoridade para castigar os outros quando chegar o momento de castigar.

Mas no quadro da nossa segurança temos que ver tudo isso, temos que ser vigilantes em relação a isso. Segurança não é só apanhar agentes dos tucas, evitar que o nosso povo vá vender arroz aos tucas. Esse é um problema, por exemplo, o de vender arroz; se nós trabalhássemos bem, controlássemos, podíamos até mandar a nossa gente ir vender arroz aos tucas para obter informações, para fazer espionagem e até também para obter certas coisas que nós não podemos ter ainda. Infelizmente, cremos que é um tanto difícil nas nossas condições. Mas a segurança também é o seguinte: «eu estou ao teu lado, tu és dirigente, agas mal, digo-te claro: queixo-me de ti».

Por exemplo; não é proibido beber, toda a gente pode beber, se não for muçulmano, mas na medida. Mas na medida é difícil, porque cada um tem a sua barriga. Devemos evitar a bebida ao máximo e um agente de segurança deve estar sempre pronto para condenar abertamente, seja comandante, dirigente do Partido, mesmo o Secretário Geral, com todo o respeito que tenha por eles; mas se se embebeda, prende-o. Isto é que é segurança. «Pára, porque estás a estragar o nosso trabalho,» isso é que é segurança de fato. Não aquela segurança que, para agradar ao responsável, arranja-lhe bebida e ainda faz paródia com ele. Esse não é segurança, esse é cúmplice na destruição da nossa luta.

Mas temos que reforçar a segurança da nossa luta, em relação ao inimigo. O inimigo está a trabalhar muito. Temos que reforçar a nossa segurança, com base nos nossos serviços de segurança, que temos que desenvolver cada vez mais, mais a sério. O Partido tem preparado muitos quadros no ramo da segurança. Infelizmente, vários não têm mostrado que aprenderam de fato, de verdade, esse trabalho, porque têm tido muita falta de iniciativa.

Temos que basear a nossa segurança no trabalho da nossa milícia popular, que é um instrumento de segurança nas nossas áreas libertadas. Temos feito esforço para organizar a nossa milícia popular, alguns responsáveis têm feito esforços, seja individualmente, seja no quadro dos nossos comitês de milícia popular, ligados ao Comitê Inter-Regional. Mas temos que fazer muito mais.

Temos que organizar a milícia popular, não como bigrupos, como alguns têm tendência para organizar, até para criar bases de milícia popular, não. A milícia popular é no meio do povo que deve estar, nas tabancas ou no meio do povo no mato. Os melhores filhos da nossa terra que estão nas tabancas e que ainda não entraram no Exército, esses é que devem ser a nossa milícia popular, bons militantes, que deram provas, jovens: segundo definimos, entre os 15 e os 30 anos de idade, para desempenharem um papel concreto, que é o reforço da nossa segurança e o trabalho de auto-defesa em relação tanto a ladrões que o

inimigo manda, como em relação a invasões da parte do inimigo. A vanguarda da nossa população nas tabancas, nas áreas libertadas, deve ser a nossa Milícia Popular, ligada ao Comitê Inter-Regional ao Comissário Político do Partido. Devemos formar dentro de cada área, grupos de milícia popular nas tabancas, e, entre diversas tabancas, podemos também formar grupos de milícia popular.

Milícia Popular é gente que trabalha na sua casa, na lavoura, etc., mas quando for preciso, imediatamente, deve reunir-se, quando for preciso para um trabalho deve vir. Devemos treinar a nossa milícia popular na arte da guerra, na arte da vigilância, de fazer patrulhas, etc..

E devemos levar para diante aquela palavra de ordem do Partido que já foi dada, de armar a nossa milícia popular. Já se começou, mas ainda não se acabou até agora. Algumas armas enferrujaram, algumas estão na fronteira, à espera para serem entregues á milícia popular.

Outras armas chegaram às áreas da milícia popular, não foram distribuídas como deve ser e os tucas vieram e apanharam-nas ainda recentemente, na área de Fifioli, no sector 2 da Frente Leste. Há armas para a milícia popular tanto «Ricos», que pusemos à disposição da milícia popular, como carabinas de vários tipos, à disposição da milícia popular, que até hoje ainda não distribuimos como deve ser.

Devemos reforçar a nossa segurança, tanto armada como civil, pondo a trabalhar também elementos da população com armas nas mãos. Demos a palavra de ordem para armar a população. Nós mesmos começamos a armar a população na área de Quitáfine; a primeira distribuição de armas, fizemo-la nós mesmos. Esse trabalho não tem avançado como deve ser. Devemos, portanto, fazer força para melhorar isso, porque isso é melhorar o nosso trabalho político.

Outro trabalho importante que devemos fazer é reforçar a nossa organização, a nossa ligação com os centros urbanos onde o inimigo ainda está, melhorar a organização do Partido escondida nos centros urbanos. Mas quem está no mato como comissário político, como Comitê Inter-Regional, como Comitê de Zona, deve, na sua área, manter ligação estreita com os nossos camaradas e os nossos irmãos dentro das cidades que querem de fato lutar pelo nosso Partido. Temos que ser capazes de enviar agentes para as cidades para preparar a nossa gente, para trabalhar com a nossa gente. Raro, infelizmente, é o responsável do Partido que tenha feito isso a sério. Têm-se esquecido que a nossa terra também é nas cidades, seja Bissau, Bafatá, Bambadinca, Mansoa, Bissorã, Catió, etc.

A verdade é que há alguns, tanto da segurança como políticos, que têm de fato desenvolvido o seu trabalho. Mas o que nós fizemos ainda não chega, temos que fazer muito mais. Temos que reforçar, e isso é um serviço da nossa

segurança, principalmente, mas todos os nossos políticos, trabalhadores de política, devem reforçar a organização clandestina do nosso Partido dentro dos centros urbanos. Se não há em qualquer centro urbano, devemos ser capazes de mandar um ou dois destacados para lá, disfarçados, para organizarem como deve ser.

Isso é fundamental. Não podemos, de maneira nenhuma, preparar dezenas e dezenas de quadros para os serviços de segurança, aos quais se ensina o trabalho clandestino, espionagem, organização clandestina, trabalho com explosivos, etc., etc., contra-espionagem, observação, etc., para depois chegarem à nossa terra, sentarem-se e não fazerem nada. Um fulano não é da segurança porque é capaz de apanhar alguém que vai vender arroz aos tugas. Isso não chega. Chegou o momento de pormos essa gente da segurança a trabalhar mesmo nos centros urbanos, para estabelecerem novas organizações, para avançarem com o nosso Partido nesses lugares. Isso é fundamental.

Devemos, para melhorar o nosso trabalho, reforçar e consolidar cada dia mais as nossas regiões libertadas. A nossa luta atingiu um grande avanço, um rápido avanço, e talvez até, no começo, um avanço demasiado rápido e, em pouco tempo, encontramos-nos diante duma grande responsabilidade que é a de ter áreas libertadas. Isso é muito bom, porque as áreas libertadas são a base, a retaguarda das nossas forças armadas para avançarmos com a luta, e permitem-nos, além disso, fazer uma grande experiência da direção do nosso povo. Mas é uma grande canseira, porque temos que dirigir o povo, temos que satisfazer o desejos da população, temos que melhorar a vida da população, organizar melhor a vida da população, temos que trabalhar muito mais. Mas não há dúvida nenhuma que temos trabalhado um bocado nisso, a ponto dos tugas reconhecerem que, na maioria das nossas áreas libertadas, é impossível já o nosso povo voltar a aceitar a dominação colonialista.

Isso já é um bom trabalho, mas nós temos que fazer ainda mais e melhor trabalho, para acabarmos completamente com a saída da nossa gente das áreas libertadas, para convencer a nossa gente a voltar às áreas libertadas da nossa terra, tanto os que foram para as cidades, como aqueles que saíram para fora da nossa terra. Para consolidarmos mais a organização do Partido nas áreas libertadas devemos fazer mais ainda. Desenvolver mais o nosso trabalho na instrução, embora tenhamos diminuído o número de escolas, mas para darem mais rendimento; nos nossos hospitais, nos nossos postos sanitários, mesmo que sejam poucos, mas devemos trabalhar bem, para mostrarmos que servem; os nossos armazéns do povo devem funcionar como deve ser. Os nossos militantes que trabalham nos armazéns do povo não devem furtar. Isso é muito importante. Devemos fazer tudo para o nosso povo, nas áreas libertadas, ter a capacidade de controlar os nossos armazéns do povo.

Para construirmos as nossas áreas libertadas, a primeira condição é aquela que já dissemos: melhorar o nosso trabalho político. Para isso é preciso que os

dirigentes do Partido, do Comitê Inter- Regional ou de Zona, vivam de fato no meio da população, com a população. Infelizmente, a tendência é para criar bases centrais. O Comitê Inter- Regional tem a sua base, o Comitê de Zona está na sua base, a população está na sua barraca ou na sua tabanca, e o dirigente está longe, criando um abismo entre ele e a população que dirige. Há muito tempo que demos a palavra de ordem: os dirigentes dos Comitês de Zona e Inter- Regionais devem estar junto do povo; não há barracas, não há bases, a sua base, se é de zona, deve ser cada barraca do povo, cada tabanca do povo.

Um dia está numa, outro dia noutra, movimentando- se sempre, porque, como dirigente de Zona, não deve estar parado nunca num mesmo lugar. Isso não só aumenta o rendimento do seu trabalho, faz- lhe cumprir melhor o seu dever, como aumenta também a sua própria segurança.

Os comissários políticos de Zona, a segurança, os chefes da instrução, os chefes de saúde, os chefes de abastecimento, nunca devem estar parados, devem estar sempre em ligação do, povo, seguindo todos os problemas do povo, procurando resolver todos os seus problemas com o povo. O comissário político da Inter- Região, a segurança, o responsável da instrução, o responsável da saúde, do abastecimento, da milícia devem estar sempre em movimento através das zonas e até, se puder ser também, nas barracas e nas tabancas, vivendo sempre com a população. Em cada lugar que chegar deve reunir- se com os Comitês de Zona desses lugares, dando ordens, tomando pulso para saber como é que as coisas estão, fazendo reuniões com a população, esclarecendo e ajudando a resolver os problemas que os Comitês de Zona não são capazes de resolver, em ligação íntima com os dirigentes de Zona e, através deles e diretamente também, com as nossas massas populares das zonas libertadas. Assim é que devemos de fato trabalhar muito para dirigir e aumentar a consolidação das nossas áreas libertadas.

Mas também os nossos comandantes das Forças Armadas, tanto comandantes principais como comandantes de Corpos do Exército, devem estar em ligação com os combatentes por todo o lado, não fechados no comando, enquanto as forças agem. Tanto do lado Norte como do lado Sul do país fecham- se no comando e não têm contactos com as suas forças. Devemos ter forças por todo o lado. Se há bigrupos no entroncamento de Buba, o comandante deve ir lá vê- los; se estão para os lados de Nhala, deve ir lá vê- los, ou em Gangénia, ou em Madina de Baixo, na área de Jabadá, metido entre os tugas; nas imediações de Gantongó, em Sambuia, N'Goré, ou em qualquer outra base do Norte da nossa terra, na área de Mansabá ou na área de Maqué; um comandante ou comissário político deve estar junto das Forças Armadas, sempre, sempre em movimento, marcando um sítio, ou vários sítios, para fazer reuniões com outros responsáveis, mas sempre em movimento. Além disso, como em geral os nossos comandantes, os nossos responsáveis principais das Forças Armadas são também dirigentes políticos, eles têm obrigação de reunir com o Comitê Inter- Regional para discutir problemas, para fazerem coordenação de trabalho

com os Comitês de Zona, para fazerem coordenação do trabalho até com a população, para ajudarem os comissários políticos, segurança, etc., a trabalharem. Esta é a melhor maneira para consolidarmos a nossa situação nas áreas libertadas, na nossa luta em geral.

Devemos estar convencidos de que o lugar dos dirigentes do Partido é no meio da população, não é sentados em nenhuma base; o lugar dos dirigentes das Forças Armadas, é no meio dos combatentes, não é sentados em nenhum comando. Pode ter um comando ou um ponto bem seguro, onde tem, por exemplo, a sua rádio, uma ou duas pessoas de confiança, a sua guarda, onde pode ir de vez em quando, mas deve estar sempre em movimento, até para a sua própria segurança. Há responsáveis das nossas Forças Armadas que morreram já porque se sentaram demasiado nas bases.

Para consolidarmos as nossas regiões libertadas temos que trabalhar mais junto da nossa população, para aumentar a produção. Temos que ser capazes de fazer o nosso povo lavrar mais terra, produzir mais arroz; preparar o nosso povo para novas produções mesmo. Porque, mais dia menos dia, temos que começar a produzir mancarra nas nossas áreas libertadas, para podermos vendê-la fora da nossa terra, como outros produtos ainda. Temos que levar como palavra de ordem do Partido, nas áreas libertadas, a diversificação, quer dizer, variar os produtos agrícolas, para o nosso povo poder comer melhor, para os nossos combatentes também comerem melhor. Nas áreas libertadas onde há combatentes, temos de fazer os combatentes trabalharem também, como já dissemos.

Avançar com a nossa agricultura, passo a passo, sem grandes manias, avançar com o trabalho do nosso artesanato, ajudar a nossa população a fazer panos, esteiras e balaios, potes, moringos e sobretudo, também, fazer obras de arte, esculturas. Isso pode ser de alto valor para o nosso Partido e para mostrar às pessoas a nossa capacidade. Devemos trabalhar muito para melhorar cada dia mais o trabalho do nosso sistema de abastecimento das áreas libertadas em artigos de primeira necessidade. Um artigo de primeira necessidade, por exemplo, é o sabão; o nosso povo deve lavar a sua roupa, o seu corpo, etc.. Já começamos a fazer sabão nas nossas áreas libertadas, mas até hoje não fomos capazes de fazer sabão como deve ser, quando é fácil e temos bastante óleo de palma. Os nossos responsáveis da produção encarregados disso têm dado algum resultado, mas muito longe do resultado que de fato podem obter.

Há outras coisas que podemos fazer nas nossas áreas libertadas. Temos que fazer força para ajudar o nosso povo a obter ferro para preparar coisas para a agricultura, para utensílios de lavoura, meios para os nossos ferreiros trabalharem.

Os nossos armazéns do povo têm que saber distribuir bem os produtos que o Partido consegue, têm que saber guardar e distribuir bem os produtos

comprados ao povo em troca por artigos de primeira necessidade, como tecidos e outras coisas. Até hoje, temos feito um bocado, mas os nossos armazéns do povo ainda não funcionam bem. Claro que a dificuldade grande é que às vezes não temos nada para lhes mandar, mas eu falo de quando há. O Partido, no plano exterior, está a fazer cada dia mais força para aumentar sempre a quantidade de mercadorias. E este ano, felizmente, temos promessas grandes.

Se a nossa luta se mantiver bem, se conseguirmos reter o inimigo no terreno como deve ser, para não nos fazer mal nenhum, podemos dar ao nosso povo, este ano, muitos artigos de primeira necessidade. Mas, para isso, temos que distribuir bem, a horas, como deve ser, sem malandricas, sem procurar enganar o povo. E nós temos que, por outro lado, rigorosamente, cobrar ao povo as coisas que ele tem que dar: arroz, rola, coconote, cera, peles de animais, etc.. E os nossos responsáveis da produção devem guardar isso como deve ser, conservar como deve ser, para ser usado ou vendido corretamente.

Temos que ter controle da produção. Não podemos aceitar a falta de controle.

Não podemos aceitar condições. Como aconteceu, por exemplo, quando pusemos um camarada a controlar a nossa economia e os camaradas não gostaram; ficaram furiosos com ele, porque ele não os deixava vender as vacas do Partido. Então apareceram uma série de intrigas contra o camarada, fizeram que os próprios combatentes se aborrecessem, porque ele não deixava ninguém comer vacas. Mas a idéia não era essa, era a de fazer com que se revoltassem contra ele para ser tirado de lá, porque isso impedia alguns responsáveis de vender as vacas. Temos que acabar com isso, temos que aceitar o controle, aceitar a inspeção. Não por desconfiança, é por causa da segurança.

Temos que melhorar cada dia o nosso ensino, os nossos internatos, a nossa Escola- Piloto. Isso também é consolidação das nossas áreas libertadas; embora a nossa Escola- Piloto esteja fora, faz parte das nossas áreas libertadas, porque recebe os melhores, alunos das nossas escolas das áreas libertadas, está integrada no nosso sistema de ensino das áreas libertadas, e está fora, porque aí temos melhores condições para podermos fazer nela aquele trabalho que queremos fazer nesta fase da nossa luta.

Melhorar o nosso ensino, quer dizer, aumentar o número de escolas. Mas aumentar as nossas escolas não chega para melhorar o nosso ensino, às vezes ate pode prejudicar, porque se aumentarmos muito as escoas, depois não temos material suficiente para dar aos alunos, não temos bons professores para fazer os alunos aprender de fato. É melhor ter um certo número de escolas, mesmo poucas, garantindo um bom ensino aos nossos alunos, em todos os níveis que for preciso. E, a pouco e pouco então, à medida que o Partido vai tendo meios, podemos aumentar o número de escolas, sobretudo meios humanos, quer dizer, professores bons. Porque ter professores para não ensinarem nada, só para passar o tempo, isso não vale a pena. Temos que fazer

as nossas escolas cumprirem o dever que o Partido lhes deu —ensino, mas também trabalho. Trabalho para manterem a escola como deve ser, trabalho de produzir na agricultura para o alimento dos alunos e dos nossos combatentes, para exercício dos nossos alunos, para ninguém pensar que ir à escola quer dizer não lavrar mais. Uma das desgraças da África, hoje em dia, é a seguinte: quem faz o segundo grau, já não quer pegar no arado ou na enxada para lavrar a terra.

Nós, na nossa terra, mesmo que levemos o nosso povo até ao sétimo ano do liceu, tem que pegar na enxada e no arado, hoje, amanhã em tratores também, para lavrarem a nossa terra como deve ser. Ter internato nas nossas áreas libertadas é bastante importante, mas antes de fazermos internatos temos que ver bem se de fato podemos manter os internatos, se há segurança bastante para os alunos não correrem o risco de serem mortos no internato, se há meios bastantes para podermos ter que comer no internato.

Não podemos criar um internato, na idéia de que o Partido vai mandar comida de fora: o Partido pode fazer esforço, mandar roupa, sapatos, calções de ginástica, roupa de ginástica em geral, para o internato, livros, cadernos, lápis, giz, tinta, canetas, etc., mas o internato tem que ter pelo menos a sua comida.

A nossa ordem é esta: o internato que não é capaz de ter a sua comida, fecha. Porque nas condições da nossa luta, da nossa terra, não podemos pretender mandar comida para os internatos, de fora da nossa terra. Isso é impossível. O internato deve ser sustentado, ou pelo nosso povo dentro da nossa terra, que dá comida para os filhos, ou pelo próprio internato que lava arroz e outros produtos, para ter a sua comida, para guardar, para comer como deve ser.

A nossa Escola- Piloto, que é um dos elementos essenciais do nosso ensino, que está a abrir caminho para preparar quadros, para servirem amanhã o futuro da nossa luta, quadros que podem ser tanto militares como políticos, tanto eletricitistas como operários de qualquer ramo, como doutores ou engenheiros ou enfermeiros ou radistas ou outra especialidade qualquer (que ninguém pense que ir para a Escola- Piloto quer dizer que vai ser só doutor ou engenheiro, porque engana- se). A Escola- Piloto tem que ser cada dia mais exigente em relação aos alunos que recebe. Da nossa terra, devemos mandar para a Escola- Piloto os melhores alunos, que tirem as melhores notas, dentro duma certa trabalhos para fazer. Mas na Escola- Piloto cada dia temos que ser mais exigentes. No ano passado, por exemplo, só ficaram na Escola- Piloto aqueles que tiveram pelo menos suficiente. Este ano só ficarão aqueles que tiverem bom, porque a nossa Escola- Piloto é para a elite dos nossos alunos, quer dizer, para os melhores de todos os nossos alunos. Porquê? Porque a nossa terra tem muitos meninos jovens, rapazes e raparigas, que querem vir para a Escola- Piloto para aprender.

Não podemos permitir que estejam na Escola- Piloto rapazes ou raparigas que não aprendem nada, que passam anos reprovando, guardando lugar, tirando o lugar a outros que querem e têm capacidade dentro da nossa terra.

Não podemos permitir isso. Fizemos e devemos fazer apenas uma exceção, que é a seguinte: exigirmos às raparigas um bocado menos que aos rapazes para entrarem na Escola- Piloto, sobretudo na questão de idade e na questão de avanço nos estudos. Os rapazes só com a quarta classe. As raparigas, considerando sobretudo que, quando uma rapariga chega à quarta classe, já está formada e o pai em geral já anda à procura de maneira de a casar, temos que fazer o possível, se ela tem cabeça, por pegar nela e pô-la logo na Escola- Piloto. Portanto, admiti-las com a terceira classe e mesmo que tenham quinze ou dezesseis anos, devemos recebê-las, porque nós queremos fazer a promoção, o avanço das nossas mulheres e o melhor avanço, um dos principais avanços, é ensinar-lhes a ler e a escrever como deve ser. Essa é a razão por que fizemos diferença entre rapazes e raparigas na questão de os admitir na Escola- Piloto.

Devemos melhorar cada dia mais, nas nossas regiões libertadas, a assistência sanitária. Durante um certo tempo, no Norte e no Sul da nossa terra, houve camaradas que trabalharam muito para avançar com os serviços de saúde e avançaram de fato bastante, e criaram boas raízes para os nossos serviços de saúde. Fizeram-se hospitais na medida do possível, postos sanitários, foram criadas brigadas sanitárias. Além da assistência aos nossos combatentes, que é o principal objetivo da nossa assistência sanitária, porque estamos em guerra, começamos a dar assistência à nossa população. E então uma grande surpresa surgiu para muitos dos nossos camaradas, que diziam que o nosso povo não quer doutores, não quer «mézinho de branco», o nosso povo só quer «mézinho de terra», só quer «djambacós» ou mouros. O nosso povo mostrou que isso é mentira, o nosso povo aceitou os médicos, interessou-se pelos médicos e pelas enfermeiras.

Mostrou tanto interesse, amizade e estima pelos médicos, que o nosso povo começou a dar aos seus filhos os nomes dos médicos, os nomes daqueles médicos estrangeiros que vieram ajudar-nos. Essa foi uma grande revelação para aqueles camaradas que pensavam que o nosso povo quer atraso em vez de progresso. Não, o nosso povo quer é avanço, como todo e qualquer povo do mundo. Isso não quer dizer que não haja gente na nossa terra que quer o seu «djambacós», que quando se lhe dá um medicamento por um lado, por outro lado vai fazer o seu tratamento da terra. Até alguns responsáveis do Partido, que têm um grande hospital em Boké para se tratarem, que têm bons enfermeiros e médicos, às vezes dizem-me: — «Cabral, eu quero ir fazer mézinho da terra».

Ainda estamos nessa situação, vamos fazer isso. Mas a verdade é que, cada dia mais, o nosso povo está a entender que os médicos, os enfermeiros, têm grande

importância para a sua vida e têm salvo a vida a muitos filhos da nossa terra, sem serem combatentes. Mas temos que melhorar o nosso trabalho de saúde, temos que fazer os nossos enfermeiros e enfermeiras trabalhar mais, temos que dar exemplo, seja no hospital de Boké, seja nos hospitais dentro da terra, em qualquer lado. Os nossos enfermeiros e médicos têm que trabalhar mais que os médicos estrangeiros que nos ajudam. Temos que melhorar a distribuição de medicamentos, temos que poupar os medicamentos e temos que ter carinho pelos doentes, pelos nossos feridos. Isso deve ser vigiado, controlado pelos nossos Comitês de Zona, pelos nossos Comitês Inter-Regionais. Devemos exercer um controle permanente, sobre o trabalho dos serviços de saúde e dos serviços de instrução.

Para melhorarmos de fato as nossas áreas libertadas, temos que ser capazes, desde agora, de estabelecer um princípio e uma prática que pode levantar muito o nosso povo e que é o seguinte: vemos quem é capaz de fazer melhor, na amizade, na estima e na colaboração. Quer dizer, devemos estabelecer no nosso meio aquilo a que se chama emulação construtiva, quer dizer, concorrência, mas para o bem, não para a nossa barriga mas para servirmos o nosso Partido, o nosso povo. Tu e eu, nós trabalhamos num ramo qualquer, que é de nós os dois. Eu ajudo- te, tu ajudas- me, mas vamos procurar fazer cada um o mais que puder. E aquele que fizer mais, devemos levantá- lo bem alto, mas sem inveja, sem puxa- puxa, sem dar com o cotovelo no outro. Por exemplo, os nossos comissários políticos devem fazer o seguinte:

—«Camaradas, entre a população desta área, desta terra quem produzir mais arroz este ano, tem um prémio ou uma medalha do Partido e, além disso, o Partido vai convidá- lo para ir para o estrangeiro, conhecer outras terras», isso por exemplo. Quem produzir mais batatas, a mesma coisa, mais mandioca, a mesma coisa. Isso é que se chama emulação construtiva. Mas, no quadro do nosso trabalho do dia- a- dia, devemos pensar sempre o seguinte: que diabo, se o João ou o Bacar fazem muito, porque é que eu não hei de fazer muito também? Vou fazer força para fazer ainda mais que o Bacar, mais do que o João. Mas o Bacar vê- me e vê que eu avanço e então decide fazer ainda mais.

Estou contente por ele ter avançado, porque o nosso trabalho melhorou, mas vou continuar a fazer mais ainda.

No plano da nossa luta armada, devemos estimular os nossos combatentes, empurrá- los para fazerem cada dia melhor. A direção do nosso Partido deve passar a apreciar os nossos comandantes, os comissários políticos, pela sua ação, e levantar bem alto o seu nome, como melhores valores do nosso trabalho porque eles, na emulação que estabelecemos, passam à frente.

Devemos, portanto, estabelecer a emulação construtiva, a concorrência positiva ao serviço do nosso Partido e do nosso povo em todas as atividades.

5 - Fundamentos e Objetivos

Os povos e as organizações nacionalistas de Angola, Cabo Verde, Guiné Moçambique e São Tomé e Príncipe mandaram as suas delegações a esta Conferência por duas razões principais: primeiro, porque queremos estar presentes e tomar parte ativa neste acontecimento transcendente da História da Humanidade; segundo, porque era nosso dever político e moral trazer ao povo cubano, neste momento duplamente histórico — 7.º aniversário da revolução e primeira Conferência Tricontinental — uma prova concreta da nossa solidariedade fraternal e combativa.

Permitam-me portanto, que, em nome dos nossos povos em luta e em nome dos militantes de cada uma das nossas organizações nacionais, enderece as mais calorosas felicitações e saudações fraternais ao povo desta Ilha Tropical, pelo 7.º aniversário do triunfo da sua revolução, pela realização desta Conferência na sua bela e hospitaleira capital e pelos sucessos que tem sabido alcançar no caminho da construção duma vida nova que tem como objetivo essencial a plena realização das aspirações à liberdade, paz, ao progresso e à justiça social de todos os cubanos.

Saúdo em particular o Comitê Central do Partido Comunista Cubano, o Governo Revolucionário e o seu líder exemplar — o Comandante Fidel Castro — a quem exprimo os nossos votos de sucessos contínuos e de longa vida ao serviço da Pátria Cubana, do progresso e da felicidade do seu povo, ao serviço da Humanidade.

Se algum ou alguns de nós, ao chegar a Cuba, trazia no seu espírito alguma dúvida sobre o enraizamento, a força, o amadurecimento e a vitalidade da Revolução Cubana essa dúvida foi destruída pelo que já tivemos ocasião de ver.

Uma certeza inabalável acalenta os nossos corações e encoraja-nos nesta luta difícil mas gloriosa contra o inimigo comum: nenhuma força do mundo será capaz de destruir a Revolução Cubana, que, nos campos e nas cidades, está criando não só uma vida nova, mas também — o que é mais importante — um Homem novo, plenamente consciente dos seus direitos e deveres nacionais, continentais e internacionais. Em todos os campos da sua atividade, o povo cubano realizou progressos importantes nos últimos sete anos, em particular no ano findo — o Ano da Agricultura. Esses progressos estão patentes tanto na realidade material e quotidiana como no homem e na mulher cubanos, na confiança tranqüila do seu olhar face a um mundo em efervescência, onde as contradições e as ameaças, mas também as esperanças e as certezas, atingiram um nível nunca antes igualado.

Do que já vimos e estamos a aprender em Cuba, queremos referir aqui uma lição singular na qual nos parece estar um dos segredos, se não o segredo, daquilo a que muitos não hesitariam em chamar «o milagre cubano»: a comunhão, a identificação, o sincronismo, a confiança recíproca e a fidelidade entre as massas populares e os seus dirigentes. Quem assistiu às grandiosas manifestações destes últimos dias e, em particular, ao discurso do Comandante Fidel Castro no ato comemorativo ao 7.º aniversário, terá medido, como nós, em toda a sua grandeza, o caráter específico, — talvez decisivo — deste fator primordial do sucesso da Revolução Cubana.

Mobilizando, organizando e educando politicamente o povo, mantendo-o em permanente conhecimento dos problemas nacionais e internacionais que interessam a sua vida, e levando-o a participar na solução desses problemas, a vanguarda da Revolução Cubana, que cedo compreendeu o caráter indispensável da existência dinâmica dum Partido forte e unido, soube não só interpretar justamente as condições objetivas e as exigências específicas do meio, mas também forjar a mais poderosa das armas para a defesa, a segurança e a garantia da continuidade da Revolução: a consciência revolucionária das massas populares que, como se sabe, não é nem nunca foi espontânea em parte alguma do mundo. Cremos que esta é mais uma lição para todos, mas particularmente para os movimentos de libertação nacional e, em especial, para aqueles que pretendem que a sua revolução nacional seja uma Revolução.

Alguns não deixarão de lembrar que, embora constituindo uma minoria insignificante, muitos cubanos não comungaram nas alegrias e esperanças das festas do sétimo aniversário, porque são contra a Revolução. Nós lembramos que é possível que vários outros não estejam presentes nas comemorações do próximo aniversário, mas queremos afirmar que interpretamos a política da «porta aberta para a saída dos inimigos da Revolução » como uma lição de coragem, de determinação, de humanismo e de confiança no povo, como mais uma vitória política e moral sobre o inimigo. E garantimos àqueles que, dum ponto de vista amigo, se preocupam com os perigos que essa saída possa representar, que nós, os povos dos países africanos ainda parcialmente ou totalmente dominados pelo colonialismo português, estamos prontos para mandar para Cuba tantos homens e mulheres quantos sejam necessários para compensar a saída daqueles que, por razões de classe ou de inadaptação, têm interesses e atitudes incompatíveis com os interesses do povo cubano.

Repetindo o caminho outrora doloroso e trágico dos nossos antepassados (nomeadamente da Guiné e Angola) que foram transplantados para Cuba como escravos, viremos hoje como homens livres, como trabalhadores conscientes e como patriotas cubanos, para exercer uma atividade produtiva nesta sociedade nova, justa e multirracial; para ajudar a defender com o nosso sangue as conquistas do povo de Cuba. Mas viremos também para reforçar tanto os laços históricos, de sangue e de cultura que unem os nossos povos ao povo cubano, como essa desconcentração mágica, essa alegria visceral e esse ritmo

contagioso que fazem da construção do socialismo em Cuba um fenômeno novo à face do mundo, um acontecimento único e, para muitos, insólito.

Não vamos utilizar esta tribuna para dizer mal do imperialismo. Diz um ditado africano muito corrente nas nossas terras — onde o fogo é ainda um instrumento importante e um amigo traiçoeiro — o que prova o estado de subdesenvolvimento em que nos vai deixar o colonialismo — diz esse ditado que «quando a tua palhota arde, de nada serve tocar o tam- tam». À dimensão tricontinental, isso quer dizer que não é gritando nem atirando palavras feias faladas ou escritas contra o imperialismo, que vamos conseguir liquidá-lo. Para nós, o pior ou o melhor mal que se pode dizer do imperialismo, qualquer que seja a sua forma, é pegar em armas e lutar. É o que estamos a fazer e faremos até á liquidação total da dominação estrangeira nas nossas pátrias africanas.

Vimos aqui decididos a informar esta Conferência, o mais detalhadamente possível, sobre a situação concreta da luta de libertação nacional em cada um dos nossos países e, em particular, naqueles em que há luta armada. Fál-emos perante a Comissão própria e também por meio de documentos, de filmes, de fotografias, de contactos bilaterais e dos órgãos de informação cubanos, no decurso da Conferência.

Pedimos permissão para utilizar esta oportunidade duma maneira que consideramos mais útil. Na verdade, viemos a esta Conferência convencidos de que ela é uma oportunidade rara para uma ampla troca de experiências entre os combatentes duma mesma causa, para o estudo e a resolução de problemas centrais da nossa luta comum, visando não só o reforço da nossa unidade e solidariedade, mas também a melhoria do pensamento e da ação de cada um e de todos, na prática quotidiana da luta. Por isso, se pretendemos evitar tudo quanto possa representar perda de tempo, estamos no entanto firmemente decididos a não permitir que quaisquer fatores estranhos, ou não diretamente ligados aos problemas que nos devem preocupar aqui, venham perturbar as possibilidades de êxito desta Conferência. Temos razões bastantes para afirmar que esta é igualmente a posição de todos os outros movimentos de libertação nacional presentes a esta Conferência.

A nossa Agenda de trabalhos inclui temas cuja importância e acuidade estão fora de discussão, e nos quais sobressai uma preocupação dominantes: a luta.

Observamos contudo que um tipo de luta, quanto a nós fundamental, não está mencionado expressamente nessa Agenda, embora tenhamos a certeza de que está presente no espírito dos que a elaboraram. Queremos referir-nos à luta contra as nossas fraquezas. Admitimos que os outros casos sejam diferentes do nosso, mas a nossa experiência nos ensina que, no quadro geral da luta que travamos quotidianamente, sejam quais forem as dificuldades que nos cria o inimigo, essa é a luta mais difícil tanto no presente como para o futuro dos

nossos povos. Ela é a expressão das contradições internas da realidade econômica, social e cultural (portanto, histórica) de cada um dos nossos países. Estamos convencidos de que qualquer revolução, nacional ou social, que não tenha como base fundamental o conhecimento adequado dessa realidade, corre fortes riscos de insucesso, se não estiver votada ao fracasso.

AUSÊNCIA DE IDEOLOGIA

Quando o povo africano afirma na sua linguagem chã, que «por mais quente que seja a água da fonte, ela não coze o teu arroz», enuncia, com chocante simplicidade, um princípio fundamental não só da física como da ciência política. Sabemos com efeito que a orientação (o desenvolvimento) dum fenómeno em movimento, seja qual for o seu condicionamento exterior, depende principalmente das suas características internas. Sabemos também que, no plano político, por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só poderemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e nos nossos esforços e sacrifícios próprios. Vale a pena lembrar nesta ambiência tricontinental, onde as experiências abundam e os exemplos não escasseiam, que, por maior que seja a similitude dos casos em presença e a identificação dos nossos inimigos, infelizmente ou felizmente, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação. São (e sê-lo-ão cada dia mais) um produto de elaboração local — nacional — mais ou menos influenciável pela ação dos fatores exteriores (favoráveis e desfavoráveis), mas determinado e condicionado essencialmente pela realidade histórica de cada povo, e apenas assegurado pela vitória ou a resolução adequada das contradições internas de vária ordem que caracterizam essa realidade. O sucesso da revolução cubana, que se desenvolve apenas a 90 milhas da maior força imperialista e anti-socialista de todos os tempos, parece-nos ser, no seu conteúdo e na forma como tem evoluído, uma ilustração prática e convincente da validade do princípio acima referido.

Devemos, no entanto, reconhecer que nós próprios e os outros movimentos de libertação em geral (referimo-nos sobretudo à experiência africana) não temos sabido dar a devida atenção a este problema importante da nossa luta comum.

A deficiência ideológica, para não dizer a falta total de ideologia, por parte dos movimentos de libertação nacional — que tem a sua justificação de base na ignorância da realidade histórica que esses movimentos pretendem transformar — constitui uma das maiores senão a maior fraqueza da nossa luta contra o imperialismo. cremos, no entanto, que já foram acumuladas experiências bastantes e suficientemente variadas para permitir a definição duma linha geral de pensamento e de ação visando eliminar essa, deficiência. Por isso, um amplo debate sobre essa matéria poderia ser de utilidade e permitir a esta Conferência dar uma contribuição valiosa para a melhoria da ação presente e futura dos movimentos de libertação nacional. Seria uma forma concreta de ajudar esses

movimentos e, em nossa opinião, não menos importante do que os apoios políticos e as ajudas em dinheiro, armas e outro material.

É na intenção de contribuir, embora modestamente, para esse debate, que apresentamos aqui a nossa opinião sobre os fundamentos e objetivos da libertação nacional relacionados com a estrutura social. Essa opinião é ditada pela nossa própria experiência de luta e pela apreciação crítica das experiências alheias. Àqueles que verão nela um caráter teórico, temos de lembrar que toda a prática fecunda uma teoria. E que, se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo que seja nutrida por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém praticou vitoriosamente uma Revolução sem teoria revolucionária.

A LUTA DE CLASSES

Aqueles que afirmam — e quanto a nós com razão — que a força motora da história é a luta de classes, decerto estariam de acordo em rever esta afirmação, para precisá-la e dar-lhe até maior aplicabilidade, se conhecessem em maior profundidade as características essenciais de alguns povos colonizados (dominados pelo imperialismo). Com efeito, na evolução geral da humanidade e de cada um dos povos nos agrupamentos humanos que a constituem, as classes não surgem nem como um fenômeno generalizado e simultâneo na totalidade desses agrupamentos, nem como um todo acabado, perfeito, uniforme e espontâneo. A definição das classes no seio dum agrupamento ou de agrupamentos humanos resulta fundamentalmente do desenvolvimento progressivo das forças produtivas e das características da distribuição das riquezas produzidas por esse agrupamento ou usurpadas a outros agrupamentos. Quer dizer: o fenômeno socioeconômico da classe surge e desenvolve-se em função de pelo menos duas variáveis essenciais e interdependentes: o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção.

Esse desenvolvimento opera-se lenta, desigual e gradualmente, por acréscimos quantitativos, em geral imperceptíveis, das variáveis essenciais, os quais conduzem, a partir de certo momento de acumulação, a transformações qualitativas que se traduzem no aparecimento da classe, das classes e do conflito entre classes.

Fatores exteriores a um dado conjunto socioeconômico em movimento podem influenciar mais ou menos significativamente o processo de desenvolvimento das classes, acelerando-o, atrasando-o ou até provocando nele regressões.

Logo que cesse, por qualquer razão, a influência desses fatores, o processo retoma a sua independência, e o seu ritmo passa a ser determinado não só pelas características internas próprias do conjunto, mas também pelas resultantes do efeito sobre ele causado pela ação temporária dos fatores externos. No plano estritamente interno, pode variar o ritmo do processo, mas ele permanece contínuo e progressivo, sendo os avanços bruscos só possíveis

em função de aumentos ou alteração bruscas — mutações — no nível das forças produtivas ou no regime da propriedade. A estas transformações bruscas operadas no interior do processo de desenvolvimento das classes como resultado de mutações no nível das forças produtivas ou no regime de propriedade, convencionou-se chamar, em linguagem econômica e política, revoluções.

Vê-se, por outro lado, que as possibilidades de esse processo ser influenciado significativamente por fatores externos, em particular pela interação de conjuntos humanos, foi grandemente aumentada pelo progresso dos meios de transporte e de comunicações que veio criar o mundo e a humanidade, eliminando o isolamento entre os agrupamentos humanos numa mesma região, entre regiões dum mesmo continente e entre os continentes. Progresso que caracteriza uma longa fase da história que começou com a invenção do primeiro meio de transporte, se evidenciou já nas viagens púnicas e na colonização grega e se acentuou com as descobertas marítimas, a invenção das máquinas a vapor e a descoberta da eletricidade. E que promete, nos nossos dias, com base na domesticação progressiva da energia atômica, se não semear o homem pelas estrelas, pelo menos humanizar o universo.

O que foi dito permite-nos pôr a seguinte pergunta: será que a história só começa a partir do momento em que se desencadeia o fenômeno classe e, conseqüentemente, a luta de classes?

Responder pela afirmativa seria situar fora da história todo o período da vida dos agrupamentos humanos, que vai da descoberta da caça e, posteriormente, da agricultura nômade e sedentária à criação do gado e à apropriação privada da terra. Mas seria também — o que nos recusamos a aceitar — considerar que vários agrupamentos humanos da África, Ásia e América Latina viviam sem história ou fora da história no momento em que foram submetidos ao jugo do imperialismo.

Seria considerar que populações dos nossos países, como os Balantas da Guiné, os Cuanhamas de Angola e os Macondes de Moçambique, vivem ainda hoje, se nos abstrairmos das muito ligeiras influências do colonialismo a que foram submetidas, fora da história ou não têm história.

Esta recusa, aliás, baseada no conhecimento concreto da realidade socioeconômica dos nossos países e na análise do processo de desenvolvimento do fenômeno classe tal como foi feita acima, leva-nos a admitir que, se a luta de classes é a força motora da história, ela é-o durante um certo período da história. Isto quer dizer que antes da luta de classes (e, necessariamente, depois da luta de classes, porque neste mundo não há antes sem depois) algum fator (ou alguns fatores) foi e será o motor da história. Não nos repugna admitir que esse fator da história de cada agrupamento humano é o modo de produção (o nível das forças produtivas e o regime de propriedade) que caracteriza esse

agrupamento. Mas, como se viu, a definição da classe e a luta de classes são, elas mesmas, um efeito do desenvolvimento das forças produtivas conjugado com o regime da propriedade dos meios de produção. Parece-nos portanto lícito concluir que o nível das forças produtivas, determinante essencial do conteúdo e da forma da luta de classes, é a verdadeira e a permanente força motora da história.

Se aceitarmos essa conclusão, então ficam eliminadas as dúvidas que perturbam o nosso espírito.

Porque, se por um lado vemos garantida a existência da história antes da luta de classes e evitamos a alguns agrupamentos humanos dos nossos países (e quiçá dos nossos continentes) a triste condição de povos sem história, vemos assegurada, por outro lado, a continuidade da história mesmo depois do desaparecimento da luta de classes ou das classes. E como não fomos nós que postulamos, aliás em bases científicas, o desaparecimento das classes como uma fatalidade na história, sentimo-nos bem nesta conclusão que, em certa medida, restabelece uma coerência e dá simultaneamente aos povos que, como o de Cuba, estão a construir o socialismo, a agradável certeza de que não ficarão sem história quando finalizarem o processo da liquidação do fenômeno classe e da luta de classes no seio do seu conjunto socioeconômico. A eternidade não é coisa deste mundo, mas o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e a fazer história, porque não pode libertar-se do fardo das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das forças produtivas.

SOBRE O MODO DE PRODUÇÃO

O que fica dito e a realidade atual do nosso tempo permite-nos admitir que a história dum agrupamento humano ou da humanidade se processa em pelo menos três fases: a primeira, em que, correspondendo a um baixo nível das forças produtivas — do domínio do homem sobre a natureza — o modo de produção tem caráter elementar, não existe ainda a apropriação privada dos meios de produção, não há classes, nem, portanto, luta de classes; a segunda, em que a elevação do nível das forças produtivas conduz à apropriação privada dos meios de produção, complica progressivamente o modo de produção, provoca conflitos de interesses no seio do conjunto socioeconômico em movimento, possibilita a erupção do fenômeno classe e, portanto, a luta de classes, que é a expressão social da contradição, no domínio econômico, entre o modo de produção e a apropriação privada dos meios de produção; a terceira em que, a partir dum dado nível das forças produtivas, se torna possível e se realiza a liquidação da apropriação privada dos meios de produção, a eliminação do fenômeno classe e, portanto, da luta de classes, e se desencadeiam novas e ignoradas forças no processo histórico do conjunto socioeconômico.

A primeira fase corresponderia, em linguagem político- econômica, à sociedade agro- pecuária comunitária, em que a estrutura social é horizontal, sem Estado; a segunda, às sociedades agrárias (feudal ou assimilada e agro- industrial burguesa, em que a estrutura social se desenvolve na vertical, com Estado; a terceira, às sociedades socialistas e comunistas em que a economia é predominantemente, senão exclusivamente, industrial (porque a própria agricultura passa a ser uma indústria), em que o Estado tende progressivamente para o desaparecimento ou desaparece, e em que a estrutura social volta a desenvolver- se na horizontal, a um nível superior de forças produtivas, de relações sociais e de apreciação dos valores humanos.

Ao nível da humanidade ou de parcelas da humanidade (agrupamentos humanos numa mesma região ou de um ou mais continentes), essas três fases (ou duas delas) podem ser concomitantes, como o provam tanto a realidade atual como o passado. Isso resulta do desenvolvimento desigual das sociedades humanas, quer por razões internas quer pela influência aceleradora ou retardadora de algum ou alguns fatores externos sobre a sua evolução. Por outro lado, no processo histórico dum dado conjunto socioeconômico, cada uma das fases referidas contém, a partir de um certo nível de transformação, os germens da fase seguinte.

Devemos notar também que, na fase atual da vida da humanidade e para um dado conjunto socioeconômico, não é indispensável a sucessão no tempo das três fases caracterizadas. Qualquer que seja o nível atual das suas forças produtivas e da estrutura social que a caracteriza, uma sociedade pode avançar rapidamente, através de etapas definidas e adequadas às realidades concretas locais (históricas e humanas), para uma fase superior de existência. Tal avanço depende das possibilidades concretas de desenvolver as suas forças produtivas e é condicionado principalmente pela natureza do poder político que dirige essa sociedade, quer dizer, pelo tipo de Estado ou, se quisermos, pela natureza da classe ou classes dominantes no seio dessa sociedade.

Uma análise mais pormenorizada mostrar- nos- ia que a possibilidade dum tal salto no processo histórico resulta fundamentalmente, no plano econômico, da força dos meios de que o homem pode dispor na atualidade para dominar a natureza e, no plano político, deste acontecimento novo que transformou radicalmente a face do mundo e a marcha da história — a criação dos Estados socialistas.

Vemos, portanto, que os nossos povos, sejam quais forem os seus estádios de desenvolvimento econômico, têm a sua própria história. Ao serem submetidos à dominação imperialista, o processo histórico de cada um dos nossos povos (ou o dos agrupamentos humanos que constituem cada um deles) foi sujeito à ação violenta dum fator exterior. Essa ação — o impacto do imperialismo sobre as nossas sociedades — não podia deixar de influenciar o processo de desenvolvimento das forças produtivas dos nossos países e as estruturas

sociais dos nossos povos, assim como o conteúdo e a forma das nossas lutas de libertação nacional.

Mas vemos também que, no contexto histórico em que se desenvolvem essas lutas, existe para os nossos povos a possibilidade concreta de passarem da situação de exploração e de subdesenvolvimento em que se encontram, para uma nova fase do seu processo histórico, a qual pode conduzi-los a uma forma superior de existência econômica social e cultural.

O IMPERIALISMO

O relatório político elaborado pelo Comitê Internacional Preparatório desta Conferência, ao qual reafirmamos o nosso inteiro apoio, situou, de maneira clara e numa análise sucinta, o imperialismo no seu contexto econômico e nas suas coordenadas históricas. Não vamos aqui repetir o que já foi dito perante esta Assembléia. Diremos apenas que o imperialismo pode ser definido como a expressão mundial da procura gananciosa e da obtenção de cada vez maiores mais-valias pelo capital monopolista e financeiro, acumulado em duas regiões do mundo: primeiro na Europa e, mais tarde, na América do Norte. E, se queremos situar o fato imperialista na trajetória geral da evolução deste fator transcendente que modificou a face do mundo — o capital e os processo da sua acumulação — poderíamos dizer que o imperialismo é a pirataria transplantada dos mares para a terra firme, reorganizada, consolidada e adaptada ao objetivo da espoliação dos recursos materiais e humanos dos nossos povos. Mas se formos capazes de analisar com serenidade o fenômeno imperialista, não escandalizaremos ninguém ao termos de reconhecer que o imperialismo — que tudo mostra ser na realidade a fase última da evolução do capitalismo — foi uma necessidade da história, uma conseqüência do desenvolvimento das forças produtivas e das transformações do modo de produção, no âmbito geral da humanidade, considerada como um todo em movimento. Uma necessidade, como o são no presente a libertação nacional dos povos, a destruição do capitalismo e o advento do socialismo.

O que importa aos nossos povos é saber se o imperialismo, na sua condição de capital em ação, cumpriu ou não nos nossos países a missão histórica reservada a este: aceleração do processo do desenvolvimento das forças produtivas e transformação, no sentido da complexidade, das características do modo de produção; aprofundamento da diferenciação das classes com o desenvolvimento da burguesia e intensificação da luta de classes; aumento significativo do standard geral médio do nível de vida econômica, social e cultural das populações. Interessa além disso averiguar quais as influências ou efeitos da ação imperialista sobre as estruturas sociais e o processo histórico dos nossos povos.

Não vamos fazer aqui o balanço condenatório nem a elegia do imperialismo, mas diremos apenas que, quer no plano econômico, quer nos planos social e cultural, o capital imperialista ficou longe de cumprir nos nossos países a

missão histórica desempenhada pelo capital nos países de acumulação. Isso implica que, se, por um lado, o capital imperialista teve na grande maioria dos países dominados a simples função de multiplicador de mais-valias, constata-se, por outro lado, que a capacidade histórica do capital (como acelerador indestrutível do processo de desenvolvimento das forças produtivas) está estritamente dependente da sua liberdade, quer dizer, do grau de independência com que é utilizado. Devemos, no entanto, reconhecer que em alguns casos o capital imperialista ou capitalismo moribundo teve interesse, força e tempo bastante para, além de edificar cidades, aumentar o nível das forças produtivas, permitir a uma minoria da população nativa um standard de vida melhor ou até privilegiado, contribuindo assim, em processo que alguns chamariam dialético, para o aprofundamento das contradições no seio das sociedades em causa. Noutros casos ainda, mais raros, houve a possibilidade de acumulação do capital, dando lugar ao desenvolvimento duma burguesia local.

No que se refere aos efeitos da dominação imperialista sobre a estrutura social e o processo histórico dos nossos povos, convém averiguar em primeiro lugar quais são as formas gerais de dominação, do imperialismo. Elas são pelo menos duas:

1.º) Dominação direta—por meio de um poder político integrado por agentes estrangeiros ao povo dominado (forças armadas, polícia, agentes da administração e colonos) — à qual se convencionou chamar colonialismo clássico ou colonialismo.

2.º) Dominação indireta — por meio dum poder político integrado na sua maioria ou na totalidade por agentes nativos — à qual se convencionou chamar neocolonialismo.

No primeiro caso, a estrutura social do povo dominado, seja qual for a etapa em que se encontra, pode sofrer os seguintes efeitos:

a) destruição completa, acompanhada em geral da liquidação imediata ou progressiva da população autóctone e conseqüente substituição desta por uma população exótica;

b) destruição parcial, em geral acompanhada da fixação mais ou menos volumosa de uma população exótica;

c) conservação aparente, condicionada pela confinação da sociedade autóctone a áreas ou reservas próprias e geralmente desprovidas de possibilidades de vida, acompanhada da implantação massiva de uma população exótica.

Os dois últimos casos, que são os que interessa considerar no quadro da problemática da libertação nacional, estão bem representados em África. Pode-se afirmar que, em qualquer deles, o efeito principal provocado pelo impacto

do imperialismo no processo histórico do povo dominado é a paralisia, a estagnação (mesmo, em alguns casos, a regressão) desse processo. Essa paralisia não é, no entanto, completa. Num ou noutro sector do conjunto socioeconômico em causa podem operar-se transformações sensíveis, quer motivadas pela permanência da ação de alguns fatores internos (locais), quer resultantes da ação de novos fatores introduzidos pela dominação colonial, tais como o ciclo da moeda e o desenvolvimento das concentrações urbanas.

Entre essas transformações, convém referir a perda progressiva, em certos casos, do prestígio das classes ou camadas dirigentes nativas, o êxodo, forçado ou voluntário, duma parte da população camponesa para os centros urbanos, com conseqüente desenvolvimento de novas camadas sociais: trabalhadores assalariados, empregados do Estado, do comércio e profissões liberais, e uma camada instável dos sem trabalho. No campo, surge com intensidade muito variada e sempre ligada ao meio urbano, uma camada constituída por pequenos proprietários agrícolas. No caso do chamado neocolonialismo, quer a maioria da população colonizada seja autóctone, quer ela seja originariamente exótica, a ação imperialista orienta-se no sentido da criação duma burguesia ou pseudo-burguesia local, enfeudada à classe dirigente do país dominador.

As transformações na estrutura social não são tão profundas nas camadas inferiores, sobretudo no campo, onde ela conserva predominantemente as características da fase colonial, mas a criação duma pseudo-burguesia nativa, que em geral se desenvolve a partir de uma pequena burguesia burocrática e dos intermediários do ciclo das mercadorias (compradores), acentua a diferenciação das camadas sociais, abre, pelo reforço da atividade econômica de elementos nativos, novas perspectivas à dinâmica social, nomeadamente com o desenvolvimento progressivo duma classe operária citadina e a instalação de propriedades agrícolas privadas, que dão lugar, a pouco e pouco, ao aparecimento dum proletariado agrícola. Essas transformações mais ou menos sensíveis da estrutura social, determinadas aliás por um aumento significativo do nível das forças produtivas, tem influência direta no processo histórico do conjunto socioeconômico em causa.

Enquanto no colonialismo clássico esse processo é paralisado, a dominação neocolonialista, permitindo o despertar da dinâmica social — dos conflitos de interesse entre as camadas sociais nativas ou da luta de classes — cria a ilusão de que o processo histórico volta á sua evolução normal. Essa ilusão é reforçada pela existência dum poder político (Estado nacional), integrado por elementos nativos. Apenas uma ilusão, porque, na realidade, o enfeudamento da classe «dirigente» nativa à classe dirigente do país dominador, limita ou inibe o pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Mas, nas condições concretas da economia mundial do nosso tempo, esse enfeudamento é uma fatalidade, e, portanto, a pseudo-burguesia nativa, seja qual for o seu grau de nacionalismo, não pode desempenhar efetivamente a função histórica que caberia a essa classe, não pode orientar livremente o desenvolvimento das forças produtivas,

em suma, não pode ser uma burguesia nacional. Ora, como se viu, as forças produtivas são o motor da história, e a liberdade total do processo do seu desenvolvimento é a condição indispensável para o pleno funcionamento desse motor.

Vê-se, portanto, que tanto no colonialismo como no neocolonialismo, permanece a característica essencial de dominação imperialista — a negação do processo histórico do povo dominado, por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Essa constatação, que identifica, na sua essência, as duas formas aparentes da dominação imperialista, parece-nos ser de importância primordial para o pensamento e a ação dos movimentos de libertação nacional, tanto no decorrer da luta como após a conquista da independência.

Com base no que fica dito, podemos afirmar que a libertação nacional é o fenômeno que consiste em um conjunto socioeconômico negar a negação do seu processo histórico. Em outros termos, a libertação nacional dum povo é a reconquista da personalidade histórica desse povo, é o seu regresso à história, pela destruição da dominação imperialista a que esteve sujeito.

Ora vimos que a característica principal e permanente da dominação imperialista, qualquer que seja a sua forma, é a usurpação pela violência da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas do conjunto socioeconômico dominado. Vimos também que é essa liberdade e só ela que garante a normalização do processo histórico dum povo. Podemos portanto concluir que há libertação nacional quando e só quando as forças produtivas nacionais são completamente libertadas de toda e qualquer espécie de dominação estrangeira.

Costuma-se dizer que a libertação nacional se fundamenta no direito, comum a todos os povos, de dispor livremente do seu destino e que o objetivo dessa libertação é a obtenção da independência nacional. Embora estejamos de acordo com essa maneira vaga e subjetiva de exprimir uma realidade complexa, preferimos ser objetivos. Para nós, o fundamento da libertação nacional, sejam quais forem as formulações adaptadas no plano jurídico internacional, reside no direito inalienável de cada povo a ter a sua própria história; e o objetivo da libertação nacional é a reconquista desse direito usurpado pelo imperialismo, isto é, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Por isso, em nossa opinião, qualquer movimento de libertação nacional que não tem em consideração esse fundamento e esse objetivo, pode lutar contra o imperialismo, mas não estará seguramente lutando pela libertação nacional. Isso implica que, tendo em conta as características essenciais da economia mundial do nosso tempo, assim como as experiências já vividas no domínio da

luta anti-imperialista, o aspecto principal da luta de libertação nacional é a luta, contra o que se convencionou chamar neocolonialismo. Por outro lado, se considerarmos que a libertação nacional exige uma mutação profunda no processo de desenvolvimento das forças produtivas, vemos que o fenômeno da libertação nacional corresponde necessariamente a uma revolução. O que importa é ter consciência das condições objetivas e subjetivas em que se opera essa revolução, e quais as formas ou a forma de luta mais adequada para a sua efetivação.

Não vamos repetir aqui que essas condições são francamente favoráveis na presente etapa da história da humanidade. Queremos apenas lembrar que existem também fatores desfavoráveis, tanto no plano internacional como no plano interno de cada nação em luta pela sua libertação.

No plano internacional, parece-nos que pelo menos os seguintes fatores são desfavoráveis ao movimento de libertação nacional: a situação neocolonial dum grande número de Estados que conquistaram a independência política, vindo a juntar-se a outros que já viviam nessa situação; os progressos realizados pelo neocolonialismo, nomeadamente na Europa, onde o imperialismo, com recurso a investimentos preferenciais, incentiva o desenvolvimento dum proletariado privilegiado com conseqüente abaixamento do nível revolucionário das classes trabalhadoras; a situação neocolonial, evidente ou encoberta, de alguns Estados europeus que, como Portugal, têm ainda colônias; a chamada política de «ajuda» aos países subdesenvolvidos praticada pelo imperialismo com o objetivo de criar ou reforçar pseudo-burguesias nativas, necessariamente enfeudadas à burguesia internacional, e de barrar assim o caminho à revolução; a claustrofobia e a timidez revolucionária que levam alguns Estados recentemente independentes, dispendo de condições económicas e políticas interiores favoráveis à revolução, a aceitarem compromissos com o inimigo ou com os seus agentes; as contradições crescentes entre Estados anti-imperialistas e, finalmente, as ameaças, por parte do imperialismo, à paz mundial, face à perspectiva duma guerra atômica. Esses fatores concorrem para reforçar a ação do imperialismo contra o movimento de libertação nacional.

Se a intervenção repetida e a agressividade crescente do imperialismo contra os povos podem ser interpretadas como um sinal de desespero diante da amplidão do movimento de libertação nacional, justificam-se, em certa medida, pelas debilidades criadas por esses fatores desfavoráveis na frente geral da luta anti-imperialista.

No plano interno, parece-nos que a fraqueza ou os fatores desfavoráveis mais significativos residem na estrutura económico-social e nas tendências da sua evolução sob a pressão imperialista, ou melhor, na pequena ou nula atenção dada às características dessa estrutura e às tendências pelos movimentos de libertação nacional na elaboração das suas estratégias de luta.

Este ponto de vista não pretende diminuir a importância de outros fatores internos desfavoráveis à libertação nacional, tais como o subdesenvolvimento econômico, com conseqüente atraso social e cultural das massas populares, o tribalismo e outras contradições menores. Convém no entanto notar que a existência de tribos só se manifesta como uma contradição significativa em função de atitudes oportunistas (geralmente provenientes de indivíduos ou grupos destribilizados) no seio do movimento de libertação nacional. As contradições entre classes, mesmo quando estas são embrionárias, são bem mais importantes do que as contradições entre tribos.

Embora a situação colonial e a neocolonial sejam idênticas na sua essência, e o aspecto principal da luta contra o imperialismo seja o neocolonialista, parece-nos indispensável distinguir, na prática, essas duas situações. Com efeito, a estrutura horizontal, ainda que mais ou menos diferenciada, da sociedade nativa, e a ausência dum poder político integrado por elementos nacionais, possibilitam, na situação colonial, a criação duma ampla frente de unidade e de luta, aliás indispensável, para o sucesso do movimento de libertação nacional.

Mas essa possibilidade não dispensa a análise rigorosa da estrutura social indígena, das tendências da sua evolução e a adapção, na prática, de medidas adequadas para garantir uma verdadeira libertação nacional.

Entre essas medidas, embora admitamos que cada um sabe melhor o que deve fazer em sua casa, parece-nos ser indispensável a criação duma vanguarda solidamente unida e consciente do verdadeiro significado e objetivo da luta de libertação nacional, que deve por ela ser dirigida.

Esta necessidade tem tanto maior acuidade quanto é certo que, salvo em raras exceções, a situação colonial não permite nem solicita a existência significativa de classes de vanguarda (classe operária consciente de si a proletariado rural) que poderiam garantir a vigilância das massas populares sobre a evolução do movimento de libertação. Contrariamente, o caráter geralmente embrionário das classes trabalhadoras e a situação econômica, social e cultural da força física maior da luta de libertação nacional — os camponeses — não permitem a estas duas forças principais dessa luta distinguir de per si a verdadeira independência nacional da fictícia independência política. Só uma vanguarda revolucionária, geralmente uma minoria ativa, pode consciencializar ab initio essa diferença e levá-la, através da luta, à consciência das massas populares.

Isso explica o caráter fundamentalmente político da luta de libertação nacional e dá, em certa medida, a importância da forma de luta no desfecho final do fenômeno da libertação nacional.

Já na situação neocolonial, a estruturação, mais ou menos acentuada, da sociedade nativa na vertical, e a existência dum poder político integrado por elementos nativos — Estado nacional — agravam as contradições no seio dessa

sociedade e tornam difícil, se não impossível, a criação duma frente unida tão ampla como no caso colonial. Por um lado, os efeitos materiais (principalmente a nacionalização dos quadros e o aumento da iniciativa econômica do nativo, em particular no plano comercial) e psíquicos (orgulho de se julgar dirigido pelos próprios compatriotas, exploração da solidariedade de ordem religiosa ou tribal entre alguns dirigentes e uma fração das massas populares) contribuem para desmobilizar uma parte considerável das forças nacionalistas. Mas, por outro lado, o caráter necessariamente repressivo do Estado neocolonial contra as forças de libertação nacional, o agravamento das contradições de classe, a permanência objetiva de agentes e de sinais de dominação estrangeira (colonos que conservam os seus privilégios, forças armadas, discriminação racial), a crescente pauperização do campesinato e a influência mais ou menos notória de fatores exteriores, contribuem para manter acesa a chama do nacionalismo, consciencializar progressivamente largas camadas populacionais e reunir, precisamente com base na consciência da frustração neocolonialista, a maioria da população em torno do ideal da libertação nacional.

Além disso, enquanto a classe dirigente nativa se «emburguesa» cada vez mais, o desenvolvimento duma classe trabalhadora integrada por operários cidadãos e por proletários agrícolas — todos explorados pela dominação indireta do imperialismo, abre perspectivas novas à evolução da libertação nacional. Essa classe trabalhadora, qualquer que seja o grau de desenvolvimento da sua consciência política (para além dum limite mínimo que é a consciência das suas necessidades), parece constituir a verdadeira vanguarda popular da luta de libertação nacional no caso neocolonial. Ela não poderá, no entanto, realizar completamente a sua missão no quadro dessa luta (que não acaba com a conquista da independência) se não se aliar solidamente com as outras camadas exploradas: os camponeses em geral (servos, rendeiros, parceiros, pequenos proprietários agrícolas) e a pequena burguesia nacionalista. A realização dessa aliança exige a mobilização e a organização das forças nacionalistas no quadro (ou pela ação) duma organização política forte e bem estruturada.

Outra distinção importante a fazer entre a situação colonial e a neocolonial reside nas perspectivas da luta.

O caso colonial (em que a nação classe se bate contra as forças de repressão da burguesia do país colonizador) pode conduzir, pelo menos aparentemente, a uma solução nacionalista (revolução nacional): — a nação conquista a sua independência e adapta, em hipótese, a estrutura econômica que bem lhe apetece. O caso neocolonial (em que as classes trabalhadoras e os seus aliados se batem simultaneamente contra a burguesia imperialista e a classe dirigente nativa) não é resolvido através uma solução nacionalista exige a destruição da estrutura capitalista implantada pelo imperialismo no solo nacional e postula, justamente, uma solução socialista.

Esta distinção resulta principalmente da diferença dos níveis das forças produtivas nos dois casos e do conseqüente aprofundamento da luta de classes.

Não seria difícil demonstrar que, no tempo, essa distinção é apenas aparente. Basta lembrar que, nas condições históricas atuais — liquidação do imperialismo que lança mão de todos os meios para perpetuar a sua dominação sobre os nossos povos, e consolidação do socialismo sobre uma parte considerável do globo — só duas vias são possíveis para uma nação independente: voltar à dominação imperialista (neocolonialismo, capitalismo, capitalismo de Estado) ou adaptar a via socialista. Esta opção, de que depende a compensação dos esforços e sacrifícios pelas massas populares no decurso da luta, é fortemente influenciada pela forma de luta e pelo grau de consciência revolucionária daqueles que a dirigem.

O PAPEL DA VIOLÊNCIA

Os fatos dispensam-nos de usar palavras para provar que o instrumento essencial da dominação imperialista é a violência. Se aceitarmos o princípio de que a luta de libertação nacional é uma revolução, e que ela não acaba no momento em que se iça a bandeira e se toca o hino nacional, veremos que não há nem pode haver libertação nacional sem o uso da violência libertadora, por parte das forças nacionalistas, para responder à violência criminosa dos agentes do imperialismo.

Ninguém duvida de que, sejam quais forem as suas características locais, a dominação imperialista implica um estado de permanente violência contra as forças nacionalistas. Não há povo no mundo que, tendo sido submetido ao jugo imperialista (colonialista ou neocolonialista) tenha conquistado a sua independência (nominal ou efetiva) sem vítimas. O que importa é determinar quais as formas de violência que devem ser utilizadas pelas forças de libertação nacional, para não só responderem à violência do imperialismo mas também para garantirem, através da luta, a vitória final da sua causa, isto é, a verdadeira independência nacional.

As experiências, passadas e recentes, vividas por alguns povos; a situação atual da luta de libertação nacional no mundo (em especial nos casos do Vietname, do Congo e do Zimbabwe); assim como a própria situação de violência permanente ou, quando menos, de contradições e sobressaltos, em que se encontram alguns países que conquistaram a independência pela via chamada pacífica, mostram-nos que não só os compromissos com o imperialismo são contraproducentes, mas também que a via normal da libertação nacional, imposta aos povos pela repressão imperialista, é a luta armada.

Creemos que não escandalizaremos esta Assembléia ao afirmarmos que a única via eficaz para a realização cabal e definitiva das aspirações dos povos à libertação nacional — é a luta armada.

Esta é a grande lição que a história recente e atual de libertação ensina a todos aqueles que estão verdadeiramente empenhados na libertação nacional dos seus povos.

SOBRE A PEQUENA BURGUESIA

Evidentemente, tanto a eficácia dessa via como a estabilidade da situação a que ela conduz, depois da libertação, dependem não só das características da organização da luta, mas também da consciência política e moral daqueles que, por razões históricas, estão em condições de ser os herdeiros imediatos do Estado colonial ou neocolonial. Ora os fatos têm demonstrado que a única camada social capaz, tanto de consciencializar em primeiro lugar a realidade da dominação imperialista, como de manipular o aparelho do Estado, herdado dessa dominação, é a pequena burguesia nativa. Se tivermos em conta as características aleatórias, a complexidade e as tendências naturais inerentes à situação econômica dessa camada social ou classe, vemos que esta fatalidade específica da nossa situação é mais uma das fraquezas do movimento de libertação nacional.

A situação colonial, que não consente o desenvolvimento duma pseudo-burguesia nativa e na qual as massas populares não atingem, em geral, o necessário grau de consciência política antes do desencadeamento do fenómeno da libertação nacional, dá à pequena burguesia a oportunidade histórica de dirigir a luta contra a dominação estrangeira, em virtude de ser, pela sua situação objetiva e subjetiva (nível de vida superior ao das massas, contactos mais frequentes com os agentes do colonialismo, portanto, maior frequência de humilhações, maior grau de instrução e de cultura, política, etc.), a camada que mais cedo realiza a consciência da necessidade de se desembaraçar da dominação estrangeira. Assume esta responsabilidade histórica o sector da pequena burguesia a que, no contexto colonial, se poderia chamar revolucionária, enquanto os outros sectores permanecem na hesitação característica dessa classe ou se aliam ao colonialista, para defender, embora ilusoriamente, a sua situação social.

A situação neocolonial, que postula a liquidação da pseudo-burguesia nativa para que se consuma a libertação nacional, também dá à pequena burguesia a oportunidade de desempenhar um papel de relevo — mesmo decisivo — na luta pela liquidação estrangeira.

Mas, neste caso, em virtude dos progressos relativos realizados na estrutura social, a função de direção da luta é compartilhada, em maior ou menor grau, com os sectores mais esclarecidos das classes trabalhadoras e até com alguns

elementos da pseudo- burguesia nacional, dominados pelo sentimento patriótico. O papel do sector da pequena burguesia que participa na direção da luta é tanto mais importante quanto é certo que, também na situação neocolonial, ela está mais apta a assumir essas funções, quer pelas limitações econômicas e culturais das massas trabalhadoras, quer pelos complexos e limitações de natureza ideológica que caracterizam o sector da pseudoburguesia nacional que adere à luta. Neste caso ainda, importa salientar que a missão que lhe está confiada exige a esse sector da pequena burguesia uma maior consciência revolucionária, a capacidade de interpretar fielmente as aspirações das massas em cada fase da luta e de se identificar com elas cada vez mais.

Mas, por maior que seja o grau de consciência revolucionária do sector da pequena burguesia chamada a desempenhar essa função histórica, ela não pode libertar- se desta realidade objetiva: a pequena burguesia, como classe de serviços, quer dizer, não diretamente incluída no processo da produção, não dispõe de bases econômicas que lhe garantam a tomada do poder. Com efeito, a história demonstra que, qualquer que seja o papel (muitas vezes de importância) desempenhado por indivíduos originários da pequena burguesia no processo duma revolução, essa classe nunca esteve na posse do poder político. E não poderia estar, porque o poder político (o Estado) tem os seus alicerces na capacidade econômica da classe dirigente e, nas condições da sociedade colonial e neocolonial, essa capacidade está detida nas mãos de duas entidades: o capital imperialista e as classes trabalhadoras nativas.

Para manter o poder que a libertação nacional põe nas suas mãos, a pequena burguesia só tem um caminho: deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitir o desenvolvimento duma burguesia burocrática e de intermediários do ciclo das mercadorias, transformar- se em pseudo- burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar- se necessariamente ao capital imperialista. Ora isso corresponde à situação neocolonial, quer dizer, à traição dos objetivos da libertação nacional. Para não trair esses objetivos, a pequena burguesia só tem um caminho: reforçar a sua consciência revolucionária, repudiar as tentações de emburguesamento e as solicitações naturais da sua mentalidade de classe, identificar- se com as classes trabalhadoras, não se opor ao desenvolvimento normal do processo da revolução. Isso significa que, para desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de suicidar- se como classe, para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo a que pertence.

Essa alternativa — trair a revolução ou suicidar- se como classe — constitui o dilema da pequena burguesia no quadro geral da luta de libertação nacional. A sua solução positiva, em favor da revolução, depende daquilo a que, ainda recentemente, Fidel Castro chamou, com propriedade, desenvolvimento da

consciência revolucionária. Essa dependência atrai necessariamente a nossa atenção sobre a capacidade do dirigente da luta de libertação nacional de se manter fiel aos princípios e à causa fundamental dessa luta. Isso revela, em certa medida, que se a libertação nacional é essencialmente um problema político, as condições do seu desenvolvimento imprimem-lhe algumas características que são do âmbito da moral.

Esta é a modesta contribuição que, em nome das organizações nacionalistas dos países africanos ainda parcialmente ou totalmente dominados pelo colonialismo português, entendemos dever trazer ao debate geral desta Assembléia. Solidamente unidos no seio da nossa organização multi nacional — a CONCP — estamos determinados a manter-nos fieis aos interesses e às justas aspirações dos nossos povos, quaisquer que sejam as nossas origens nas sociedades a que pertencemos. A vigilância em relação a essa fidelidade é, aliás, um dos objetivos principais da nossa organização, no interesse dos nossos povos, da África e da Humanidade em luta contra o imperialismo. Por isso nos batemos já, de armas nas mãos, contra as forças colonialistas portuguesas, em Angola, na Guiné e em Moçambique, e estamos a preparar-nos para fazer o mesmo em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Por isso dedicamos a maior atenção ao trabalho político no seio dos nossos povos, melhorando e reforçando cada dia as nossas organizações nacionais, na direção das quais se encontram representados todos os sectores da nossa sociedade. Por isso nos mantemos vigilantes contra nós mesmos e procuramos, na base do conhecimento concreto das nossas forças e das nossas fraquezas, reforçar aquelas e transformar estas em forças, pelo desenvolvimento constante da nossa consciência revolucionária. Por isso estamos em Cuba, presentes a esta Conferência.

Não daremos vivas nem proclamaremos aqui a nossa solidariedade para com este ou aquele povo em luta. A nossa presença é um grito de condenação do imperialismo e uma prova de solidariedade para com todos os povos que querem varrer das suas pátrias o jugo imperialista, em particular com o heróico povo do Vietname. Mas cremos firmemente que a melhor prova que poderemos dar de que somos contra o imperialismo e ativamente solidários para com os nossos companheiros, nesta luta comum, consiste em regressar aos nossos países, desenvolver cada dia mais a luta e mantermo-nos fiéis aos princípios e objetivos da libertação nacional.

Fazemos votos para que cada movimento de libertação nacional aqui presente possa, com armas nas mãos, repetir no seu país, em uníssonos com o seu povo, o grito já legendário do Povo de Cuba: PATRIA O MUERTE, VENCEREMOS!

6 - Uma Luz Fecunda Ilumina o Caminho da Luta

O valor e o caráter transcendente do pensamento e da obra humana, política, científica, cultural— histórica— de Vladimir Ilitch Lênine são há muito já um fato universalmente reconhecido. Mesmo os mais ferozes adversários das suas idéias tiveram de reconhecer em Lênine um revolucionário conseqüente, que soube dedicar-se totalmente à causa da revolução e fazê-la, um filósofo e um sábio cuja grandeza só é comparável à dos maiores pensadores da humanidade.

Atualmente, não é raro ouvir políticos—mesmo os mais anti-socialistas—citar Lênine ou gabar-se de ter lido as suas obras. É evidente que não podemos acreditá-los à letra, mas isso dá bem a medida da importância (mesmo da necessidade) do pensamento de Lênine e da vastidão das conseqüências práticas da sua ação no contexto histórico atual.

Para os movimentos de libertação nacional, cuja tarefa é fazer a revolução, modificando radicalmente, pelas vias mais adequadas, a situação econômica, política, social e cultural dos seus povos, o pensamento e a ação de Lênine têm um interesse especial.

Mas Lênine não deixou apenas a sua obra. Foi e continua a ser um exemplo vivo de combatente pela causa da humanidade, pela libertação econômica e portanto nacional, social e cultural do homem. A sua vida e o seu comportamento como personalidade humana contêm lições e exemplos úteis para todos os combatentes da libertação nacional. Entre essas lições, as que nos parecem ser da maior acuidade para os movimentos de libertação referem-se ao comportamento moral, à ação política, à estratégia e à prática revolucionárias.

No âmbito geral do movimento de libertação nacional, especialmente em condições como as nossas, o comportamento moral do combatente, em particular dos dirigentes, é um fator primordial que pode influenciar significativamente o êxito ou o fracasso do movimento. É evidente que a luta é essencialmente política, mas as circunstâncias políticas, econômicas e sociais— históricas—, em que se estrutura e desenvolve o movimento, conferem aos problemas de natureza moral uma particular importância, devido principalmente às fraquezas próprias do movimento nacional de libertação nas colônias, ao oportunismo ou às possibilidades de oportunismo que o caracterizam, às pressões e manhas utilizadas pelo inimigo imperialista, assim como à dificuldade, mesmo a impossibilidade de um controle do movimento e dos seus chefes pelas massas populares nacionalistas.

No movimento de libertação, como em qualquer outro empreendimento humano—e sejam quais forem os fatores materiais e sociais que condicionem a sua evolução—, o homem (a sua mentalidade, o seu comportamento) é o elemento essencial e determinante.

Lénine foi um exemplo de coerência consigo mesmo e de coerência entre as palavras e os atos. Soube, através de toda a evolução característica da sua personalidade, permanecer igual a si mesmo na verticalidade das suas opções e dos seus atos. Estes sempre corresponderam às suas palavras, pois soube rejeitar o verbalismo fácil, a adulação e a demagogia.

Lénine foi um exemplo de honestidade, de probidade, de sinceridade e de coragem. Sempre colocou acima de todas as suas conveniências a necessidade de observar rigorosamente os deveres da moral e da justiça, recusar a mentira e praticar a verdade, sejam quais forem as conseqüências ou os problemas que possa criar.

Como um ser humano integral, soube amar e odiar. Amar a causa da libertação do homem de qualquer espécie de opressão, a aventura maravilhosa que é a vida humana, tudo o que há de belo e construtivo no planeta. Odiar os inimigos do progresso e da felicidade do homem, o inimigo de classe, os oportunistas, a cobardia, a mentira, todos os fatores de aviltamento da consciência social e moral do homem. Sempre considerou o homem como o valor supremo do Universo. A sua dedicação às crianças tornou-se lendária pois, para ele, esses seres delicados e tantas vezes incompreendidos, vítimas inocentes da exploração do homem pelo homem, são as flores da humanidade, a esperança e a certeza do triunfo de uma vida de justiça.

A luta de libertação nacional é, como já dissemos, uma luta política que pode revestir diversas formas, de acordo com as circunstâncias específicas em que se desenvolve. No nosso caso concreto, esgotamos todos os meios pacíficos ao nosso alcance para levar os colonialistas portugueses a uma modificação radical da sua política no sentido da libertação e do progresso do nosso povo.

Só encontramos repressão e crimes. Decidimos então pegar em armas para nos batermos contra a tentativa de genocídio do nosso povo, decidido a ser livre e senhor do seu próprio destino.

O fato de travarmos uma luta armada de libertação em nada modifica o caráter essencialmente político do nosso combate. Pelo contrário, acentua-o. Ora, não há, não pode haver ação política, seja qual for a sua forma, sem princípios bem definidos, quer sejam bons ou maus.

No plano político, Lenine foi um exemplo de fidelidade aos princípios. Soube fazer concessões sobre a forma de reivindicações, de axés, mas nunca sobre os princípios, principalmente quando se tratava de defender os interesses da

classe e da nação que representava, assim como na prática conseqüente de um internacionalismo desprovido de reservas, de timidez ou de condicionalismos. É igualmente uma lição de realismo, de noção clara da possibilidade e da oportunidade política, que encontra a sua expressão máxima na decisão de desencadear a insurreição de Outubro de 1917, apesar das enormes dificuldades para vencer as hesitações e as oposições mais ou menos fundamentadas.

Uma lição de firmeza na via determinada para conduzir a ação política, ilustrada pelo combate sem tréguas que moveu a todos os desvios «de direita» ou «de esquerda» e que tantos inimigos lhe criou.

Ultrapassando a concepção vulgar, segundo a qual a política é a arte do possível, Lenine demonstrou que é antes a arte de transformar o que é aparentemente impossível em possível (tornar possível o impossível), rejeitando categoricamente o oportunismo. Assim definida, a ação política implica uma criatividade permanente. Para ela, como para a arte, criar não é inventar.

A ação de Lenine é caracterizada por uma grande flexibilidade construtiva. Em cada problema, em cada fato da luta, mesmo no mais negativo, soube discernir o lado positivo para dele extrair todas as vantagens e fazer avançar a luta.

Nesse âmbito, como noutros, demonstrou uma perseverança a toda a prova.

Ele, que considerava que «os fatos são teimosos», era teimoso como os fatos. Confiando na opinião dos outros, apesar disso, certo de que todo o combatente tem necessidade dos outros, sempre soube mudar de opinião quando a razão— a verdade científica —não estava do seu lado.

Crítico rigoroso, mesmo violento, tanto dos seus adversários como dos seus companheiros de luta caídos em erro, Lenine soube praticar exemplarmente a autocrítica. Sabia reconhecer os seus erros e elogiar o valor dos outros, mesmo dos seus mais ferozes adversários; mas soube usar de uma severidade sem limites para atacar os que considerava como inimigos de classe e da revolução.

Lenine sempre demonstrou uma confiança sem limites na capacidade das massas, mas soube no entanto demonstrar claramente que estas nunca deviam agir com anarquia, sem um plano bem concebido, correspondendo às possibilidades concretas de ação. Para ele, as massas nunca devem ser acéfalas.

No âmbito geral do movimento de libertação nacional, tal como em qualquer confrontação, pacífica ou não, há a necessidade vital de descobrir as leis gerais da luta e agir com base num plano geral concebido e elaborado a partir da realidade concreta do meio e dos fatores em presença. Isto quer dizer que qualquer movimento de libertação necessita de uma estratégia.

Na elaboração dessa estratégia é preciso ser capaz de distinguir o essencial do secundário, o permanente do temporário. Sem nunca confundir estratégia e tática, a ação deve basear-se numa concepção científica da realidade, seja qual for a influência dos fatores subjetivos que é necessário enfrentar.

Também nesse plano Lenine deu uma lição muito útil aos movimentos de libertação, aos combatentes da liberdade. Tinha uma nítida consciência do valor da unidade como meio necessário para a luta, mas não como um fim em si. Para Lenine, não se trata de unir todos em torno da mesma causa, por mais justa que ela seja, de realizar a unidade absoluta, de unir-se não importa com quem.

A unidade, como qualquer outra realidade, está sujeita às transformações quantitativas, positivas ou negativas. A questão é descobrir qual é o grau de unidade suficiente que pode permitir o desencadear e garantir o avanço vitorioso da luta. E, posteriormente, preservar essa unidade contra todos os fatores de dissolução ou divisão, tanto internos como externos.

Por outro lado, Lenine tinha uma consciência profunda da necessidade de conhecer o melhor possível, na luta, as forças e as fraquezas do inimigo, tal como as nossas próprias forças e fraquezas. A concepção leninista da estratégia implica que devemos agir no sentido de aumentar as fraquezas do inimigo e transformar as suas forças em fraquezas e, simultaneamente, preservar e reforçar as nossas forças e eliminar as nossas fraquezas ou transformá-las em forças. Isto é possível pela aliança permanente e dinâmica entre a teoria e a prática.

A vida de Lenine é a aplicação conseqüente desta máxima dialética de Paul Langevin: o pensamento deriva da ação e, no homem consciente, deve regressar à ação. Isso implica que, como Lenine demonstrou através de toda a sua vida, a ação deve basear-se na análise concreta de cada situação concreta. De acordo com Lenine, tanto na luta como em qualquer outro fenômeno em movimento, as transformações qualitativas só se operam a partir de determinado nível de modificações quantitativas, o que significa que o processo da luta evolui por etapas, por fases bem definidas. Nessa base e nesta perspectiva devem ser estabelecidas as táticas a seguir, que são incompatíveis mesmo com os recuos que, em determinados momentos, podem ser o único meio de fazer progredir a luta.

Qualquer luta é experiência nova, seja qual for a soma de conhecimentos teóricos ou de experiências práticas que lhe dizem respeito. Qualquer luta implica, portanto, um determinado grau de empirismo, mas não é necessário inventar o que já o foi: é sim preciso criar nas condições concretas em que a luta se trava.

Ainda neste ponto a lição de Lenine é pertinente: ele detestava tanto o empirismo cego como os dogmas. A assimilação crítica (dos conhecimentos ou

das experiências dos outros) é tão válida para a vida como para a luta. O pensamento dos outros, filosófico ou científico —por mais lúcido que seja—, é apenas uma base que permite pensar e agir, portanto, criar. Para criar na luta é necessário conduzi-la, desenvolver todos os esforços e aceitar os sacrifícios necessários. A luta não é feita de palavras mas de ação quotidiana, organizada e disciplinada, de todos os elementos válidos. A atividade múltipla desenvolvida por Lenine no decurso de uma longa luta é um exemplo de continuidade e conseqüência, de esforços e sacrifícios, assim como da capacidade para mobilizar as forças necessárias no tempo e no espaço necessários.

Demonstrando que, numa luta, as dificuldades subjetivas são as mais difíceis de ultrapassar, Lenine tinha consciência desta realidade: a luta é feita de êxitos e fracassos, de vitórias e derrotas, mas avança sempre e as suas fases, mesmo as mais idênticas, nunca se repetem, pois a luta é um processo e não um acidente, uma corrida de fundo e não de velocidade: as derrotas eventuais não podem justificar nem a desmoralização nem a desistência, porque mesmo os insucessos podem ser uma base de partida para novos êxitos.

Essa ultrapassagem só é possível se extrairmos uma lição de cada erro, de cada experiência positiva ou negativa e partindo do princípio de que, se é certo que a teoria sem prática é uma perda de tempo, não há prática conseqüente sem teoria.

Principal artífice da grande Revolução de Outubro, que modificou o destino não apenas do povo russo mas da humanidade; criador do primeiro Estado socialista; dirigente supremo da Revolução nas antigas colônias tsaristas; teórico e prático conhecedor na solução do delicado problema que representava a questão nacional no país dos soviets; militante catalisador do movimento operário internacional— Lenine marcou o século e o futuro do homem com a sua personalidade de revolucionário, legando às gerações que lhe sucederam uma obra tão singular como cheia de lições. Para os movimentos de libertação, Lenine forneceu mais esta valiosa contribuição: demonstrou, definitivamente, que os povos oprimidos podem libertar-se e ultrapassar todos os obstáculos para a construção de uma vida de justiça, de dignidade e de progresso.

É desejável que, independentemente das suas tendências ou opções políticas, os autênticos movimentos de libertação possam beber nas lições e no exemplo de Lenine a inspiração necessária para o seu pensamento, para a sua ação e para o comportamento moral e intelectual dos seus dirigentes. No interesse geral da luta contra o imperialismo e se tivermos em consideração algumas contradições que caracterizam as atuais relações entre as outras forças anti-imperialistas e mesmo alguns aspectos da sua ação, não seria justo nem, talvez, objetivo limitar esse desejo unicamente aos movimentos de libertação.

Acontece hoje com a doutrina de Lenine o que já se verificou mais de uma vez na história com as doutrinas dos pensadores revolucionários e dos chefes de

classes ou nações oprimidas em luta pela sua libertação. Durante a vida dos grandes revolucionários, as classes opressoras recompensam-nos com incessantes perseguições: acolhem as suas doutrinas com um furor selvagem, com um ódio tenaz, com as mais intensas campanhas de mentiras e calúnias.

Depois da sua morte, tentam fazer deles ícones inofensivos, canonizam-nos, por assim dizer, rodeando o seu nome com uma certa auréola a fim de «consolidar» as classes ou as nações oprimidas e de as mistificar; fazendo-o, esvaziam a doutrina revolucionária do seu conteúdo, depreciam-na e destroem-lhe a força revolucionária.

É nessa forma de «arranjar» o leninismo que hoje coincidem a burguesia e os oportunistas, tanto do movimento operário como do movimento de libertação nacional. Esquecem, amordaçam, alteram o lado revolucionário da doutrina, a sua alma revolucionária. Colocam em primeiro plano e exaltam o que é ou parece ser aceitável, mesmo conveniente, para a burguesia e para o imperialismo.

O leitor deve já ter notado que o que acaba de ler é a paráfrase de parte de uma lapidar afirmação de Lenine referente a Marx. Modificamos os nomes e adaptamos o discurso à realidade essencial da história dos nossos dias: a luta de vida ou de morte contra o imperialismo. Temos de admitir que o discurso se adapta perfeitamente ao próprio Lenine, em especial quando consideramos o que ele escreveu sobre o imperialismo e a luta contra o domínio imperialista.

Sem ter a pretensão ou a audácia de querer restabelecer a doutrina de Lenine acerca do movimento de libertação nacional, gostaríamos, no entanto, de evocar determinados aspectos que nos parecem importantes—, principalmente para os que lutam pela libertação e o progresso dos seus povos.

Lenine demonstrou de forma muito clara que o movimento de libertação nacional, que adquiriu força desde o começo do século não é um fato novo na história. Em todos os continentes, em épocas mais ou menos recuadas, houve, não apenas luta de libertação tribal ou étnica mas também movimento de luta de libertação nacional. Os povos da antiga Indochina e de outras regiões da Ásia; do México, da Bolívia e de outros países do continente americano; da Grécia, dos Balcãs em geral, mesmo de Portugal, na Europa; do Egito, da África Oriental e da África Ocidental—para só citar estes— tiveram, no passado, a sua experiência de luta de libertação nacional.

Esses movimentos sofreram vitórias ou derrotas, mas existiram e deixaram vestígios indeléveis nos povos que afetaram, no âmbito das coordenadas históricas das sociedades em questão, numa determinada etapa da evolução econômica e política da humanidade.

Não há no entanto lugar para confusões. Lenine demonstrou que o império

romano, por exemplo, não é a mesma realidade histórica que o império britânico, embora ambos tenham em comum o que parece ser, até agora, uma necessidade ou uma constante nas relações entre as sociedades humanas: a tentativa ou o êxito do domínio político e da exploração econômica de certos povos ou nações por Estados estrangeiros ou, o que vem a dar no mesmo, por classes dirigentes estrangeiras.

É evidente que Carlos Magno não foi nem podia ser César ou Átila, mas é ainda mais evidente que qualquer chefe de Estado imperialista não é, nem poder ser, o Gana do império africano que tem o seu nome, nem um imperador da família dos Ming, nem um Cortez, conquistador das Américas, nem o tsar das Rússias.

Da mesma maneira e pelas mesmas razões, os bancos e os monopólios imperialistas não são as antigas associações dos comerciantes de Veneza ou a Liga Hanseática.

Lenine demonstrou que a luta de libertação contra o domínio de uma aristocracia militar (tribal ou étnica), contra o domínio feudal e mesmo contra o domínio capitalista estrangeiro do tempo do capitalismo de livre concorrência não é a mesma realidade histórica que a luta de libertação nacional contra o imperialismo, contra o domínio econômico e político dos monopólios, do capitalismo financeiro, atuando sob a forma do colonialismo, do neocolonialismo. Tomou-se e deve ser evidente para todos hoje que o aparecimento do imperialismo operou uma transformação profunda e irreversível no movimento de libertação nacional, definindo-se este como a resistência natural e necessária ao domínio imperialista.

Definindo as características internas e externas do imperialismo —estado supremo do capitalismo, resultado da concentração do capital financeiro em algumas empresas de uma meia dúzia de países, domínio insaciável dos monopólios—, Lenine caracterizou simultaneamente as transformações irreversíveis operadas no conteúdo e na forma do movimento de libertação nacional, do qual previu, cientificamente, a linha geral de evolução.

Cabe a Lenine o mérito de ter revelado, e mesmo previsto, as realidades essenciais da luta dos nossos dias, pois foi até ao fundo na análise do fato imperialista e da luta geral contra o imperialismo.

Na sua crítica genial, Lenine esclareceu o caráter essencialmente econômico do imperialismo, estudou as suas características internas e externas e as suas implicações econômicas, políticas e sociais, tanto dentro como fora do mundo capitalista. Pôs em relevo as forças e as fraquezas dessa nova realidade que é o imperialismo (quase da sua idade), que abriu novas perspectivas à evolução da humanidade.

Situando geograficamente o fenômeno imperialista no interior de uma parte

bem definida do mundo; distinguindo o fator econômico das suas implicações políticas ou político- sociais, sem esquecer as relações de dependência dinâmica entre esses dois aspectos de um mesmo fenômeno; e caracterizando as relações do imperialismo com o resto do mundo, Lenine situou objetivamente tanto o imperialismo como a luta de libertação nacional nas suas verdadeiras coordenadas históricas. Estabeleceu assim, de forma definitiva, a diferença e as ligações fundamentais entre o imperialismo e o domínio imperialista.

A análise de Lenine revela- se desta forma como um encorajamento realista e uma arma poderosa para o desenvolvimento ulterior e multilateral do movimento nacional libertador. É necessário, no entanto, notar que esta análise vai ainda mais longe na contribuição que fornece à evolução desse mesmo movimento.

Com efeito, se podemos dizer que Marx, principalmente na sua obra principal— O Capital—, procedeu à anatomia ou à anatomia patológica do capitalismo, a obra de Lenine referente ao imperialismo pode ser considerada como a pré-autópsia do capitalismo moribundo. Não é exagerado afirmar que, para ele, a partir do momento em que o domínio econômico e político do capital financeiro (os monopólios) se consolidou em alguns países e se concretizou no exterior desses países pelo movimento de partilha do mundo, especialmente em África, com o monopólio das colônias—o capitalismo, tal como se definira anteriormente, transformou- se num corpo em putrefação.

Um estudo, mesmo superficial, da história econômica contemporânea dos principais países capitalistas (talvez mesmo dos menos importantes), revela que a luta tenaz entre o capital financeiro (representado pelos monopólios e os bancos) e o capital de livre concorrência se salda geralmente pela vitória do primeiro, isto é, do imperialismo.

Temos pois de verificar que Lenine tinha razão: o capitalismo criou o imperialismo e criou simultaneamente os elementos propícios à sua destruição.

O imperialismo matou e continua a matar o capitalismo. Com efeito, as transformações profundas realizadas nas relações de forças no âmbito da livre concorrência levaram aos monopólios, à acumulação gigantesca do capital financeiro privado no interior de certos países e, como conseqüência disso, ao domínio político destes pelos monopólios, o que os transformou em países imperialistas. Esta nova situação está na origem de uma confrontação permanente, aberta ou não, «pacífica» ou não, entre os países imperialistas que procuram novos equilíbrios na relação de forças, em função do grau relativo de desenvolvimento das forças produtivas e da necessidade crescente tanto de obter matérias- primas como de conquistar mercados, isto é, da realização insaciável de mais- valia ou de rendimento para o capital financeiro.

Com base numa análise tão lúcida e realista, era normal que Lenine extraísse conclusões importantes para o desenvolvimento ulterior da luta contra o imperialismo.

Entre essas conclusões, estas parecem- nos extremamente ricas em conseqüências:

- A acumulação desenfreada do capital financeiro e a vitória dos monopólios como fase última da apropriação privada dos meios de produção—com o agravamento da contradição entre essa apropriação e o caráter social do trabalho produtivo—criaram as condições propícias à revolução, que progressivamente acabará com o regime capitalista, atualmente representado pelo imperialismo.
- É possível, necessário e urgente fazer a revolução, se não em vários países, pelo menos num, principalmente no momento em que a agressividade característica do imperialismo se manifesta numa guerra entre os países capitalistas para uma nova partilha do mundo (Primeira Guerra Mundial).
- A criação de um Estado socialista desferirá um golpe decisivo no imperialismo e abrirá novas perspectivas ao desenvolvimento do movimento operário internacional e do movimento de libertação nacional.
- É possível uma nova confrontação armada entre os Estados imperialistas-capitalistas, pois a hipótese do ultra- imperialismo ou superimperialismo, que resolveria as contradições entre os Estados imperialistas «é tão utópica como a da ultra- agricultura». Essa confrontação enfraquecerá inevitavelmente o imperialismo (Segunda Guerra Mundial). Criar- se- ão assim condições mais favoráveis para o desenvolvimento das forças cujo destino histórico é destruir o imperialismo: instalação do poder socialista em novos países, reforço do movimento operário internacional e do movimento de libertação nacional.
- Os povos oprimidos da África, da Ásia e da América Latina são necessariamente chamados a desempenhar um papel decisivo na luta pela liquidação do sistema imperialista mundial, de que são as principais vítimas.

Estas conclusões de Lenine, explícita ou implicitamente contidas na sua obra consagrada ao imperialismo e confirmadas pelos atos da história contemporânea, são mais uma notável contribuição para o pensamento e para a ação do movimento de libertação.

Sendo marxista ou não, leninista ou não, é difícil a alguém não reconhecer a validade, mesmo o caráter genial da análise e das conclusões de Lenine, que se revelam de um alcance histórico imenso, iluminando com uma claridade fecunda o caminho quantas vezes espinhoso e mesmo sombrio dos povos que se batem pela sua libertação total do domínio imperialista.

7- Luta do Povo

Um princípio fundamental da nossa luta é que a nossa luta é a luta do nosso povo, e o nosso povo é que tem que a fazer, e o seu resultado é para o nosso povo.

Os camaradas já compreenderam bem o que é o povo. O problema que pomos agora é o seguinte: Mas o nosso povo está a lutar contra quem?

Claro que a luta dum povo é sua, de fato, se a razão dessa luta for baseada nas aspirações, nos sonhos, nos desejos de justiça, de progresso do próprio povo, e não nas aspirações, sonhos ou ambições de meia dúzia de pessoas, ou de um grupo de pessoas que tem alguma contradição com os próprios interesses do seu povo.

Contra quem é que o nosso povo tem que lutar? Desde o começo nós dissemos claramente. Nós, como colônias de Portugal na Guiné e em Cabo Verde, somos dominados pelo estrangeiro, mas não são todos os estrangeiros que nos dominam e, dentro de Portugal, não são todos os portugueses que nos dominam.

Aquela força, aquela opressão que está a ser exercida sobre nós, vem da classe dirigente de Portugal, da burguesia capitalista portuguesa, que tanto explora o povo de Portugal, como explora o nosso povo. E, como sabemos bem, a classe dirigente de Portugal a classe colonialista de Portugal, está ligada à dominação do mundo por outras classes doutros países, formando juntas, a dominação imperialista. Está ligada ao conjunto das forças capitalistas do mundo que, dominando os seus próprios países, têm necessidade vital de dominar outros povos, outros países, tanto para terem matérias primas para a sua indústria, como para terem mercados para os seus produtos. Por isso, nós somos dominados pela classe capitalista colonialista portuguesa ligada ao imperialismo mundial.

O nosso povo está, portanto, a lutar contra a classe colonialista capitalista portuguesa e, lutando contra ela, está a lutar necessariamente contra o imperialismo, porque ela é um pedaço, embora pequenino e mesmo podre, do imperialismo. Assim, nós sabemos contra quem é que lutamos.

Mas nós enfrentamos o problema não só da libertação mas também do progresso do nosso povo.

E, nessa base, vemos logo que a nossa luta não pode ser só contra estrangeiros, tem que ser também contra alguma gente dentro da nossa terra. O nosso povo tem que lutar ao mesmo tempo contra os seus inimigos de dentro. Quem? Toda

aquela camada social da nossa terra, ou classes da nossa terra, que não querem o progresso do nosso povo, mas querem só o seu progresso, das suas famílias, da sua gente. É por isso que dizemos que a luta do nosso povo é contra tudo quanto seja contrário à sua liberdade e independência, mas também contra tudo quanto seja contrário ao seu progresso e à sua felicidade.

A luta, na nossa terra, tem que ser feita pelo nosso povo. Não podíamos de maneira nenhuma pensar em libertar a nossa terra, em fazer a paz e o progresso da nossa terra, chamando gente de fora (estrangeiros) para virem lutar por nós. Na Guiné e em Cabo Verde nós é que temos que lutar, nós é que temos que lançar mão de todos os meios para lutar. E assim de fato tem acontecido.

Na conversa hoje vulgar do nosso Partido pergunta-se assim: «tu és povo?» Ele responde: «Não, eu sou exército». «Tu és povo?» «Não, eu sou milícia». «Tu és povo?» «Não, eu sou responsável». Essa é a nossa conversa vulgar, mas toda essa gente é povo. Basta vermos donde saíram os nossos combatentes, os nossos responsáveis, os nossos dirigentes, para sentirmos que todos eles são povo da nossa terra. Como é normal, na luta armada na Guiné, a maioria das pessoas é da Guiné mesmo e, como também é normal, na luta em Cabo Verde, a maioria das pessoas é de Cabo Verde mesmo, porque Guiné e Cabo Verde estão separados pelo mar e não é fácil transferir grandes forças de um lado para o outro.

Mas não há dúvida nenhuma de que é o nosso povo que faz a nossa luta, através dos seus filhos, militantes, dirigentes, combatentes, milicianos, etc. A força fundamental é o nosso povo, ele mesmo. A nossa população, se querem melhor, a população ligada ao trabalho do nosso Partido, mobilizada pelo nosso Partido, organizada pelo nosso Partido, que desde o começo tem alimentado a nossa luta, suportado sacrifícios para a nossa luta, tem sido a força principal da nossa luta. Não era possível fazermos a nossa luta, na época da clandestinidade, se não fosse o nosso povo que nos tivesse feito viver no seu seio como peixe na água.

O inimigo sabe que é o nosso próprio povo que participa na luta, e então faz força para ver se separa aquela parte do nosso povo que é Partido da parte do nosso povo que é população, para poder tirar-nos essa força principal na luta de libertação, que é o apoio das massas populares.

Podemos dizer que a nossa luta tem tanto mais possibilidades de vitória, quanto mais soubermos conservar do nosso lado o apoio das massas populares da nossa terra. Eles também, os tucas, sabem disso, e por isso é que fazem toda a força para nos tirarem esse apoio.

A nossa luta é para o nosso povo, porque o seu objetivo, o seu fim é satisfazer as aspirações, os sonhos, os desejos do nosso povo: ter uma vida digna,

decente, como todos os povos do mundo desejam, ter a paz para construir o progresso na sua terra, para construir a felicidade para os seus filhos. Nós queremos que tudo quanto conquistarmos nesta luta pertença ao nosso povo e temos que fazer o máximo para criar uma tal organização que mesmo que alguns de nós queiram desviar as conquistas da luta para os seus interesses, o nosso povo não deixe. Isso é muito importante.

O nosso povo hoje sente bem que a luta é sua de fato, não só porque são os seus filhos que têm as armas nas mãos, não só porque são os seus filhos que vão estudar para se formarem como quadros, enfermeiros, médicos, engenheiros, agentes técnicos, etc., não só porque são os seus filhos que dirigem, mas também porque, mesmo nas tabancas, os milicianos ou a população pegaram naquela coisa principal que simboliza a nossa luta: a arma.

Não é por acaso nem por nenhuma outra razão, que a direção do nosso Partido tem dado armas, cada dia mais, à nossa população. É exatamente para que ninguém crie na sua cabeça a idéia de que só aqueles que pegaram em armas, no exército popular ou na guerrilha, é que de fato lutam para conseguir resultados nesta luta. Quanto mais armas nas mãos da nossa gente, mais certeza para a nossa população e o nosso povo de que a luta é mesmo sua, e menos ilusões na cabeça dos nossos combatentes e dirigentes de que a luta é só para eles.

Nós estamos a lutar para o progresso da nossa terra, temos que fazer todos os sacrifícios para conseguirmos o progresso da nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde. Temos que acabar com todas as injustiças, todas as misérias, todos os sofrimentos. Temos que garantir às crianças que nascem na nossa terra, hoje e amanhã, a certeza de que nenhum muro, nenhuma parede será posta diante delas. Elas têm que ir para a frente, conforme a sua capacidade, para darem o máximo, para fazerem o nosso povo e a nossa terra cada vez melhores, servindo não só os nossos interesses mas também os interesses da África, os interesses da humanidade inteira. Por isso mesmo, desde o começo, o nosso Partido lançou mão do melhor caminho que há para isso, que é a organização, baseada na mobilização do nosso povo, a mobilização da população da nossa terra para a luta contra o colonialismo português.

O nosso Partido preparou filhos da nossa terra para mobilizar o povo da nossa terra. Não foi nenhum trabalho de brincadeira. Muitos que aqui estão, rapazes novos, hoje responsáveis do Partido, não podem imaginar quanto foi difícil esse trabalho. Além disso, organizamos, no quadro do nosso Partido, grande parte da população da nossa terra. Essa é que foi e é a força política principal da nossa luta, que deu possibilidades à nossa luta para avançar tanto como tem avançado. E nós temos que preparar o nosso povo, temos que nos preparar, dirigentes e militantes do nosso Partido, os nossos combatentes que se sacrificam hoje, para defender, custe o que custar, as conquistas que o nosso povo está a realizar através da sua luta.

Hoje os filhos do mato da nossa terra, que ontem não tinham opinião nenhuma em relação à sua própria vida, ao seu destino, podem dar a sua opinião, podem decidir, desde a questão dos Comitês do Partido, até aos tribunais populares, nos quais os filhos da nossa terra têm mostrado capacidade de julgar os erros, os crimes, e outras faltas cometidas por outros filhos da nossa terra. Essa é mais uma prova clara de que esta luta é do nosso povo, feita pelo nosso povo e para o nosso povo.

Mas vários camaradas do nosso Partido, tanto altos responsáveis como pequenos, seja até simples combatentes, não têm compreendido isso muito bem. Têm tentado fazer a luta um bocado no seu interesse, eles afinal é que são o povo. A luta é do nosso povo, feita pelo nosso povo, mas para eles. Esse é dos erros mais graves que se podem cometer numa luta como a nossa. Não podemos permitir de maneira nenhuma que as nossas Forças Armadas, os nossos militantes ou os nossos responsáveis, se esqueçam, por um momento que seja, que a maior consideração, o maior respeito, a maior dedicação, devem ser para o povo da nossa terra, para as nossas populações, sobretudo nas áreas libertadas da nossa terra. Quem está disposto a morrer com um tiro qualquer, nesta guerra, mas que é capaz de faltar ao respeito aos filhos do nosso povo, às gentes das tabancas, à população, morre sem saber porque é que está a morrer ou então morre enganado.

Tudo quanto nós possamos fazer na nossa terra para levantar o moral do nosso povo, para dar-lhe mais coragem, mais entusiasmo pelo Partido, isso serve o presente e o futuro do nosso povo, serve o nosso Partido. Tudo quanto se possa fazer para tirar a confiança da população em nós, para castigar a população, para mostrar falta de consideração pela nossa população, para roubar os bens da população, para abusar nos filhos da população, seja homem ou mulher, é o maior crime que um camarada combatente ou responsável pode fazer, prejudicando o nosso Partido, prejudicando o futuro e o presente da nossa terra.

É melhor sermos poucos, mas incapazes de fazer qualquer mal que seja à população da nossa terra, do que sermos muitos, mas com gente capaz de fazer mal. Porque quem, no nosso meio, faz a nossa população virar-se contra o nosso Partido, por exemplo, desconfiar do Partido, perder confiança no Partido, esse é o melhor servidor dos tugas. Talvez ele não entenda, mas ele é o melhor servidor dos tugas que pode haver. E os camaradas sabem —e o que eu estou a dizer não é imaginação —que há camaradas nossos que agiram mal em relação à nossa população.

Felizmente, as coisas têm melhorado muito, porque o Partido tem estado vigilante em relação a isso.

Devemos fixar, portanto, em cada momento desta grande luta que estamos a fazer, duas fases: uma, contra as classes dirigentes capitalistas colonialistas de

Portugal e o imperialismo que querem dominar a nossa terra, econômica e politicamente; outra, contra todas as forças, dentro da nossa terra, forças materiais ou de espírito (quer dizer: de cabeça e de idéias), que possam levantar-se contra o progresso do nosso povo no caminho da liberdade, da independência e da justiça. E, para isso, luta corajosa contra os criminosos colonialistas portugueses e vigilância rigorosa contra os agentes imperialistas.

Mas também luta permanente e decidida contra aqueles que, mesmo sendo militantes, responsáveis ou dirigentes do Partido, fazem qualquer coisa que possa prejudicar a marcha do nosso povo para a conquista completa da sua dignidade, da sua liberdade e do seu progresso.

8 - Nem Toda a Gente é do Partido

TRABALHO DE DIREÇÃO

Vamos ver outro princípio do nosso Partido que é o seguinte: A nossa luta é baseada fundamentalmente no trabalho do nosso Partido, o PAIGC.

Os camaradas sabem o que é a luta. Compreenderam já que a luta é condição normal de todas as realidades em movimento. Em tudo aquilo que se move, que existe, se quiserem, porque tudo o que existe está em movimento, há sempre uma luta. Há forças contrárias que agem umas contra outras. A cada força agindo num sentido corresponde uma outra força agindo em sentido contrário.

Tomemos por exemplo uma árvore. Para uma árvore crescer, viver, dar fruto, semente, ou outra árvore, é uma grande luta. Primeiro, para a sua raiz atravessar o solo e encontrar alimento no terreno, é uma luta grande entre a raiz e a resistência do terreno. Mas é preciso uma certa capacidade, uma certa força para extrair do solo molhado o alimento que entra na raiz da planta.

Depois de extrair o alimento, é preciso levá-lo para outras partes da planta. Sempre resistência contra resistência. Mas, além disso, há a resistência contra a chuva, contra as tempestades. E com uma desvantagem grande para a planta: é que a planta não pode sair do lugar onde está.

Tanto as plantas como os animais (e até mesmo um pedaço de pau, ou de ferro) têm em si uma luta, podem até mesmo ter milhares de lutas. Mas a luta fundamental, por exemplo, é entre a capacidade de conservação e os estragos que o tempo causa nas coisas. O ferro enferruja-se, o pau apodrece, a marca do tempo fica sobre as coisas, desde o homem até à coisa mais insignificante.

Tudo isto traduz uma luta. Mas a luta é mais clara, evidente, quando uma coisa faz força sobre outra coisa, quando ela se trava entre duas coisas distintas.

A nossa luta é o resultado da pressão (ou opressão), que os colonialistas portugueses exercem sobre a nossa sociedade. Quem adquire uma certa consciência ou que foi testemunha de algum fato, ou que tem algum interesse em relação ao colonialismo português, pode adaptar a seguinte posição: fazer a sua própria luta ou não fazer luta nenhuma. Na nossa terra havia muita gente que lutava, tanto na Guiné como em Cabo Verde, e às vezes até mesmo fazendo versos ou outra coisa qualquer, como sinal de luta. Fechar as janelas, as portas, o quarto e descompor os tucas : ele não ouve, mas é uma maneira de lutar. Em Canhabaque, uma mulher bijagó vem com a sua água para vender. O chefe de posto tuga diz-lhe: «um peso, não, cinco tostões» e dá-lhe os cinco tostões, mas ela derramou a água no chão — é uma maneira de lutar. Muitas vezes, a

subserviência (ato de aceitar humilhações) é também uma forma de lutar. Mas outras formas de luta são as revoltas. Uma coisa, por exemplo, de que tive uma consciência e de que nunca me esqueço, passou-se em Angola, nas roças. Eu pensava que os contratados eram uns pobres diabos, que nunca se revoltavam; mas eles revoltam-se, um a um, raras vezes se sente que se revoltam, mas cada um procura fazer a sua revolta. Uns fazem-se passar por doidos, saem com catanas e cortam todas as palmeiras novas plantadas pelos colonialistas. É uma maneira de lutar. Mas quando um, dois, três, quatro, se juntam, comungam nos seus interesses, podem fazer uma revolta. Quantas revoltas caladas na Guiné, que talvez ninguém tenha visto, quantas revoltas em Cabo Verde, em S. Vicente, S. Antão, Santiago: luta contra o colonialismo português.

Mas uma luta para poder avançar a sério, tem que ser organizada e só pode ser organizada a sério por uma direção de vanguarda. Fazer luta para libertar um povo, partindo do nada, como nós, pode-se comparar isso, por exemplo, com a luta que o homem travou com a distância. Um dos grandes problemas do homem, nos tempos antigos, era o seguinte: o homem era dominado pela distância, pelos rios, pelos mares. Queria deslocar-se, mas era difícil, não tinha meios para isso.

Um dia, talvez, um homem, sentado à beira dum rio, viu um tronco de árvore passar e, pela primeira vez, veio-lhe à idéia que talvez o homem pudesse ir em cima do tronco, no rio. Se isso aconteceu, foi o momento em que apareceu o primeiro barco, como conta a lenda. Mas o homem, para vencer a distância, para atravessar os rios, os mares e até depois para atravessar o ar, para vencer, para ganhar à distância, teve que criar meios. Meios pequenos no começo, fracos, a pouco e pouco foram-se desenvolvendo, utilizando todos os meios possíveis, correntes de água, ventos, correntes do mar, até começar a utilizar a energia que ele próprio descobriu, a energia a vapor, a energia elétrica e hoje a energia atômica. Vejam como a luta do homem contra a distância foi uma coisa extraordinária. A tal ponto que hoje, o homem que levava anos para dar a volta ao mundo já numa época de muito progresso, pode dar a volta ao mundo num satélite em 80 minutos e até em menos, se quiser. No livro de Júlio Verne foi em 80 dias, e ele era um visionário para o futuro, que fazia previsão para o futuro.

O PARTIDO

Para lutar contra o colonialismo também é preciso meios. É preciso, em primeiro lugar, criar um instrumento para a luta. Esse instrumento é o nosso Partido. Os camaradas podem dizer que o Partido é um instrumento-base, o instrumento-mãe. Se quisermos, o meio principal que cria outros meios, ligados a ele. A raiz e o tronco, que dá outros ramos para o desenvolvimento da nossa luta.

A primeira pergunta que podemos pôr é a seguinte: mas porque é que nós criamos um Partido, e outros criaram movimentos? Criaram-se movimentos,

frentes, etc.. Se vocês repararem bem, nós somos os únicos que criamos um Partido, uma organização com o nome de Partido. Houve talvez outros, mas nós somos um Partido, apesar de antes nunca ter havido um Partido na nossa terra.

Não é por acaso, não é porque nós gostamos do nome Partido. É com um sentido claro, para hoje e para amanhã. É que, para nós, na nossa concepção, Partido é uma organização muito mais definida, muito mais clara.

Partido é todo aquele que toma parte numa dada idéia, numa dada coisa, num dado caminho.

Movimento é uma coisa muito vaga. O nosso Partido, talvez seja hoje, ainda, na realidade, um movimento, mas o nosso trabalho tem que ser transformá-lo em Partido cada dia mais. E desde o começo nós demos o nome de Partido para que todos entendam que temos idéias bem claras sobre o caminho que estamos a seguir, sobre aquilo que queremos, ao serviço da nossa terra e do nosso povo, na Guiné e Cabo Verde, ao serviço da África e da humanidade, na medida que possamos dar alguma contribuição.

Partido, porque nós entendemos que para dirigir um povo para a libertação e para o progresso é fundamentalmente preciso uma vanguarda, gente que mostra de fato que é a melhor e que é capaz de provar isso na prática. Durante a luta de libertação muita gente tenta enganar, mas pouco a pouco é preciso definir a sua posição claramente como pertencendo àquela vanguarda, ao conjunto daqueles que são os melhores filhos do nosso povo, na Guiné e Cabo Verde.

Sabemos que o nosso Partido foi criado na clandestinidade, não vos vou contar toda a história; está escrita em muitos livros, vocês podem ler; se os camaradas da Comissão Ideológica trabalharem bem. Mas foi criado na clandestinidade (escondido). No começo era de verdade um Partido, muito pouca gente um Partido pequenino, mas gente com uma só cabeça e fiando profundamente naquela linha que nós traçamos, como alguém que teve na vida a oportunidade de traçar esse caminho. A pouco e pouco cresceu, cresceu, até que se transformou num movimento geral de libertação nacional. Mas movimento não como nome, mas como fato concreto da luta, como conjunto de gente em movimento contra o colonialismo português.

OBJECTIVO

Mas nós, repito, somos um Partido. O nosso caso esclarece-se da seguinte maneira: Nós, que lutamos na Guiné e Cabo Verde contra o colonialismo português, somos todos um movimento de libertação nacional, toda a gente é « Partido ». Mas só entra de fato no Partido aquele que de verdade tem uma só idéia, um pensamento, que só quer uma coisa, e tem que ter um dado tipo de comportamento na sua vida privada e na sua vida social. Que idéia, que coisa,

que comportamento? O nosso Partido é formado só por aquela gente que quer de fato o programa do nosso Partido.

Nós somos PAIGC, Guiné e Cabo Verde. Não há racismo, não há tribalismo, nós não lutamos só para termos bandeira, hino e ministros —talvez mesmo não tenhamos ministros na nossa terra.

Não nos vamos sentar no palácio do Governador, não é esse o nosso objetivo, tomar o palácio para pôr Cabral e outros. Nós lutamos para libertar o nosso povo, não só do colonialismo, mas de toda a espécie de exploração.

Não queremos que ninguém mais explore o nosso povo, nem brancos nem pretos, porque a exploração não são só os brancos que a fazem, há pretos que querem explorar ainda mais do que os brancos. Nós queremos que o nosso povo se levante, avance; e se queremos que o nosso povo se levante, não são só os homens, porque as mulheres também são o nosso povo. Aqueles que entenderam que a mulher tem direito de avançar, de ter instrução, de ir à escola como qualquer ser humano, para fazer qualquer trabalho, como ela é capaz de fazer; aqueles que entenderam bem que um homem enquanto tiver três, quatro mulheres, nunca será um homem de verdade e que não há nenhum povo que possa avançar com homens com quatro mulheres; aqueles que entenderam bem que se o seu filho for fêmea não a pode vender, assim como não pode vender a mãe, que não é nenhuma escrava; quem entendeu que as crianças são os únicos seres a quem temos que dar privilégios na nossa terra, que são a flor da nossa vida, por causa delas nós fazemos todos os sacrifícios para elas viverem felizes; aqueles que fizerem bem os trabalhos designados pelo Partido, ao serviço do nosso povo, é que são membros do nosso Partido e têm que mandar na nossa terra.

Eu não mando porque sou engenheiro ou doutor, mas porque estou a trabalhar a sério, e ninguém que tem cursos é mais do que aqueles que não têm curso. E nenhuma posição é mais do que outra. Só é mais aquele que trabalha mais, que produz mais. Quem entendeu o programa do nosso Partido como deve ser, seja ele da Guiné ou de Cabo Verde, esse é que pode entrar no nosso Partido. Mas que esteja pronto a cada momento para dar a sua vida pela causa por que nós lutamos.

Mas enquanto uns entram no Partido, talvez outros saiam, não o sentem, mas saem. Porquê? Porque ele não faz algumas de todas essas coisas, ou porque mostra que não as entende ou não quer entender. Por exemplo, há alguns ainda no nosso Partido que não concordam muito com essa unidade da Guiné e Cabo Verde, mas que estão a ver; uns de Cabo Verde, outros da Guiné, que não concordam muito, que ainda estão na dúvida, a ver no que dá. Esses estão enganados, talvez façam outro Partido, mas do nosso saem, saem de certeza.

MEMBROS

Ponho o problema claro aos camaradas, sobre o nosso trabalho. No Partido, de verdade, só entra gente honesta, séria. E sai todo aquele que é desonesto, todos aqueles que se aproveitam do nosso Partido para servir os seus interesses pessoais. Hoje enganam- nos, mas amanhã saem de certeza.

Quem mente, sai, quem quer só servir a sua cabeça, para ter calças de tergal, com boas camisas, para abusar das nossas raparigas, ou quem anda a abusar do povo da nossa terra, esses saem.

Aqueles que não têm respeito pelo povo da nossa terra e fingem tê- lo diante da Direção, mas por trás, quando estão na sua área a mandar, tratam o povo como se fossem chefes de posto ou administradores colonialistas, esses saem. Aqueles que têm na sua cabeça que estão a lutar, a sacrificar- se nesta luta, para amanhã abusarem como os chefes de posto, esses saem. Chegou a hora de falarmos disso claramente. Porque há alguns camaradas que estão a sacrificar- se muito, mas com a idéia de que amanhã vão gozar, com bom automóvel, criados, várias mulheres, etc. Esses estão enganados. Não são do nosso Partido e vão ver isso de certeza.

O nosso Partido está aberto aos melhores filhos da nossa terra. Hoje, todos nós somos «Partido», a pouco e pouco o núcleo de gente que é Partido define- se. Quem é Partido de fato, está ou entra naquele núcleo; quem não é Partido, sai.

Porque só podemos realizar de verdade o que queremos na nossa terra se formos um grupo de homens e mulheres fortes, capazes de não enganar os seus camaradas e de não mentir, capazes de olhar para os camaradas, olhos nos olhos, e capazes de crer que a juventude é que será dona da nossa terra amanhã, na Guiné e Cabo Verde.

Portanto, temos que cumprir o nosso dever o melhor possível, dar todas as possibilidades para avançarem. Quem tem ambições de chefia no nosso Partido, mais dia, menos dia, sai. Quem não aprendeu a respeitar o seu companheiro, ser humano, homem ou mulher, como deve ser, mais dia, menos dia, sai. Quem pensa que amanhã a nossa política vai estar ao serviço de uma ou outra nação estrangeira, sai, porque nós não vamos ter disso. Lutamos pela independência.

Portanto, vocês vêem que vai ser cada dia mais difícil ser- se membro do nosso Partido. E esta vanguarda que nós criamos, esse instrumento que fizemos para construir a independência da nossa terra, como um homem constrói uma casa, tem que ser cada dia mais fino, mais afiado, mais perfeito, e o nosso povo tem que fazê- lo cada dia mais bonito.

É fundamental que os camaradas todos estudem o programa do Partido,

sobretudo aqueles mais novos, que entendam bem, para se prepararem para ser de fato do Partido. E mais, para se engajarem cedo no Partido, porque nós vamos exigir cada dia mais a cada responsável o seu engajamento total no Partido. Não engajamento para a sua cabeça, não engajamento com Amílcar Cabral, ou com João ou N'Bana ou Bacar, ou outro qualquer que é o seu chefe.

Com o Partido, com as idéias do Partido, com as forças vivas do Partido, que são as idéias do Partido.

Tem que dar provas de que tem na sua cabeça as idéias do Partido, idéias que o Partido pôs como devendo ser de cada um. Quem não fizer isso, está mal. Mas mais: mais tarde, antes de alguém ser membro do Partido tem que ser primeiro candidato ao Partido. Primeiro tem que dar provas de que merece de fato entrar no nosso Partido, para depois entrar. Tem que ser assim, porque nós queremos de fato servir o povo da nossa terra. Não queremos enganar- nos.

É fácil pôr toda a gente num Partido: uma criança nasce e logo põe- se o seu nome no Partido.

Para que serve isso? Então o que é o Partido? Num clube de futebol é preciso pagar cota, ir ao campo dar palmas e gritos. Como é que vamos permitir que toda a gente entre no Partido, meninos, homens, mulheres? Não. Na luta de libertação é bom, é preciso: toda a gente, vamos embora para a frente. Mas no meio de tudo isso vamos sabendo cada dia mais, quem é que é Partido de fato.

Temos que ser capazes de entrar numa sala como esta e dizer: Este sim, este é Partido, e aquele e o outro, mas aquele ali, esse ainda não é Partido.

Tem que ser assim; só assim é que podemos servir o nosso povo. Se confundirmos toda a gente, estamos mal. E quem for de fato elemento do Partido, esse prova que quer melhorar- se cada dia mais, porque quem parar, morre. Muitos camaradas ainda não entenderam isso, vários camaradas aproveitam- se do Partido. Para eles, ser do Partido, ser dirigente do Partido é levar boa vida, para gozar, e querem aproveitar depressa porque não acreditam no Partido, não acreditam no futuro.

Hoje mesmo é que querem gozar depressa roupa bonita, dinheiro no bolso, mandar com todo o abuso, fazer dos camaradas seus criados, além de outros abusos. Isso é candidatura para sair do Partido e há muitos que se não saem hoje saem amanhã, por mais trabalho que tenham feito, por mais ajuda que tenham dado. Ou arrebetam com o Partido, ou saem.

A melhor maneira é corrigirem- se, corrigirem- se depressa, porem- se na linha como deve ser; e nós temos feito todo o esforço para pôr os camaradas na linha para não terem de sair do Partido amanhã.

Alguns já ficaram pelo caminho porque foi impossível corrigirem-se e, como a nossa condição é muito triste, se alguém não se emenda, vira contra, vira traidor. Temos que combater isso passo a passo, com todo o cuidado necessário, para darmos a cada um a maior oportunidade possível de ser do Partido, mas também não podemos permitir que nos enganem, que finjam que são do Partido, quando não são nada do Partido.

Qualquer camarada que tenha dentro da sua cabeça a idéia de que a sua «raça» é que deve mandar na nossa terra, que se prepare porque haverá guerra com ele. Mas há ainda camaradas no Partido que ainda são incapazes de matar totalmente aquela idéia de «raça» que têm na cabeça.

Porque são ambiciosos, só porque são ambiciosos, querem ser eles os mandões máximos de tudo.

Gente como essa não é do Partido. No nosso Partido manda quem tem valor, quem mais pode mandar, quem deu provas concretas de que sabe mandar, e o nosso objetivo é só um: servir o povo.

Hoje é do Partido toda aquela gente da nossa terra que está disposta a acabar com o colonialismo português e disposta a seguir as palavras de ordem do Partido, a respeitar e a cumprir as ordens da Direção do nosso Partido. Esses são do Partido. Mas amanhã serão do Partido só aqueles que têm uma conduta moral exemplar, como homens dignos ou como mulheres dignas da nossa terra.

Que trabalha e tem trabalho mesmo, porque os vadios não podem ser do nosso Partido, de maneira nenhuma. E que põe como sangue da sua vida, alma da sua alma, cumprir o programa do nosso Partido na nossa terra, combatendo seja quem for. Que programa do nosso Partido? Aquele que vocês conhecem mas aquele que vão conhecendo cada dia mais. Esses é que serão amanhã do nosso Partido e, no meio desses, os donos de fato do Partido, são aqueles que serão capazes de transformar o Partido, cada dia, numa organização melhor, mais ainda ao serviço do nosso povo.

MAS O QUE É O POVO?

Muitos camaradas dizem: oh o meu povo! Muitos camaradas, quando cometem erros ou estão atrapalhados com as coisas do Partido, começam logo a falar do povo. Isso vai acabar aos poucos, mas temos que saber duma maneira bem clara o que é o povo.

A definição de povo depende do momento histórico que se vive na terra.

População é toda a gente, mas o povo já tem que ser considerado com relação à própria história.

Mas é preciso definir bem o que é o povo, em cada momento da vida de uma população. Hoje, na Guiné e em Cabo Verde, povo da Guiné ou povo de Cabo Verde, para nós, é aquela gente que quer correr com os colonialistas portugueses da nossa terra. Isso é que é povo, o resto não é da nossa terra nem que tenha nascido nela. Não é povo da nossa terra, é população, mas não é povo.

Hoje é isso que define povo da nossa terra. Povo da nossa terra é todo aquele que nasceu na nossa terra, ou na Guiné ou em Cabo Verde, que quer aquela coisa que corresponde à necessidade fundamental da história da nossa terra, que é o seguinte: acabar com a dominação estrangeira na nossa terra. Aqueles que estão prontos a trabalhar duro nisso, a pegar teso, são todos do nosso Partido. Portanto, a maior parte do nosso povo é o nosso Partido. E quem mais representa o nosso povo é a direção do nosso Partido. Que ninguém pense que lá porque nasceu no Pico da Antônia ou no fundo do Oio, é mais povo do que a direção do nosso Partido. O primeiro pedaço do povo da nossa terra, genuíno, verdadeiro, é a direção do nosso Partido, que defende os interesses do nosso povo e que foi capaz de criar todo este movimento para defender os interesses do nosso povo.

Vou tentar esclarecer ainda mais este problema:

Toda a gente da população da nossa terra que quer, neste momento, que os colonialistas portugueses saiam da nossa terra, para tomarmos a nossa liberdade e a nossa independência, esses são o nosso povo. Mas entre essa gente há alguns que pegaram no trabalho a sério, que lutam com armas nas mãos, ou no trabalho político ou na instrução ou em qualquer outro ramo, e que estão debaixo da direção do nosso Partido: esses são o nosso Partido. Se quiserem, a vanguarda do nosso povo é o nosso Partido e o elemento principal do nosso povo, hoje em dia, é a direção do nosso Partido. Portanto, aqueles que têm amor pelo nosso povo, têm amor pela direção do nosso Partido. Quem ainda não entendeu isso, não entendeu nada.

Isso é nesta fase, neste momento. Mas daqui a algum tempo, quando tomarmos a nossa independência, por exemplo, quem quiser que a nossa terra seja independente, mas não quer que as mulheres sejam livres, e quiser continuar a explorar as mulheres da nossa terra, esse hoje é povo, mas amanhã já não será. Se nós queremos que todas as crianças da nossa terra sejam respeitadas e algum de entre nós não quiser isso, esse já será população, não será povo.

O nosso objetivo é fazer o progresso e a felicidade do nosso povo, mas nós não podemos fazê-lo contra o nosso povo. Ora, se alguns da nossa terra não querem isso, ou eles não são povo, e então nós podemos fazer tudo contra eles e talvez mesmo os púnhamos na cadeia, ou então eles são muitos e representam o povo e, nessa altura, nós paramos; não podemos fazer nada,

porque não se pode fazer a felicidade e o progresso de alguém contra a sua vontade.

Temos que entender bem, portanto, que em cada fase da história duma nação, duma terra, duma população, duma sociedade, o povo define-se consoante a linha mestra da história dessa sociedade, consoante os interesses máximos da maioria dessa sociedade.

O termo democracia foi criado na Grécia, em Atenas (Demo + cracia = governo do povo). Mas quem foi que o criou? Em Atenas havia nobres, Senhores (donos da terra) e depois os escravos, que trabalhavam para todos os outros. A democracia para eles era só para os de cima, eles é que eram o povo, os outros eram escravos. Até hoje é a mesma coisa em muitos lados. Quem tem a força na mão, o poder, faz a democracia para ele. Nós, na nossa terra, queremos que a maioria tenha o poder nas mãos. Mas nós queremos o poder nas mãos do nosso povo. Aquele que segue o caminho reto, que quer cada dia mais progresso e felicidade na nossa terra, progresso não só para os fulas, não só para mandingas, não só para filhos de cabo-verdianos, não só para balantas, progresso para todos, tanto na Guiné como em Cabo Verde —esse faz parte do nosso povo.

PARTIDOS E MOVIMENTOS

Continuando ainda a falar do instrumento que o nosso povo criou para desenvolver a ação de alguns dos seus filhos para a luta pela libertação e o progresso na nossa terra, quero insistir no fato de que, desde o começo do nosso trabalho, tivemos sempre o sentimento e a certeza de que para libertar a nossa terra não era preciso criar muitos movimentos. Pelo contrário, era preciso fazer grande força para termos uma só organização de luta com ação na Guiné e em Cabo Verde.

Essa foi a linha que traçamos a partir da análise da nossa situação concreta, da nossa realidade, e a linha que defendemos duramente, através de vários anos, apesar de em certos momentos termos tido necessidade de recuar para termos a certeza se tínhamos ou não razão.

Ontem conversamos sobre as contradições da nossa sociedade e vimos que, no plano social propriamente dito, quer dizer, das camadas da sociedade, das classes, se quiserem, as contradições não são muito grandes, sobretudo na Guiné, sendo um bocadinho mais acentuadas em Cabo Verde, onde havia alguma gente com terra, com propriedade, e alguns donos de comércio e de pequenas indústrias. Mas chamei a atenção dos camaradas para o fato de que isso é pouco, não chega para formar uma classe propriamente dita, do ponto de vista quantitativo, quer dizer, numérico. Mas nós sentimos bem que, como influência de tempos passados e como resultado da divisão que o inimigo criou no nosso seio, havia contradições entre grupos étnicos, entre aquilo que nós

chamamos « raças » na Guiné. E, claro, em Cabo Verde, entre, sobretudo, por um lado camponeses sem terra e, por outro, aqueles que têm meios seguros para viver, incluindo os donos da terra.

A maior asneira que se podia fazer na nossa terra seria criar na Guiné partidos ou movimentos na base de etnias, o que era um meio bastante bom, não só para o inimigo nos dividir ainda mais, durante a luta, mas também para garantir a sua vitória; a destruição da nossa independência, depois da luta, como os camaradas têm visto em alguns países africanos. Em Cabo Verde, seria absurdo pensar em criar um Partido de gente que tem alguma coisa e um Partido de gente que não tem nada, para lutar contra o colonialismo português.

Na luta contra o colonialismo, é fundamental, é importante, é decisivo, juntar toda a gente que quer a independência, que quer lutar contra o colonialismo. Por isso mesmo, o nosso Partido, em 1959, quando surgiram em Bissau alguns pequenos grupos de nacionalistas, que não eram controlados por nós, os nossos camaradas, sobretudo o nosso camarada Aristides Pereira, Fortes, Luís e outros, fizeram o máximo para que aqueles pequenos grupos se integrassem no nosso Partido para evitarmos que a nossa força ficasse dispersa.

Vocês todos sabem que o Partido foi criado em 1956 e nessa altura já estávamos em 1959. Mais tarde surgiram pessoas da nossa terra a falar em frente, mesmo o Partido chegou a falar de frente, e alguns camaradas podem perguntar porque é que nós não fizemos uma frente na nossa terra.

Exatamente porque uma frente quer dizer união de várias organizações. Na nossa terra nós não conhecíamos mais nenhuma organização. Quando o nosso Partido entrou em contacto com o exterior do país, a partir de 1960, sentiu que havia gente da nossa terra fora, quer da Guiné, quer de Cabo Verde, que tinha criado os chamados movimentos fora da terra. O nosso Partido teve que fazer uma concessão, teve que dar um passo atrás na sua idéia de só um Partido e nada de frente, para ver se juntava aquela gente, para lutar pela independência da Guiné e Cabo Verde. Por isso mesmo é que, por um lado, fizemos uma chamada Frente com o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde que estava em Conakry mas que os nossos próprios camaradas criaram já ligados ao PAIGC, e como Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde que estava em Ziguinchor.

Poderei contar aos camaradas, mais tarde a história das coisas que se passaram em Conakry, mas a verdade é que, com grande barulho, com problemas levantados pelos nossos irmãos da Guiné e Cabo Verde no Senegal resolvemos lançar um apelo para a unidade de todos os Movimentos de Libertação da Guiné e Cabo Verde. O PAIGC chamou todos aqueles que diziam que eram movimentos para nos unirmos. Fizemos uma conferência em Dakar com o então Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde, que estava em Dakar e que englobava tanto guineenses como cabo-verdianos, no qual estavam fulanos

que vocês conhecem; não vale a pena torná-los importantes citando os seus nomes aqui. Para essa conferência também foi esse movimento de Ziguinchor e o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde que estava em Conakry, assim como o PAIGC representado por alguns dos seus membros. Tudo isso foi fundamentalmente uma concessão da nossa parte, uma tática, para vermos o que é que aquela gente queria de fato, qual era a sua intenção, até que ponto estavam engajados na luta a sério e se de fato queriam lutar ou se queriam apenas arranjar lugares. Praticamente, nós é que fizemos a conferência toda.

Levamos documentos bem preparados, e eles, encarregados de preparar a conferência, nem sequer tinham ainda feito o programa. A conferência foi feita de fato, com a assistência das autoridades senegalesas, com a assistência do camarada Marcelino dos Santos, representando a CONCP e de outras entidades.

O ponto de vista do nosso Partido foi defendido com força pelos seus representantes, apoiado pelos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde de Conakry e Ziguinchor. Claro que o objetivo dos de Dakar não era fazer a unidade, era o de acabar com o PAIGC; essa é que era a sua idéia e, quando viram que não era possível, aceitaram todas as resoluções apresentadas na Conferência. Mas logo a seguir começaram a sabotar. Claro que depois ficaram desmascarados como gente que não queria unidade, e que não queria unidade porque não queria lutar, que fingia falar em unidade mas que procurava apenas uma posição para poder fazer manobras para ganhar lugares e liquidar o nosso Partido.

Portanto, os camaradas vêem que o Partido, embora tenha estabelecido como princípio da sua vida uma só organização, uma só bandeira e nada de confusões no estabelecimento desse movimento de libertação, foi capaz de fazer concessões, de recuar, para dar a toda a gente a possibilidade de manifestar claramente se queria ou não queria de fato lutar pela nossa independência. Quando o Partido chegou à conclusão de que afinal essa gente só dizia mentiras, só queria desonestidade e só andava à busca de lugares, só procurava criar confusão, servindo, assim, os colonialistas portugueses, o Partido resolveu o seguinte: nós não queremos mais unidade com ninguém, quem quiser unidade com o PAIGC, que venha dentro da terra fazer a unidade com o PAIGC. Foi essa a nossa posição e nós resistimos a todas as pressões que foram feitas sobre nós, porque tínhamos a certeza de estarmos no caminho certo e seguro.

NEGAÇÃO DO OPORTUNISMO

Outra coisa que queremos pôr claro na questão do nosso Partido, da nossa organização, é o seguinte: desde o primeiro dia (já falamos disso aos camaradas na questão dos princípios) nós negamos o oportunismo. Podíamos, por exemplo, tentar juntar ao nosso Partido certos homens com influência grande na Guiné, chamá-los para o Partido para nos podermos servir da sua influência,

como alguns grandes de Bissau, ou alguns régulos —lembro-me de que vários régulos eram membros do Partido —mas nunca lhes dissemos que, eles é que vinham mandar.

Houve régulos do chão dos Manjacos, por exemplo, ou do chão dos Mancanhas, que foram chamar outros, por causa da bandeira do Partido, houve chefes na área de Mansoa e outras áreas que foram presos por causa da bandeira do Partido mas nunca lhe dissemos que, como eram chefes da nossa população, também eram chefes do Partido. Negamos isso duma vez, porque não queríamos enganar ninguém. Numa organização nova, criada para libertar a nossa terra, são e serão dirigentes aqueles que estão em condições para isso, não porque ontem eram chefes.

Sentia-se, por exemplo, e sente-se cada dia em várias áreas de África, quanto representa de atraso para o futuro, de dificuldades para amanhã, fazer oportunismo pondo os chefes tradicionais na direção duma organização de libertação nacional.